

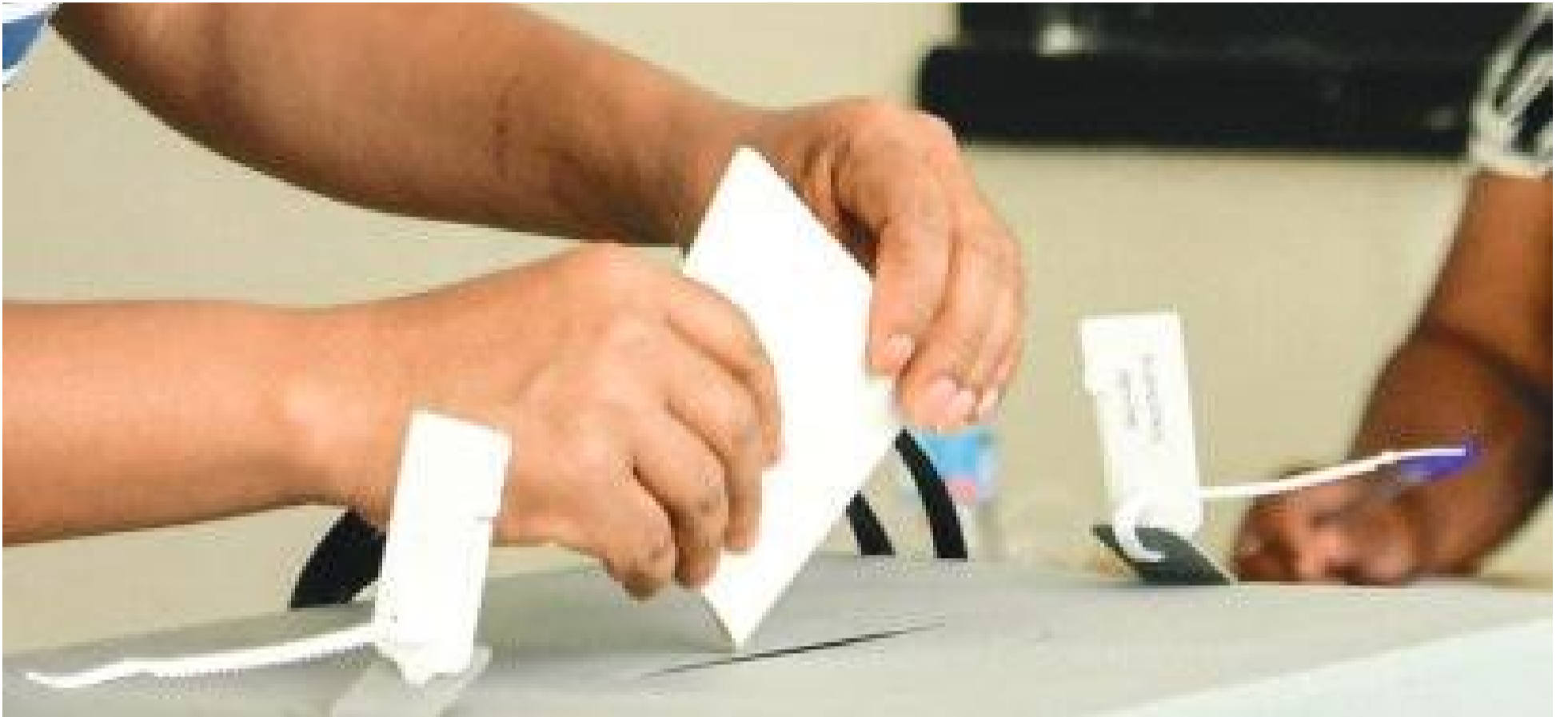


A Nação
JOURNAL INDEPENDENTE



Burros, macacos e galinhas-do-mato: quem são, de onde vêm e onde vivem em Cabo Verde

Págs. 2 a 4 in ETC



Eleições já mexem
Lutas renhidas para lugares nas listas e posicionamento de candidatos à Presidência

Págs. 2 e 4

Parte integrante da edição nº 951 do A Nação de 20 de Novembro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.



MUNICÍPIO EM DESTAQUE
Santa Catarina de Santiago

Armindo Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina
"Estamos a abrir um novo ciclo de esperança e credibilidade"
Págs. 02 a 04

Angélica Dias o percurso inspirador de uma empreendedora
Santa Catarina Magistral
191 anos de história, resistência e construção
Jovens reconhecem avanços na educação, mas alertam para desemprego e acesso à água

EDEC a energia que nos une
800 51 11 | livro.branco.online@edec.cv | EDECSA1 | edecsa1

Economia
Débora Carvalho é nova CEO da Ímpar
Págs. 14 e 15

Basquetebol
José Semedo é presidente e Mané continua de pedra e cal
Págs. 16 e 17

Chuvas deixam rastros de destruição em Santiago Norte
Págs. 12 e 13

Bubista The Best!



Pág. 25

Eleições já mexem

Lutas renhidas para lugares nas listas e posicionamento de candidatos à Presidência

O Presidente da República, José Maria Neves, vai convocar, em Janeiro próximo, o Conselho da República para a marcação da data das eleições legislativas de 2026 e, consequentemente, a data das eleições presidenciais, que deverão acontecer seis meses depois do primeiro pleito eleitoral.

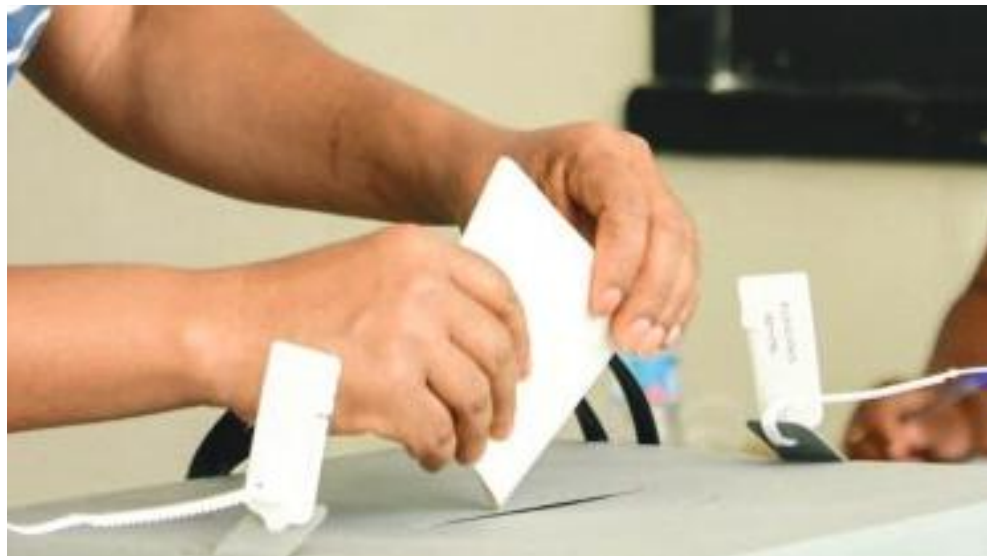
De acordo com uma fonte bem informada, as legislativas deverão ser marcadas para o mês de Abril.

Contudo, mesmo sem a marcação da data das legislativas já se nota um frenesim de militantes dos dois partidos do arco do poder, no sentido de marcar posições em lugares elegíveis nas listas para deputados. Mas a tarefa não se afigura fácil, tendo em conta o manancial de candidatos para poucas vagas, principalmente nos círculos que elegem dois deputados.

E, pelas movimentações de bastidores, nota-se que alguns deputados, tanto da bancada da maioria, como da oposição deverão ter dias contados.

Caso Mircéa Delgado

O caso mais notório é, para já, o de Mircéa Delgado que está em rota de colisão com o líder do MpD, Ulisses Correia e Silva. Um outro “anticorpo” dessa parlamentar é, seguramente, o todo poderoso Augusto Neves, criticado por não ter dotado a segunda mais importante ilha do país de um plano director municipal, situação que ficou à vista com a tempestade de Agosto. Se depender de Neves, dificil-



Nos bastidores já se notam movimentações de diversos actores políticos no sentido de garantirem um lugar elegível nas listas para as eleições legislativas do próximo ano. Os lugares são poucos e a tendência é para a velha guarda tapar o caminho aos eternos deputados suplentes. Para as presidenciais também começam a ser lançados os primeiros nomes, sendo certo que o número de candidatos vai depender dos resultados das legislativas.

Daniel Almeida

mente Mircéa será incluída na próxima lista de deputados por São Vicente.

Nota-se claramente um ambiente de intriga no seio do Grupo Parlamentar do MpD, que tenta encostar essa deputada à parede, mas o partido terá que saber lidar com o elevado grau de popularidade dessa sua deputada, em São Vicente, onde é vista como uma voz que defende a população, muitas vezes contra as ideias do seu próprio partido. O MpD pode estar perante um dilema em São Vicente.

Orlando Dias

Orlando Dias é outro deputado que, meses atrás era considerado “descartável”, não só por ter desafiado o presidente do MpD, mas, tam-

bém, pelas intervenções contundentes, no Parlamento, que, muitas vezes não se enquadravam na disciplina imposta pela direcção da bancada da maioria.

Mas, hoje, com 2026 à vista, nota-se uma certa moderação nas intervenções deste deputado que, certamente, pretende fazer tudo para continuar como o eleito pelo círculo de África, com base em São Tomé e Príncipe, arquipélago de que é natural.

PAICV, hora de acertar contas

No PAICV é bem provável que alguns deputados que apoiaram a candidatura de Núias Silva, na luta contra Francisco Carvalho, não serão integrados, em lugares elegíveis, nas listas do parti-

do com vista às eleições legislativas.

Démis Almeida deve ser um dos primeiros sacrificados, assim como o antigo líder da bancada do maior partido da oposição, João Baptista Pereira.

Quem está à procura de uma tábua de salvação é Julião Varela, que, como secretário-geral do PAICV, teve o ‘qui-pro-quo’ com elementos da candidatura de Francisco Carvalho à liderança do PAICV. Nota-se agora uma certa aproximação de Varela à nomenclatura do novo presidente do PAICV, o que lhe pode valer um lugar na lista.

Para a Europa, a situação de Francisco Pereira, que também disputou a liderança do partido, configura-se igualmente problemática. De olho seu lugar de deputado

está Mário Carvalho, antigo presidente da Associação Cabo-verdiana de Lisboa, e irmão de Francisco Carvalho.

Regresso da velha guarda e eternos suplentes

Uma boa parte dos deputados do MpD são suplentes e, por isso, tentam fazer de tudo, muitas vezes com intervenções “balofas” no Parlamento mais no sentido de agradar a liderança do partido e, assim, tentar garantir um lugar de destaque nas listas. Aqui o realce vai para os chamados jovens turcos, ou cristãos novos, gente que procura, por vezes, mostrar-se mais papistas que o Papa.

O eventual regresso de Eurico Monteiro, José Luís Livramento e Jorge Figueiredo, actuais membros do Governo, para a lista de Santiago Sul, poderá atrapalhar as contas dos “eternos suplentes”, que continuam “obstaculizados” pela nomenclatura do partido e de alguns amigos pessoais de Ulisses Correia e Silva.

No PAICV poderá registar-se um fenómeno idêntico, tendo em conta as aspirações de Filomena Fialho, que foi a mandatária de Francisco Carvalho, de Mário Paixão, vice-presidente do partido, e de Joanilda Alves, também vice-presidente, que, na próxima legislatura, podem regressar às lides parlamentares. Isto é, veteranos que parecem não querer sair da arena, o que naturalmente cria dificuldades à jovem guarda ansiosa por mostrar serviço.

Continua na página A4



Impar

***Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.***



Presidenciais também já mexem

JMN em “stand by”

Falta praticamente um ano para as eleições presidenciais, mas já se notam também movimentações principalmente na esfera do MpD. Casimiro de Pina foi o primeiro a marcar posição, mas Milton Paiva, como fez nas eleições anteriores, “ameaça” ser candidato, mas é preciso saber se não acaba por desistir como aconteceu no passado. Outro potencial candidato é Hélio Sanches que concorreu em 2021.

Nesta semana Jacinto Santos lançou os nomes de Eurico Monteiro e José Luís Livramento considerando que os dois nomes “têm condições” para ser Presidente da República, tendo afirmado que “se um deles decidir terá o meu empenhado apoio”. Disse, no entanto, que o assunto será tratado depois das legislativas. Obviamente que sim.

Reagindo à esta publicação de Jacinto Santos, a antiga primeira-dama, Lígia Fonseca, disse não duvidar da competência de Eurico Monteiro e José Luís Livramento para ser o próximo PR, mas sugeriu que “está na hora de apostarmos numa mulher igualmente competente, com experiência política e cultura para o cargo de PR”.

Entretanto, muito se tem falado de Helena Semedo,



governante do executivo do MpD na década de 1990, mas, por imperativo constitucional, a mesma está impedida de concorrer nas próximas eleições presidenciais. Teria de ter residência de três anos. A sua permanência no exterior, ao serviço de vários organismos internacionais, é a título pessoal e não ao serviço do Estado de Cabo Verde.

Na esfera do PAICV, o actual PR, José Maria Neves, fica em “stand by”, porquanto o resultado das eleições legislativas poderá determinar uma tomada de decisão. Se o MpD vencer as legislativas JMN não terá grandes dificuldades em avançar para uma recandidatura, tendo em conta que, em 2021, conseguiu uma vitória, à primeira volta, num cenário idêntico.

Contudo, se o PAICV vencer as legislativas de 2026, as contas de JMN poderão ficar baralhadas tendo em conta a possibilidade de surgir outras candidaturas desse espectro político. É voz corrente que Francisco Carvalho não morre de amores por Neves e que Janira Hopffer Almada poderia ser a escolha do partido para concorrer às presidenciais de 2026, além de se falar nela para eventual presidente da Assembleia Nacional, num cenário em que o PAICV for vencedor. 

Ficha Técnica



www.anacao.cv

A Nação emanário | Ano XVIII | Nº951 | 04 de Novembro de 2025 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalnanacao@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



Show ao vivo GRACE ÉVORA



Convidados especiais
JOHNNY FONSECA
NANUTU

29. NOVEMBRO | HANGAR 7
SÁBADO | 20:29



**BILHETES DISPONÍVEIS EM
SOLDOUT.CV
E POSTOS DE VENDA
HABITUAIS**

Embaixadores Políticos

“Linhas vermelhas” de JMN foram à vida com nomeação de Orlando Delgado

Orlando Delgado, edil da Ribeira Grande de Santo Antão, por vinte anos (2004-2024), é novo embaixador de Cabo Verde em Lisboa, um cargo vago desde que Eurico Monteiro regressou ao país, em Fevereiro deste ano, para integrar o executivo de Ulisses Correia e Silva, como ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial e da Administração Pública.

Uma outra missão diplomática vaga há vários anos, a de Berlim, Alemanha, vai ser preenchida por Fernanda Fernandes, diplomata de carreira, que chegou a integrar o executivo de JMN, como ministra das Comunidades, colocada nos últimos em Paris.

Por preencher restam, entretanto, as missões de Bruxelas, anteriormente ocupado por José Filomeno Monteiro antes de assumir os Negócios Estrangeiros no início deste ano, e Washington, recentemente vago com a vinda de José Luís Livramento para chefiar o mesmo ministério, no lugar, por coincidência de Filomeno, que teve de deixar o cargo por razões de saúde.

Das duas mais recentes nomeações salta à vista a escolha de Orlando Delgado para a missão em Lisboa, tida como a mais importante embaixada de Cabo Verde. Uma nomeação que parece ter deitado por terra as célebres “linhas vermelhas”, traçadas por José Maria Neves, para escolha de embaixadores, 2024.

Nessa altura, JMN invocou as “linhas vermelhas”,

A nomeação do antigo autarca Orlando Delgado para embaixador em Lisboa coloca o Presidente da República, que nomeia, sob proposta do Governo, numa situação delicada. À luz dessa nomeação, as “linhas vermelhas”, traçadas por José Maria Neves, para vetar a nomeação de Felisberto Vieira, em 2024, embaixador em Havana, deixaram de existir. Fala-se em moeda de troca, entre Delgado e a também nova embaixadora em Berlim, Fernanda Fernandes.

Daniel Almeida



que tinha estabelecido para a nomeação de políticos, para vetar a nomeação do seu “camarada” de partido, Felisberto Vieira, para a missão de Havana, Havana, Cuba, um posto simbólico para a diplo-

macia cabo-verdiana, tendo em conta os apoios que esse país prestou a Cabo Verde no passado.

Para certos observadores, se JMN fosse coerente não deveria aceitar Orlando

Delgado para o cargo de embaixador político em Lisboa, pelo facto de estar prestes a aposentar-se, além do facto de não constar do seu currículo qualquer especial experiência acumulada na frente

da Política Externa, conforme as condições traçadas por JMN. Curiosamente, depois Arlindo do Rosário, actual embaixador em Pequim, Orlando Delgado é o segundo embaixador político proposto pelo Governo do MpD a passar pelo crivo presidencial de JMN.

Engenheiro civil de formação, além de não ter experiência acumulada em matéria de política externa, o novo embaixador de Cabo Verde em Lisboa deverá aposentar-se dentro 11 meses, aproximadamente, por limite de idade.

O que se especula é que a nomeação de Orlando Delgado como embaixador político para Portugal serviu de moeda de troca para o chefe de Estado nomear a antiga ministra das Comunidades, Fernanda Fernandes, diplomata de carreira, para o cargo de embaixadora na Alemanha.

As “linhas vermelhas” de JMN

Como tínhamos avançado na edição 879 deste Jornal, em 2024, a Presidência da República tinha emitido, uma nota de esclarecimento sobre o veto a Felisberto Vieira para embaixador em Havana, no sentido de “pôr cobro” a uma “onda de especulações e de tentativa de aproveitamento político-partidário do caso”.

“Desde muito cedo após a sua investidura, Sua Excelência o Presidente da República, para evitar discricionariedade, pessoalização ou mesmo partidarização, defi-

Orlando Delgado, de autarca a embaixador

Orlando Rocha Delgado, 64 anos, foi presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão de 2004 a 2024, tornando-se o autarca com o mais longo mandato no país.

Engenheiro civil, formado pela Universidade de Coimbra, em Portugal, exerceu cargos de técnico e director regional em ministérios ligados a infraestruturas e obras públicas em Santo Antão.

Liderou a Câmara Municipal da Ribeira Grande por 20 anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 2004 e reeleito em quatro mandatos consecutivos, até 2024.

Trata-se de um político muito próxi-

mo do seu conterrâneo Jorge Santos, actualmente ministro do Mar. Aliás, começaram juntos a vida política, em 1990. E antes de assumir a CMRG, Delgado chegou a ser deputado nacional, pelo MpD, uma das quais entre 2002 e 2004.

Antes de se tornar edil +da CMRG, Orlando Delgado foi presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande (2000-2004) e vereador para urbanismo, saneamento e obras, na presidência, precisamente, de Jorge Santos. Em 2024, assumiu, pela segunda vez, a presidência da Associação dos Municípios da Ilha de Santo Antão (AMSA).

niu critérios muito claros e precisos para a ponderação sobre propostas de nomeação de Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários”, começava por esclarecer o comunicado.

Tendo em conta que, nos termos da Constituição da República, tais propostas devem ser formuladas pelo Governo, esses critérios, segundo a mesma fonte, “foram partilhados com esse Órgão de Soberania e são, aliás, do conhecimento público”.

“De todo o modo, importa recordá-los: para a chefia de Missões Diplomáticas, o Presidente da República concede preferência a Diplomatas de Carreira, respeitados, naturalmente, os requisitos que o seu Estatuto específico impõe, como seja a categoria mínima”, elucidava.

Segundo as “linhas vermelhas” de JMN “não é nomeado quem já esteja prestes a aposentar-se; não é nomeado quem seja fortemente conotado com a política activa ou esteja no ‘furacão da política’, recordando a expressão que o

Presidente da República utilizara quando explicitou publicamente esses critérios”.

Ou ainda: “De entre as personalidades cuja proposta de nomeação assente em ponderações exclusivamente de natureza política, o Presidente da República concederá particular atenção a quem tenha especial experiência acumulada na frente da Política Externa, como será o caso de um antigo Presidente da República, de um antigo primeiro-ministro ou de um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros”.

O mesmo comunicado da Presidência da República recordava ainda que os diplomatas de carreira cessam, por força da Lei, todo e qualquer tipo de funções ao atingirem o limite de idade (65 anos).

A Presidência da República aclarou, por outro lado, que, no caso concreto de Felisberto Vieira, “uma sua eventual nomeação para o cargo de embaixador equivaleria a trespassar todas as ‘linhas vermelhas”.

Fernanda Fernandes, diplomata de carreira, que passou pelo Governo de JMN

Maria Fernanda Tavares Fernandes, 60 anos, é diplomata de carreira, tendo começado a sua actividade profissional na Embaixada em Lisboa, em 1992, como técnica superior. Entrou na carreira diplomática, por concurso, em 1997.

Em Março de 2023 foi transferida da Embaixada de Cabo Verde em Angola para a Embaixada de Cabo Verde em França. É Ministra Plenipotenciária de Nível I. Foi ministra das Comunidades de 2011 a 2016, no último governo de José Maria Neves, que a nomeia agora embaixadora de Cabo Verde em Berlim, Alemanha.



Tóquio, Qatar e Londres vão ter embaixadas de Cabo Verde

O ministro dos Negócios Estrangeiros, José Luís Livramento, anunciou esta semana a abertura, em 2026, de três novas embaixadas de Cabo Verde: Japão, Qatar e Reino Unido. O objectivo, segundo esse governante, é reforçar a presença diplomática do país em regiões consideradas es-

tratégicas.

Segundo Livramento, estas novas representações diplomáticas integram a política de expansão e modernização da rede externa, visando fortalecer a cooperação política e económica, atrair investimentos e melhorar a prestação de serviços às comunidades

emigradas.

Livramento sublinhou que a abertura das três embaixadas está enquadrada no Orçamento do Estado para 2026, que prevê um reforço global de 7,79% para as estruturas diplomáticas, garantindo condições para a sua instalação e funcionamento.

O ministro afirmou ainda que o Governo vê estas expansões como um passo decisivo para fortalecer a diplomacia económica, diversificar mercados e projectar Cabo Verde como um parceiro confiável no cenário internacional.

DA

Cabo Verde livre do sarampo e rubéola



O anúncio foi feito na segunda-feira, 17, pelo director regional da OMS África, Mohamed Janabi, em conferência internacional a partir da República Democrática do Congo. Cabo Verde, assim como as Seychelles e as Maurícias são os primeiros países da África Subsariana a eliminar o sarampo e a rubéola.

Mais do que uma vitória para a saúde pública, o Ministério da Saúde encarou este certificado como um farol de esperança para todo o continente africano.

“Demonstra que a eliminação é possível. É um apelo à acção para que todos os países de África redobrem os seus esforços, invistam na imunização e reforcem a vigilância”, declarou o ministro da saúde, Jorge Figueiredo.

Cabo Verde se junta, assim, a outros 94 de 133 países em todo o Mundo, certificados pela OMS, como tendo eliminado as duas doenças virais contagiosas.

Manter a vigilância

A certificação, entretanto, não é motivo para baixar a guarda. O país deve manter a vigilância, uma vez que o risco de importação permanece.

“Eliminação não significa erradicação”, alertou Jorge Figueiredo, que garantiu, por outro lado, que Cabo Verde está comprometido em manter uma elevada cobertura vacinal, investir nos sistemas de saúde e garantir que nenhuma criança fique para trás.

Cabo Verde foi certificado pela Organização Mundial da Saúde como país livre do sarampo e da rubéola, doenças que durante várias décadas ameaçaram a saúde das crianças no país. Para o Governo, uma prova de que é possível. Para o PR, uma grande notícia.

Natalina Andrade

“Esta conquista é uma prova do que é possível quando governos, profissionais de saúde, comunidades e parceiros internacionais se unem em torno de um objetivo comum. Durante décadas, o sarampo e a rubéola ameaçaram a saúde e o futuro das nossas crianças. Hoje, celebramos o fim dessa ameaça nos nossos países”, sublinhou.

Políticas públicas robustas

Esta certificação foi possível, conforme explicou o ministro, porque não foram detectados casos autóctones de sarampo ou rubéola nos últimos anos, graças a sistemas robustos de vigilância e resposta rápida.

A cobertura vacinal para sarampo e rubéola manteve-se acima de 95% por mais de duas décadas e o país financiou 100% do seu programa de imunização com recursos nacionais.

“Os nossos profissionais de saúde chegaram até às comunidades mais remotas, garantindo que cada criança esteja protegida, independentemente da geografia ou das circunstâncias. Reforçamos os nossos sistemas de saúde, investimos em formação e construímos parcerias sólidas com a OMS, UNICEF e outros parceiros”, disse Figueiredo.

Conforme dados do Ministério da Saúde, Cabo Verde financiou integralmente o seu programa de imunização em 1998 e não regista nenhum caso confirmado de sarampo desde 1999. Os últimos casos confirmados de rubéola remontam a 2010.

Compromisso rigoroso

Para alcançar esta importante certificação, foi necessário um “compromisso político rigoroso”, seguido de um processo igualmente “muito robusto criterioso”, confor-

me ressaltou a representante da OMS em Cabo Verde, Ann Lindstrand.

O processo, segundo a mesma fonte, é seguido por uma comissão nacional, com dados de evidência do país, e depois por uma comissão regional, com peritos independentes que estão a analisar todos os dados sobre a epidemiologia, a cobertura vaci-

nal, a capacidade de vigilância laboratorial e também capacidade de resposta.

Aliás, a certificação surge na sequência de recomendação da Comissão Regional de Verificação para a Eliminação do Sarampo e da Rubéola, que em Outubro deste ano se reuniu na África do Sul, e confirmou que os três países interromperam a transmissão endêmica da rubéola e do sarampo por mais de 36 meses. Para além disso, observou que mantém os três Estados mantêm sistemas de vigilância robustos e capazes de detectar e conter casos importados.



“Uma grande notícia”

O Presidente da República reagiu assim a certificação de Cabo Verde como país livre do sarampo e rubéola.

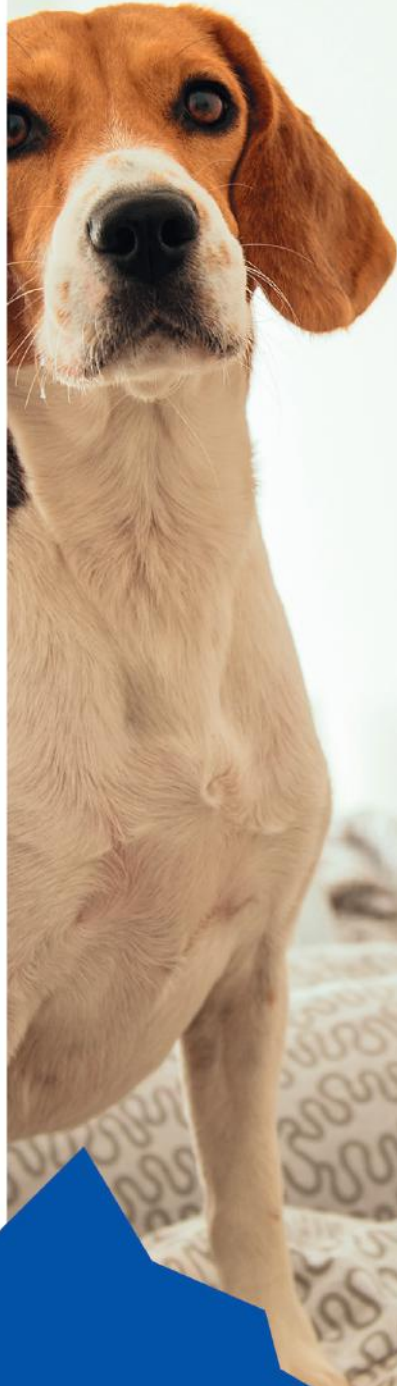
Para José Maria Neves, trata-se de um ganho que merece destaque demonstra que em questões essenciais para a melhoria da qualidade da qualidade de vida e o bem-estar das populações é fundamental privilegiar os consensos, o mérito e a eficácia dos serviços públicos.

“O meu reconhecimento a todo o pessoal do sistema nacional de saúde por esta enorme vitória”, declarou o Chefe de Estado, frisando que esta conquista se deve ao trabalho continuado dos diferentes governos e dos técnicos de saúde.

“Estamos de parabéns. Temos de continuar juntos para erradicarmos, definitivamente, o sarampo e a rubéola”, declarou, em publicação na sua página pessoal do Facebook.



GARANTIA
SEGUROS







GARANTA UM LAR SEGURO PARA A SUA FAMÍLIA.

O seguro Multirrisco Habitação GARANTIA CASA é a solução ideal para si, para a sua família e para a sua casa. Oferece-lhe o melhor conjunto de garantias e vantagens.

Juntos por uma habitação segura e feliz.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

**GARANTIA
CASA**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde - NIF: 200110322 - Capital Social: 400.000.000 CVE - www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Cabo Verdeans United

Construindo sorrisos, uma ilha de cada vez

Cabo-verdianos Unidos (em inglês Cabo Verdeans United) foi fundada em 2001 pelas irmãs bravenses Tila Adams e Genie Lomba, residentes nos EUA há mais de 40 anos. E a sua missão é essencialmente trazer parques infantis para crianças em Cabo Verde e contribuir para o desenvolvimento das mesmas através da educação e do lazer. Daí o lema “construindo sorrisos, uma ilha de cada vez”.

Desde a sua criação, a associação já visitou todas as ilhas do país e instalou pelo menos um parque infantil em cada uma delas, conforme conta ao A NAÇÃO, Tila Adams.

Este ano, a escolhida foi a ilha de Santiago, que recebeu três parques. Um na Cidade da Praia, na localidade de Fundo Cobom, um em São Domingos e outro em Porto Mosquito, Ribeira Grande de Santiago.

A comitiva, que é integrada por membros da associação e voluntários, incluindo americanos, traz todo o material dos Estados Unidos. Em Cabo Verde, arregaça as mangas e utiliza a própria mão-de-obra para montar os parques.

“Dependendo do lugar, nós também encontramos ajuda das câmaras municipais, das comunidades, trabalhamos também com os Irmãos Ca-



Nasceu há mais de 20 anos no seio da comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos da América (EUA), por iniciativa de duas irmãs naturais da ilha Brava. Desde então, já visitou as nove ilhas habitadas de Cabo Verde, levando alegria às crianças, através de parques infantis.

Natalina Andrade

puchinhos”, indica.

Para arrecadar fundos, nos EUA, o grupo organiza festivais de música e gastronomia cabo-verdiana, assim como galas de música e dança.

Também recebe donativos de organizações locais que permitem, por exemplo, trazer materiais escolares para as crianças das comunidades beneficiadas ou materiais desportivos. Desta feita, foram 600 kits, destruídos igualmente nos três municípios.

Doação e abnegação

Para fazer este projecto acontecer, o grupo doa mais

do que parques infantis e materiais escolares. Cada elemento da comitiva, incluindo os voluntários, doa também o seu tempo e descanso, sua força física e até mesmo o próprio dinheiro.

As viagens para Cabo Verde são programadas durante duas semanas das suas férias, e os custos de passagens aéreas, estadia e alimentação são suportados por eles. Desta forma, todo o fundo arrecadado é canalizado para o projeto.

A recompensa é simples, mas grandiosa. “Ver o sorriso no rosto de cada criança faz tudo valer a pena”, confessa Genie Lomba.

“Todo o trabalho que fa-

zemos é para, no momento da entrega, ver crianças num balanço e escorrega com um sorriso no rosto e prazer em brincar. É só isso. Não precisamos de nada mais”, acrescenta.

Consultas de pediatria

Outra novidade da viagem deste ano é a vinda de médicos e enfermeiros para fazer consultas de pediatria, com foco em dentição e pele, nas zonas abrangidas por esta edição.

A Associação foi fundada em Rhode Island, mas possui membros em outras co-

munidades dos EUA. A comitiva deste ano integrou 28 pessoas, dos quais 12 membros e voluntários. Muitos visitam o país pela primeira vez, mas outros já são repetentes.

A próxima vinda vai depender, naturalmente, dos fundos arrecadados. Entretanto, o desejo é que seja já no próximo ano, ou em 2027, para a ilha de São Nicolau.

A escolha da ilha beneficiada depende da necessidade demonstrada pelas autarquias ou outras organizações locais.





34 *anos*
INPS

**Mais do que Segurança Social
somos cuidado, confiança e futuro.**



Chuvas deixam rastros de destruição em Santiago Norte

Tudo começou de forma branda durante manhã, mas ganhou intensidade, no final da tarde, transformando pequenas ribeiras que arrastaram carros, invadiram casas e provocaram inundações em diferentes zonas. A força das águas surpreendeu moradores, criando um cenário de caos em poucas horas, como há muito não se via.

Uma vítima mortal

No Tarrafal, foram várias as zonas tomadas pela água, entre elas Ponta Lagoa, Rua Macaco, Praça Central da cidade, Largo da Igreja, Escola Central e Codje Bitcho. Aqui viaturas ficaram submersas e tiveram de ser rebocadas, cancelamento das aulas por causa da invasão das cheias. O mercado municipal também foi inundado, destruindo produtos e mercadorias das vendedeiras.

O caso mais trágico foi a morte de António Varela, conhecido por Bercídio, de 62 anos, natural de Santa Catarina, residente na Holanda. Esse cidadão foi arrastado pela corrente enquanto seguia numa viatura em Porto Formoso, acompanhado por mais duas pessoas que conseguiram sobreviver. O cor-



As fortes chuvas que caíram na passada quinta-feira, 13, deixaram um cenário de destruição em vários municípios de Santiago Norte, com o Tarrafal a registar os estragos mais severos e uma vítima mortal. A enxurrada arrastou viaturas, destruiu parcelas agrícolas e acessos essenciais. Foi declarado estado de calamidade na região.

Adelise Furtado-estagiária

po foi encontrado na praia de Biscaíno.

Ao A NAÇÃO o vereador da proteção civil de Câmara do Tarrafal, Antonino Monteiro, avançou que o conselho viveu “momentos difí-

ceis” e continua-se a trabalhar na limpeza, reabertura de vias e apoio às famílias e reposição da normalidade.

“Muitas famílias perderam os seus cultivos, animais, bens essenciais. Ain-

da não temos valores orçamentais definidos, mas entre quinta ou sexta-feira o presidente fará um balanço geral, porque ainda estamos na fase de avaliação dos danos provocados pelas chu-

vas torrenciais, para podermos chegar ao maior número de famílias possível”, disse Monteiro.

Aquele vereador avançou ainda que, que as aulas já foram regularizadas porque as vias já estão praticamente todas normalizadas “graças ao esforço da Câmara”, onde colocou cerca de cinco a seis máquinas no terreno camiões e galuchos, para garantir que as crianças não ficassem com atrasos nas aulas.

Santa Cruz considerado o município mais afetado em termos agrícolas.



Santa Cruz

No município de Santa Cruz, considerado o mais agrícola do país, os danos foram classificados como quase totais em três das oito ribeiras, Cumba, Cassunda e Ribeirão Almaco. O edil Carlos Silva estima perda de 90% das parcelas, arrastando plantações, motores de rega submersos, destruição de sistemas de gota-a-gota e isolamento das zonas como Serrelho, Ribeirão Boi, Matinho e Boaventura.

O autarca relatou o caso de um agricultor em Cabeça de Horta, cuja primeira

plantação de papaveira foi totalmente destruída, “foi tudo por água abaixo”, lamentou, acrescentando que “cerca de doze motores ficaram totalmente submersos, em zonas como Ribeirão Almaco e Jaracunda. Drones foram utilizados pelo Ministério da Agricultura para mapear os danos e orientar ações de intervenção.

Carlos Silva afirmou que a Câmara Municipal já montou uma equipa para elaborar um plano de ações urgentes, que inclui manutenção de poços e sistemas de rega, reabertura de caminho

vicinais, levantamento dos prejuízos agrícolas e apoio imediato às famílias afectadas. Os agricultores poderão receber apoio através do Fundo Municipal de Inclusão Financeira, enquanto se aguarda a mobilização do Fundo Nacional de Emergência pelo Governo. As ligações rodoviárias com outros municípios já foram restabelecidas.

São Miguel com cortes de vias e perdas rurais

Embora não ao nível do Tarrafal e Santa Cruz, a

Calheta enfrentou cortes de vias, queda de muros e perdas agrícolas em várias localidades rurais. Pequenos criadores relatam a morte de animais, enquanto moradores pedem intervenções de drenagem e medidas de prevenção para evitar novos transtornos durante a época das chuvas.

O edil Herménio “Meno” Fernandes descreveu uma situação de “calamidade total” das quatro bacias hidrográficas do concelho e resultaram em prejuízos “nunca vistos em mais de 90 anos”. Durante visitas às comunidades mais atingidas incluindo Mato Dento, Chã de Horta, Pedra Serrada, Cutelo Gomes, Achada Barril, Limão e várias bacias hidrográficas, o autarca confirmou que três comunidades continuam encravadas (Aguadinha, Cutelo Gomes e Monte Bode) e que o acesso a Mato Dento, Gongon e Tacta está “condicionado e/ou intransitável”. Ao todo, 30 habitações sofreram danos significativos, assim como infraestruturas de água e energia.

No setor agrícola, as cheias destruíram sistemas de rega, levaram culturas e animais e provocaram a perda de diques e muros de proteção. “No caso da Ribeira Principal houve cortes de estradas [...] e entupimento

total das drenagens”, explicou Meno.

Governo declara estado de calamidade

Após visitar Santiago Norte, o Primeiro-Ministro anunciou a declaração de estado de calamidade nos municípios mais afectados, incluindo Tarrafal e Santa Cruz, garantindo a mobilização urgente do Fundo Nacional de Emergência para apoiar famílias, agricultores e operadores económicos prejudicados.

Após a reunião do Conselho de Ministros, realizada na tarde do dia 14, Ulisses Correia e Silva avançou que Santiago Norte terá apoio idêntico àquilo que se fez em São Vicente. Conforme disse, durante a reunião fez-se a avaliação das diversas situações e o Governo vai alocar recursos e fazer a reconstrução das zonas afectadas, à semelhança daquilo que se fez em São Vicente.

Também o Chefe de Estado, que esteve nos últimos dois dias de visita a Santiago Norte, pediu ao Governo que mobilize mais meios de apoio para os municípios mais afectados. José Maria Neves elogiou a resposta das câmaras municipais, afirmando que estão a “dar o seu melhor para acudir e proteger as populações”.



Ímpar renova a marca e Débora Carvalho é a nova CEO

O novo 'branding' da Impar Seguros, que assenta no slogan "A segurar Cabo Verde desde 1992, para sempre", retrata uma nova largada dessa seguradora, contudo, assente na mesma "determinação" com que foi criada em 1992, mas com uma visão de futuro mais próxima ainda dos clientes, mais digital, moderna e prática, e de olho no enorme potencial do mercado da diáspora.

Reforçando, acima de tudo, como foi referenciado a firme determinação de serem uma empresa "100% cabo-verdiana".

Como foi divulgado no lançamento do novo 'branding', o novo logotipo, onde se destaca o símbolo do infinito (∞), retrata a confiança a longo prazo que os clientes têm na empresa e sintetiza a própria força de um "Cabo Verde improvável" de há 33 anos atrás, para um "Cabo Verde imparável", agora.

Débora Carvalho encabeça novo modelo de gestão

Este novo momento da Impar Seguros passa a ter agora Débora Carvalho (primeira-dama de Cabo Verde, como se sabe), no comando.

O anúncio da sua nomeação para CEO da empresa foi feito por Luís Vasconcelos, presidente do conselho de administração do Grupo Ímpar (que engloba também o Banco Cabo-verdiano de Negócios - BCN) durante a refe-



Débora Carvalho e Luís Vasconcelos

A Impar Seguros, que completa 33 anos de existência, lançou esta terça-feira, 18, na Praia, um novo 'branding' da marca, com novo slogan e uniforme para os colaboradores de 'front office'. Esta "nova largada", que se pretende "imparável", passa a ser liderada, agora, por Debora Carvalho, presidente do Conselho Executivo (CEO) da companhia.

Gisela Coelho

rida cerimónia de apresentação do novo 'branding' da empresa.

Depois da polémica sobre a questão do salário da primeira-dama, Débora Carvalho exercia, desde Julho de 2024, o cargo de directora coordenadora Sul da Ímpar, tendo ainda passado pela empresa de 2005 a 2011, como directora comercial e do pós-venda. Agora, é promovida a CEO.

Questionada por A NA-

ÇÃO sobre o que é que se pode esperar da sua gestão, especialmente nesta nova fase da empresa, Débora Carvalho começou por destacar que a equipa da Comissão Executiva, que agora lidera, recebe, da equipa anterior, "a tocha/bastão, de uma empresa rentável e da confiança dos cabo-verdianos".

"Quando entregarmos a tocha para a outra equipa que vier, a empresa deverá ser sustentável para as

próximas gerações de cabo-verdianos que continuarão a confiar nesta seguradora", acrescentou.

Sobre os desafios da empresa, doravante, entre outros, garantiu que a diáspora será um dos focos de mercado.

"Em 1992, o objectivo era mostrar que era possível viabilizar uma instituição financeira privada cabo-verdiana, num setor desafiador como o dos seguros. Tendo

mostrado que é possível ir mais longe, como era a assinatura que nos acompanhou por 33 anos, hoje, a nossa promessa é ser uma força imparável. Consolidar-se como a seguradora cabo-verdiana mais rentável, apresentar as melhores soluções de seguros para todos que estejam ligados a Cabo Verde, aqui e na diáspora, fortalecer a sua relação com a sociedade cabo-verdiana, para sempre, como refere a nossa nova assinatura".

No geral, como sintetizou, a meta é continuar a ser uma empresa sustentável, "que cuida de Cabo Verde, para sempre".

Sinónimo de sucesso, resistência e afirmação

Luís Vasconcelos, PCA do Grupo Ímpar, mostrou-se confiante com esta nova lar-

Ângela Brito e Dino d'Santiago juntam-se à Ímpar

gada, em curso na empresa, e fez questão de recuar, no tempo, para lembrar que a Ímpar Seguros teve 33 anos de “muitos desafios, algumas pedras no caminho”, mas também de um “percurso imparável”. A prova disso, argumenta, é que a companhia está firme no mercado.

“Mas, o resultado, e o porquê de estarmos aqui, hoje, é a celebração, efectivamente, de um sucesso. Um sucesso da parte da seguradora, um sucesso da afirmação de um grupo financeiro cabo-verdiano, com banco e seguros, já de importância sistémica, com relevância e peso na economia cabo-verdiana, que está a demonstrar que não estamos satisfeitos com o sucesso”, disse.

O sucesso, em si, não é um fim, mas sim um motivo para levar a empresa cada vez mais longe, num mundo onde a globalização e o digital, cada vez mais, ditam as regras. “O mundo está em mudança. A parte digital está a ganhar uma preponderância bastante grande no mercado. Vamos querer ser uma seguradora 100% tecnológica. Estamos numa fase final de o poder conseguir e passa-se, exatamente, a mesma coisa a nível da banca. Já temos a «app na mon», que já permite fazer todo o tipo de aplicações. E com a nova legislação já vamos conseguir fazer aberturas de contas digitais online, subescrever seguros à distância, não aqueles básicos formatados, mas seguros um pouco mais

complexos”, contextualizou sobre as inovações em curso.

Contornar dimensão do mercado

A aposta no digital vai ao encontro daquilo que já referiu Débora Carvalho, ou seja, tentar contornar o desafio da dispersão territorial que acaba por impactar na dimensão do mercado nacional para os negócios.

“O que estamos a procurar é também cativar a diáspora. Se conseguirmos uma porção significativa da diáspora, temos aqui um potencial de crescimento enorme. Temos feito uma forte aposta, todos os anos, na imigração. Fazemos visitas a todos os principais destinos de imigração cabo-verdiana: Estados Unidos da América, Luxemburgo, França, Portugal e Holanda, levando os serviços. Agora, com a digitalização, vamos permitir que, efectivamente, consigamos fazer negócios à distância de um click”.

Tudo isto, garante Luís Vasconcelos, tem obrigado a empresa a uma série de investimentos, tendo em conta, por exemplo, a cibersegurança. “Novos desafios, novos investimentos, mas é para isso que estamos aqui e temos capitais próprios para isso. Começamos, com um capital de 200 mil contos, há 33 anos, hoje são para cima de 5 milhões investidos integralmente na economia da parte da Ímpar, e de um capital social de 900 mil contos, no BCN, já vamos em mais de 3 milhões e meio de contos”.

Para dar ênfase à expansão cada vez maior ao mercado da diáspora, e ao próprio slogan de “imparáveis”, o lançamento do novo ‘branding’ da Ímpar Seguros contou com a presença de dois rostos bem conhecidos da diáspora cabo-verdiana, que foram escolhidos precisamente por retratarem também essa perseverança e determinação da marca. A estilista Ângela Brito, que criou as novas fardas dos colaboradores de front-office, e o cantor Dino d’Santiago. Ambos participaram de uma breve tertúlia juntamente com o PCA Luís Vasconcelos.

Ângela é natural de Santa Catarina de Santiago, mas reside no Brasil há mais de 30, onde depois de muita perseverança vingou como estilista, tendo sido a primeira afro-descendente a levar uma coleção para a Semana da Moda de São Paulo em 2019. Desde então nunca mais parou e tem colocado a tônica das suas coleções nas suas raízes africanas, fruto do trabalho in-

vestigativo que gosta de fazer. Ancestralidade aliada à contemporaneidade têm sido a sua imagem de marca, sempre ligada a Cabo Verde.

Dino d’Santiago, este, dispensa apresentações. Nasceu em Quarteira, Portugal, filho de pais cabo-verdianos de Santiago. Entre a dualidade das suas origens e cultura, começar a cantar em crioulo foi um dos seus maiores desafios. Quando todos pensavam que não ia vingar, foi a busca incessante pelas origens que hoje fazem dele um dos artistas mais influentes da actualidade, com vários prémios e distinções acumuladas nos dois países, e não só.

Activista, compositor, cantor e escritor, recentemente lançou a ópera Adilson, que retrata precisamente o calvário da imigração em Portugal e o livro Cicatrizes. A estas duas figuras das artes, a companhia juntou ainda o humor reconhecido de “Benji” que dá a cara uma publicidade da marca.



Aumenta procura pelo seguro de vida

De notar que se o sector automóvel representou, durante muitos anos, mais de 50% do total do sector segurador no país, neste momento, Luís Vasconcelos garante que representa menos de 30%. Segundo explica, é um sinal de diversificação, de crescimento das outras atividades, e do crescimento do mercado da diáspora. Conforme esclarece, o seguro de vida vem ganhando “preponderância” no mercado segurador.

“Obviamente, há aqui o cruzamento da banca com os seguros, mostrando o papel importante do seguro como corpo protetor da sociedade. Se alguém pede um empréstimo e se tem um infortúnio e falece, a família, em vez de herdar uma dívida, herda um bem livre do empréstimo. E este papel de corpo protetor está a ser bem entendido, não só pelos clientes, mas também pela própria indústria bancária cabo-verdiana”, conclui.

Governo intervém no Basquetebol

José Semedo é presidente e Mané continua de pedra e cal



José Semedo



Emanuel Trovoada

Em comunicado, assinado pelo presidente do Instituto do Desporto e Juventude (IDJ), José Eduardo dos Santos, em representação do Governo, reconheceu oficialmente a Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, liderada por José Semedo e eleita em Assembleia-Geral Extraordinária de 01 de Novembro, como entidade legítima para representar Cabo Verde nas próximas competições internacionais.

O mesmo reconhecimento estende-se, “para todos os efeitos legais de representação do basquetebol nacio-

A Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, liderada por José Semedo, foi formalmente reconhecida, pelo Governo, através do IDJ, como a legítima entidade para representar o país nas próximas competições internacionais dessa modalidade desportiva. Mané Trovoada segue como seleccionador nacional. E o destituído Hélder Gonçalves promete “lutar até ao fim”... no tribunal.

Tiago Ribeiro

nal, junto das organizações nacionais e internacionais”.

Já Hélder Gonçalves, presidente eleito da FCBB, no início deste ano e afastado da função por vontade dos clubes, expressou “profundo

estranhamento” perante a intervenção do IDJ em matérias que, diz, “são da competência exclusiva da Direcção da FCBB”.

Esta é a primeira vez que o IDJ se pronuncia desde o

início da crise administrativa no basquetebol nacional e, por ora, a situação está contida.

Entretanto, Hélder Gonçalves diz estar à espera do fim do processo judicial e

confirmou que o recurso deu entrada no Tribunal de Praia no início de Novembro, pelo que confia numa decisão dentro de “dois meses ou menos”.

À Inforpress, Gonçalves insistiu que a legislação desportiva nacional não prevê comissões de gestão para as federações e classificou a actuação do IDJ como um “precedente gravíssimo”.

O dirigente, ora destituído, diz também que ele e os seus colaboradores vão continuar a executar o seu plano de trabalho de forma reduzida, enquanto aguarda a sentença. Esse plano passou por rescindir o contrato com

Mané Trovoada e a contratação de um outro seleccionador, Victor Baía, que terá ensaiado convocar atletas para montar a sua equipa.

IDJ pede à FIBA-África que reconheça a Comissão de Gestão

Na mesma comunicação, o IDJ escreve ainda que sendo o Governo o responsável pelo reconhecimento das federações desportivas nacionais legalmente constituídas no país e principal financiador das suas actividades, deverá, também ele, “assegurar a participação de Cabo Verde no próximo ciclo de competições internacionais” nomeadamente de apuramento para o Afrobasket, Mundial e Jogos Olímpicos.

O IDJ apelou igualmente às organizações públicas e privadas, bem como à FIBA-África, para que reconheçam a Comissão de Gestão liderada por José Semedo, de modo a assegurar a participação do país nas competições que se avizinham.

Só que nesta polémica Hélder Gonçalves avançou, entretanto, que a direcção que preside está em contacto permanente com a FIBA e que qualquer consequência internacional resultará das “decisões ilegais tomadas” por terceiros.

Decisão judicial

O IDJ esclarece ainda que não existe, até ao momento, qualquer decisão judicial relativa ao recurso apresentado pela direcção destituída da FCBB, sustentando que a Comissão de Gestão permanece, para todos os efeitos

legais, como entidade representativa da modalidade.

Mané de volta à selecção

Sendo assim, Emanuel Mané Trovoada continua a ser o seleccionador nacional, reconduzido no passado dia 14, pela Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol e é ele quem vai liderar Cabo Verde na primeira janela de qualificação ao Mundial 2027, a realizar-se na Tunísia de 27 a 30 deste mês.

Convocados de Mané Trovoada

Mané Trovoada apresentou a lista dos jogadores que vão representar Cabo Verde na janela de qualificação para o Mundial, marcada para 27 a 30 deste mês, na Tunísia.

Os 14 atletas são: Kenetti Mendes; Ivan Almeida; Walter Tavares; Anderson Correia; Patrick Spencer; Ailton Marques; Joel Almeida; Roesley Mendes; Anim Delgado; Patrick Lima; Shane da Rosa; João Embaló (Oliveirense); David Bucelli (Póvoa) e Leandro Monteiro.

PM mostra apoio a Mané

O seleccionador nacional de Basquetebol, Emanuel Trovoada, foi recebido, quarta-feira, 19, em audiência, a convite do Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva, que mostrou o seu apoio à selecção nacional de basquetebol com vista aos jogos de apuramento ao Mundial que se avizinham a passos largos.

UCS aproveitou a ocasião para deixar uma mensagem de apoio, confiança e motivação a todos os atletas, equipa técnica e staff de Trovoada.

O PM diz acreditar na capacidade da nossa selecção e reiterou que devemos entrar nesta fase com ambição, “respeitando cada etapa e com espírito de superação, para construir uma equipa à altura do

nosso país”.

Para UCS, a selecção está num ciclo de renovação, com novos talentos a surgir pelo que se torna imperativo unir esforços, trabalhar com serenidade e dar o melhor.

Mané Trovoada, por sua vez, disse que o primeiro-ministro demonstrou preocupação, transmitiu força e garantiu todo o apoio do Governo.

O seleccionador garantiu ainda que os jogadores continuam motivados e disponíveis, confirmando a presença de Edy Tavares e dos restantes atletas que “estiveram sempre disponíveis para representar o seu país”.

TR



Membros da Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol

Até decisão do Tribunal, a Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, liderada por José Semedo, é quem tomará as rédeas do destino da selecção nacional nas provas internacionais

que se avizinham. Os membros eleitos em Assembleia Extraordinária de 01 de Novembro e reconhecidas pelo IDJ e pelo Governo são: José Semedo (Presidente); José Silva (Vice-Presidente); Manue-

la Elizabeth Almeida (Tesoureira); Denise Fonseca (Secretária); Paulo Martinho (Vogal); Alex Duarte (Vogal) e Henri Gomes (Vogal).



Futebol

Bubista vence prémio de melhor treinador africano de 2025

A distinção recebida por “Bubista” premeia uma “performance espetacular” dos Tubarões Azuis durante a fase de qualificação africana para o Mundial 2026 e que culminou com a confirmação da histórica e inédita presença de Cabo Verde neste evento a ser disputado nos EUA, México e Canadá.

Recorde-se que, em 10 jogos disputados, a selecção nacional somou sete vitórias, dois empates, uma única derrota, 16 golos marcados e oito sofridos, sendo que não sofreu golos nos cinco jogos realizados em casa, ou seja, no Estádio Nacional, na cidade da Praia.

Tubarões Azuis e “Vozinha” não resistiram à concorrência

Além de “Bubista”, a selecção nacional de futebol, também conhecida por Tubarões Azuis, estava igualmente nomeada para o título da Melhor Equipa do Ano de 2025 pela Confederação Africana de Futebol (CAF), mas viu a selecção de sub-20 de Marrocos conquistar o galardão. A selecção A marroquina encontrava-se, igualmente, entre as três finalistas.

Por sua vez, Josimar Dias “Vozinha”, titular da baliza dos Tubarões Azuis e do Chaves, da Segunda Liga portuguesa, também figurava nas nomeações do CAF aos melhores do ano na categoria “Melhora Guarda-re-

O seleccionador Pedro Brito, “Bubista”, foi eleito o melhor treinador africano de 2025 pela Confederação Africana de Futebol (CAF) durante a gala CAF Award’2025 realizada no reino de Marrocos. Bubista, que liderou os Tubarões Azuis na qualificação para o primeiro Mundial da história do país, ficou à frente de Walid Regragui, seleccionador de Marrocos, e de Mohamed Ouahbi, treinador da equipa marroquina sub-20 que se sagrou campeão do Mundo do escalão, entre outros seleccionadores do continente.

A Nação



de do Ano”. Porém, este troféu acabou por ser conquistado por Yassine Bounou da selecção de Marrocos.

Reações no país e na diáspora

As reações à conquista de “Bubista” não se fizeram esperar dentro e fora de Cabo Verde. Do Presidente da República, passando pelo Primeiro Ministro até ao mais comum dos cidadãos.

“A nação orgulha-se de mais esta conquista neste ano simbólico do Cinquentenário da Independência Nacional”, pode-se ler na página do Facebook da Presidência da República.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva destaca o “grande orgulho” pela “distinção merecida” de “Bubista”, que considera ser um “enorme estímulo para os Tubarões Azuis”.

“Uma verdadeira lição de liderança e humildade, de quem sempre colocou o coletivo acima dos egos individuais, tão importante em qualquer área da vida e da atividade profissional”, acrescenta o chefe de Governo.

Mário Semedo, Presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol e um dos primeiros a felicitar “Bubista” considera que a distinção do seleccionador nacional é vitória para todo o povo cabo-verdiano e surge num momento histórico marcado pela qualificação inédita para um Mundial de futebol.



Hakimi, melhor jogador de África

Achraf Hakimi, lateral-direito do PSG, venceu o prémio de melhor jogador africano de 2025, entregue pela Confederação Africana de Futebol (CAF). Hakimi ganhou a corrida ao egípcio Mohamed Salah, que foi a principal figura do Liverpool na conquista da Premier League, e ao nigeriano Victor Osimhen, que venceu o campeonato e a taça da Turquia pelo Galatasaray.

O jogador dos parisienses e da seleção de Marrocos conquistou a Ligue 1, Taça de França, Supertaça de França, UEFA Champions League, Supertaça Europeia e chegou à final do Mundial de Clubes.

A nível feminino, o prémio de melhor jogadora africana de 2025 foi para Ghi-

zlane Chebbak da seleção de Marrocos.

De realçar que as nomeações para a gala CAF Award'2025 tiveram em conta o período entre 6 de Janeiro a 15 de Utubro de 2025 e, segundo a própria CAF, essas indicações refletem "aqueles que tiveram contribuições significativas para o futebol no continente africano".

"Um painel de especialistas composto por membros do Comitê Técnico e de Desenvolvimento da CAF, treinadores experientes, lendas da CAF e representantes selecionados da média escolheu 10 indicados para cada categoria, considerando o desempenho em todas as competições", assegurou ainda a Confederação Africana de Futebol (CAF).

CAF AWARDS 2025: principais premiados

Melhor jogador(a) CAF 2025

- Masculino: Achraf Hakimi (Marrocos)
- Feminino: Ghizlane Chebbak (Marrocos)

Melhor Guarda Redes

- Masculino: Yassine Bounou (Marrocos)
- Feminino: Chiamaka Nndozie (Nigéria)

Melhor jogador jovem

- Masculino: Othmane Maamma (Marrocos)
- Feminino: Doha El Madani (Marrocos)

Treinador do Ano:

- Pedro Leitão Brito "Bubista" (Cabo Verde)

Seleção do ano:

- Masculina: Marrocos Sub-20
- Feminina: Nigéria

Clube do Ano:

- Pirâmides Futebol Clube (Egito)

Melhor árbitro

- Masculino: Omar Artan (Somália)
- Feminino: Shamirah Peace (Uganda)



Ghizlane Chebbak (Marrocos)



Yassine Bounou (Marrocos)



Chiamaka Nndozie (Nigéria)

Tubarões Azuis sobem três posições no ranking da FIFA

A seleção cabo-verdiana de futebol subiu três posições no ranking da Federação Internacional de Futebol (FIFA) actualizado Quarta-feira,19. Cabo Verde, que já está qualificado para o Mundial de 2026 a ser disputado nos EUA, México e Canadá, passa a ocupar a 68ª posição desse rankink, com 1367.95 pontos. A nível do

continente africano, Cabo Verde encontra-se na 12ª posição.

O ranking mundial da FIFA é comandado pela Espanha, com 1877.18 pontos, seguida da Argentina, França, Inglaterra, Brasil, Portugal, Países Baixos e Bélgica. Alemanha e Croácia completam o Top 10.



Vozinha



Billy Balton Brito*

Epistemofobia Jurídica II

“É precisamente neste ponto que a epistemofobia jurídica continua a manifestar-se: a dificuldade de aceitar que o Direito é uma construção racional e não emocional, uma ciência de limites e não uma arena de impulsos. Persistem vozes que desejam que o Direito funcione ao ritmo das redes sociais — imediato, irreflectido e punitivo — esquecendo que é essa pressa que historicamente destruiu repúblicas e corrompeu democracias.”

Quatro anos depois da publicação do primeiro capítulo da Epistemofobia Jurídica, na edição n.º 731 do jornal A Nação, volto a reflectir sobre este fenómeno que, longe de ter diminuído, adquiriu novas camadas de complexidade e expressão.

A Justiça é feita em nome do povo, mas não existe para alimentar percepções fabricadas de justiça. A sua missão não é teatral; é constitucional, racional e fáctica. O julgador contemporâneo deve permanecer impermeável às marés voláteis das redes sociais, cujas opiniões, na sua esmagadora maioria, são rasas, episódicas e desprovidas de densidade argumentativa. O julgador não se pode deixar iludir por pseudo-presenças digitais que, na prática, se dissolvem no vazio da ausência de qualquer acção concreta por parte dos indignados virtuais — nem mesmo nos casos mediáticos, envolvendo figuras amplamente conhecidas, em que a contestação ruidosa nunca se traduziu em verdadeira mobilização jurídica.

A privação preventiva da liberdade é a mais drástica intervenção do Estado na esfera individual. Exige, por isso, fundamentação absolutamente convincente. Não basta invocar teorias abstractas da cautelaridade: é imprescindível demonstrar, com base em factos reais, que

a permanência em liberdade do arguido constitui um risco efectivo e actual para o processo ou para a prevenção de novos crimes. O julgador tem de extrair da vida concreta elementos que revelem, de forma nítida, que o arguido — permanecendo livre — repetirá comportamentos prejudiciais ou continuará a realizar actos delituosos. Onde não houver factos, não pode haver cautelar.

O julgador que não observa estas exigências transfigura-se. Deixa de ser julgador e converte-se em justiceiro. O justiceiro é, por definição, um dissidente do Estado de Direito Democrático; alguém que age movido por impulsos pessoais e que julga o sistema jurídico como demasiado lento ou indulgente para com os prevaricadores. O cidadão justiceiro limita-se a projectar o seu arbítrio individual; o julgador justiceiro, porém, faz algo incomensuravelmente mais grave: usa a máquina do Estado — sustentada por todos nós — para materializar os seus próprios designios de “justiça”.

Nada disto, felizmente, corresponde à realidade cabo-verdiana. Os nossos julgadores, tecnicamente preparados e intelectualmente conscientes, conhecem o valor e o peso histórico da Constituição da República de Cabo Verde. Sabem que a Constituição não nasceu do acaso, mas de um

percurso marcado por momentos sombrios, de subjugação e ausência de dignidade. A actual Constituição ergueu-se precisamente para ultrapassar esses tempos, re-colocando o ser humano no centro do universo normativo, guiada por valores personalistas e judaico-cristãos que vêem a pessoa humana como imagem de Deus e como ser naturalmente livre.

“Liberdade é hino e o Homem a certeza” — diz a Constituição. Esta certeza deve estar no âmago das decisões judiciais, sobretudo quando está em causa a privação preventiva da liberdade. A própria possibilidade de recurso demonstra a humildade constitucional do sistema: o legislador reconheceu que o julgador pode errar. E se há erro, há dúvida; e onde há dúvida, não pode haver privação da liberdade. A certeza jurídica é incompatível com decisões imunes às conjecturas e refutações. O que é verdadeiramente certo não admite novos julgamentos.

Uma sociedade desprovida de cultura jurídica torna-se terreno fértil para manipulações, pois uma democracia só é robusta quando os seus cidadãos compreendem, ainda que de forma elementar, a lei que os ampara. É precisamente esse vazio de conhecimento que certos grupos exploram para fabricar percepções artificiais de

injustiça, transformando a ignorância jurídica colectiva em arma política, e não em genuína preocupação com o Estado de Direito. Enquanto o público anseia por condenações rápidas, o Direito opera com a lentidão necessária das provas e garantias; e num ambiente em que o Direito deixou de ser estudado para ser adivinhado, tudo o que é adivinhado não pode, por definição, ser validamente aplicado.

É precisamente neste ponto que a epistemofobia jurídica continua a manifestar-se: a dificuldade de aceitar que o Direito é uma construção racional e não emocional, uma ciência de limites e não uma arena de impulsos. Persistem vozes que desejam que o Direito funcione ao ritmo das redes sociais — imediato, irreflectido e punitivo — esquecendo que é essa pressa que historicamente destruiu repúblicas e corrompeu democracias.

Volvidos quatro anos, a conclusão permanece: a Justiça não está refém do clamor social. A Justiça permanece, porque se ancora na Constituição, no princípio da dignidade humana e na razão jurídica — não na opinião digital do dia.

*Inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde
Advogado / Deputado Municipal

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv





O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

Saas (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gere as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv



Américo Medina

Não acreditem nos “Gurus”: Cabo Verde precisa de política aérea, não de palpites

Não acreditem, não vejo conhecimento aí, vejo palpites e uma espécie de oráculo de pacotilha cuja relação com a indústria do transporte aéreo é feita de chutes intelectuais, embrulhados num estojo de sapiência vazia.

Olho para o lado, e vejo um Cabo Verde que continua preso a três equívocos fundamentais no debate sobre aviação. O primeiro, é a falsa escolha entre proteger a todo o custo uma companhia estruturalmente deficitária — como se fosse pilar fundacional de identidade nacional — ou abrir sem reservas de facto o mercado às low-cost carriers (LCC), supostamente “banalizando” o destino e promovendo o “turismo de pé descalço”. Ora, isto pode soar muito “chique” mas, é tecnicamente falso, sem base factual, uma “projeção” sem base empírica!

A experiência internacional na generalidade, especialmente a da Ásia Central estudada no relatório CAREC (Central Asia Regional Economic Cooperation), demonstra que as LCC são motores de desenvolvimento pois que, contribuem para a redução de tarifas, ampliam o turismo, reforçam a concorrência e criam novas oportunidades económicas.

O segundo equívoco é promovido por renomados gurus todo o terreno, que discorrem sobre ilusões aéreas mas, que nunca pilotaram um único dado real e que insistem que Cabo Verde terá feito “investimentos colossais” nos aeroportos, o que não passa na verdade de suposição não verificada (!)...

Mas, quando comparamos com Ruanda, Etiópia ou Togo que, construíram ou estão no processo de construção de terminais e

hubs para milhões de passageiro, é de fácil constatação que os investimentos cabo-verdianos foram modestos e faseados, todos eles incrementais e funcionais. Não há, pois, nenhuma obra “monumental”, nem construída de raiz, muito menos elefantes brancos ou infraestruturas votadas à ociosidade perene. O que pode estar a faltar é estratégia, ambição e visão para que as infraestruturas se possam ser ouvidas como tenores e não “falar” como papagaios!

O terceiro equívoco, talvez a nossa ilusão mais cara e danosa, é o discurso ideológico segundo o qual a TACV é “insubstituível” e “vital à soberania”. A realidade é simples e acessível até a um aluno curioso do 12.º ano: a TACV não garante rotas essenciais que não possam ser fornecidas por concorrência regulada; não cumpre indicadores de sustentabilidade; e tem sido um dos maiores riscos fiscais do Estado. Confundir nacionalismo com política de transportes perpetua um erro que já custou demasiado ao país e que por trágica ironia, tem neste governo de matriz neoliberal a sua mais irreductível trincheira, fechado em soluções maximalistas e impenetrável ao bom senso!

Ciclo económico das LCC e o mito do turismo de qualidade

A evidência empírica, é clara: liberalização = entrada de LCC = tarifas mais baixas = mais mobilidade = mais turismo = mais emprego e competitividade. Sempre que este ciclo foi aplicado, dos Açores à Geórgia, da Roménia ao Quirguistão, as LCC duplicaram capacidade, reduziram tarifas entre 20% e 40% e aumentaram a conectividade.

O argumento de que as LCC “degradam” o turismo não encontra respaldo na literatura nem nos serviços de estatística dos destinos onde operam. Passagei-

ros LCC gastam menos por dia, mas chegam em maior número, diversificam mercados, reduzem a sazonalidade e alimentam um ecossistema económico mais amplo.

A qualidade do turismo depende de ordenamento, ambiente, formação, produtos de valor e boas políticas públicas — não depende do preço do bilhete, caso contrário desde há décadas com os bilhetes de acesso mais caros no mundo, seríamos sem dúvida um destino de luxo!

Os indicadores de sucesso apurados pela CAREC mostram resultados que Cabo Verde poderia replicar, com algum trabalho: +20% a +30% de capacidade pós-liberalização; duplicação das ligações low-cost; redução da dependência de uma única companhia; crescimento sólido do turismo e das receitas associadas.

O que falta, ou que constitui óbice, não são infraestruturas, é visão política, falta de ambição e apego a abordagens ideológicas por parte de, pasmem(!)... os neo-liberais no poder!

Cabo Verde não é Seychelles

Tem sido comum, colocar Cabo Verde e Seychelles “no mesmo saco”, como se fossem destinos substituíveis ou comparáveis. Essa comparação é tecnicamente errada, metodologicamente frágil e enganadora, mais uma inferência gratuita.

Os dois arquipélagos são profundamente distintos em geografia, estrutura económica, mercado, posicionamento turístico e necessidades de conectividade. Seychelles opera um modelo ultra exclusivo, com capacidade hoteleira limitada e estrategicamente controlada, estadias longas, preços elevados e um mercado dirigido a segmentos de luxo. O país tem essencialmente duas ilhas centrais que concentram população e atividade económica, o que

reduz drasticamente a necessidade de conectividade interna e permite que a aviação funcione quase exclusivamente para entrada de turismo internacional de alto rendimento. A pequena escala da economia, a baixa dispersão demográfica e o foco quase monolítico no luxo tornam sustentável um modelo (high-value, low-density) com menos volume, tarifas mais elevadas e baixa pressão competitiva.

Já Cabo Verde é um caso completamente diferente: é um arquipélago atlântico, disperso, multifuncional e multipolar, com nove ilhas habitadas em dez, realidades socioeconómicas distintas e dependência estrutural da mobilidade aérea.

Mas a verdadeira diferença entre os dois arquipélagos não está na geografia, está na qualidade das políticas públicas e na consistência da governança. Enquanto as Seychelles consolidam um modelo de desenvolvimento coerente há décadas, Cabo Verde oscila entre ambições contraditórias, a deriva estratégica, experimentos improvisados e debates ideológicos estereis, especialmente na aviação e nos transportes, setores que são vitais para um país arquipelágico.

Uma LCC baseada no Sal... - why not?

A ilha do Sal reúne condições estruturais para sediar uma LCC africana com AOC cabo-verdiano, capital misto e gestão profissional, uma verdadeira “EasyJet África-Cabo Verde”; o aeroporto tem capacidade e cultura operacionais que não devem ser subestimados, clima estável, fluxo turístico considerável e posição privilegiada no Atlântico para ligações entre África, Europa e Américas; o país já tem acordos de Céus Abertos com vários países, pode agregar mais ao pacote já existente e, uma LCC baseada

em Cabo Verde poderia voar para Lisboa, Itália, Madrid, Londres, Brasil, EUA, Nigéria, Abidjan, Angola, Marrocos..., mediante o alinhamento de pressupostos vários e uma abordagem programática do nosso sector de transportes aéreos. Modelos comparáveis e exemplos existem de como países “remotos” podem transformar-se em bases de LCC regionais.

Estamos no limiar de uma nova era, a do Atlântico low-cost! As LCCs estão a expandir-se para esses voos intercontinentais graças a aeronaves Airbus A321LR/XLR, narrowbodies de longo alcance que reduzem custos operacionais até 30%. Exemplos já em operação ou preparação incluem JetBlue (Nova Iorque-Londres), Air Transat (Canadá-Europa), Azores Airlines (Ponta Delgada-Boston) e Wizz Air (rotas intercontinentais com XLR).

Notem que possíveis rotas a partir do Sal, encaixam perfeitamente no range+economia do A330-900neo (Boston, JFK, Norte da Europa, Leste Europeu, Angola etc) equipamento que está ao alcance de qualquer reputada LCC!

Tal como o mundo está evoluindo, Cabo Verde não está condenado ao isolamento e, as LCC provaram ser instrumentos poderosos de mobilidade, inclusão e desenvolvimento económico! Resta saber se teremos a coragem política de pôr os cidadãos e não as narrativas e ideologias no centro da política aérea nacional.

Mas, para isso e, por favor, de uma vez por todas e dentre outros...(!): não me falem em bilhetes inter-ilhas de 500CVE (barco) e 5.000CVE de avião..., essa piada já está a virar “assédio” moral, esse “Kolkhoze para Todos” já roça o ridículo e compromete qualquer seriedade no debate, uma mise-en-scène sem graça, de propostas anódinas, pobres em substância de facto, com muito cenário, muita “dramatização” e pouco conteúdo.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com



João Serra*

2016 – 2025: uma década sem criação líquida de emprego em Cabo Verde

Em Cabo Verde, o debate em torno da criação de emprego tem sido marcado por uma dissonância entre os indicadores macroeconómicos e a realidade do mercado de trabalho. O discurso oficial enfatiza taxas de crescimento do PIB, percentagens de redução do desemprego e séries estatísticas que sugerem prosperidade. Contudo, uma análise mais detalhada revela que a evolução quantitativa do emprego não corresponde a uma transformação qualitativa capaz de assegurar trabalho decente, formal e protegido. A narrativa de progresso económico, frequentemente sustentada em indicadores agregados, contrasta com a persistência de fenómenos estruturais como a elevada informalidade, o subemprego e as desigualdades territoriais e de género.

Os dados das Estatísticas do Mercado de Trabalho relativos ao 1.º semestre de 2025, divulgados em outubro p.p. pelo INE, ilustram de forma clara este paradoxo. Apesar de se registar um crescimento do emprego de 7,3% e uma redução da taxa de desemprego para 7,5%, face ao mesmo período de 2024, a análise longitudinal revela uma realidade menos animadora: a população empregada passou de 194.485 em 2015 para 228.139 no 1.º semestre de 2025 – um acréscimo líquido de apenas 6.054 indivíduos, nesse período. Este aumento é manifestamente insuficiente para responder às necessidades de uma população jovem, em crescimento e com aspirações legítimas de inclusão no mercado de trabalho. Recorde-se que o Governo, eleito em 2016 e reconduzido em 2021, prometera criar 45.000 novos postos de trabalho durante o primeiro mandato. No entanto, em cerca de nove anos de governação, foram criados uns míseros 6.054 empregos líquidos – ou seja, 673 por ano, muito aquém dos 9.000 anuais prometidos.

A teoria económica clássica, nomeadamente a Lei de Okun, pressupõe uma correlação positiva entre

crescimento económico e criação de emprego. No entanto, no contexto cabo-verdiano, essa relação mostra-se frágil. O crescimento do PIB tem sido impulsionado sobretudo por setores como o turismo e os serviços, cuja capacidade de absorção de mão-de-obra formal e qualificada é limitada. Este padrão de crescimento, frequentemente designado como “modelo do funil”, concentra valor em segmentos restritos da economia, sem gerar efeitos de arrastamento significativos sobre o tecido produtivo nacional. O resultado é um crescimento concentrado sem expandir de forma proporcional o emprego formal.

A elevada taxa de informalidade – 46,5% do emprego total – é a chave para compreender por que a relação clássica prevista pela Lei de Okun falha no caso cabo-verdiano. Grande parte do crescimento traduz-se em ocupações informais: trabalhadores por conta própria sem proteção social, vendedores eventuais, empregos sazonais ligados ao turismo. Estas formas de ocupação aumentam a população empregada sem, no entanto, constituírem emprego formal de qualidade, com direitos e progresso. A subutilização do trabalho, em torno de 23,9%, e o subemprego de 7,4% – com incidência superior entre mulheres e em meios rurais – reforçam que muitos trabalham menos do que gostariam e sem garantias, uma realidade que as estatísticas agregadas de emprego tendem a maquilhar.

A especialização em setores de baixo valor acrescentado e com fraca capacidade de absorção de mão-de-obra qualificada significa que o crescimento do produto pode resultar mais da intensificação do capital, do aumento de rendimentos turísticos e de ganhos de produtividade pontuais do que de verdadeira incorporação de emprego.

Outro elemento crítico é a recente emigração de quadros e jo-

vens qualificados. Este fenómeno, ao mesmo tempo que reduz a pressão sobre o mercado interno, priva o país de recursos humanos essenciais para a diversificação económica e para a inovação. A saída de mão-de-obra qualificada contribui para a manutenção de um mercado de trabalho segmentado, em que a oferta de emprego formal é insuficiente e a procura de oportunidades leva à perpetuação da informalidade. A emigração, neste sentido, funciona como um mecanismo de ajustamento externo que atenua tensões sociais imediatas, mas agrava a fragilidade estrutural do mercado laboral.

Do ponto de vista institucional, as políticas públicas de emprego têm revelado limitações significativas. Programas de estágios que não resultam em integração efetiva e iniciativas de microcrédito com impacto reduzido são exemplos de medidas que, embora bem-intencionadas, não produzem efeitos estruturais. A predominância do Estado como empregador, aliada a práticas de clientelismo e compadrio, mina a credibilidade dos processos de recrutamento e limita a emergência de uma cultura de mérito que é vital para atrair e reter talento. E quando o mérito é desvalorizado, o talento emigra, deixando o país órfão de quadros e de esperança. O círculo vicioso repete-se: a falta de oportunidades alimenta a emigração, a emigração reduz a pressão interna por reformas, e a ausência de reformas perpetua a estagnação.

As desigualdades de género e territoriais constituem dimensões adicionais do problema. As mulheres enfrentam maiores taxas de subemprego e informalidade, em parte devido à sobrecarga de trabalho de cuidados não remunerado e à insuficiência de serviços de apoio que permitam a sua plena integração no mercado formal. As ilhas periféricas, por sua vez, enfrentam constrangimentos estruturais rela-

cionados com a fraca diversificação económica, a escassez de infraestruturas e a distância dos principais centros de decisão. Estas disparidades reforçam a necessidade de políticas regionais diferenciadas e de investimentos direcionados para reduzir assimetrias e promover a coesão territorial.

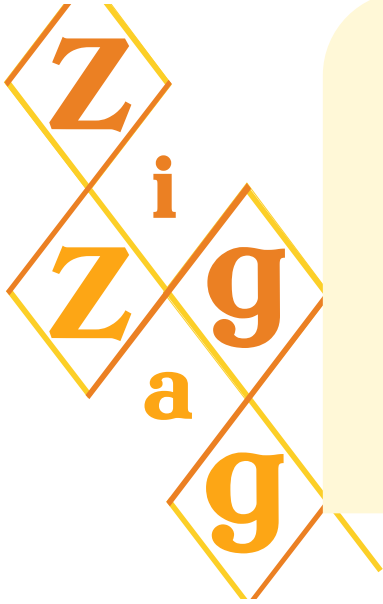
A análise do mercado de trabalho cabo-verdiano demonstra, assim, que o crescimento económico, embora aparentemente robusto, não é condição suficiente para assegurar emprego de qualidade. A ausência de uma estratégia de diversificação produtiva, a elevada dependência de setores de baixo valor acrescentado e a fragilidade institucional limitam a capacidade do país de transformar crescimento em inclusão laboral. O desafio consiste em articular políticas macroeconómicas com políticas de emprego e proteção social, de modo a garantir que o desenvolvimento se traduza em oportunidades reais para a população.

Em conclusão, a situação atual evidencia a necessidade de uma revisão profunda do modelo de desenvolvimento. Cabo Verde dispõe de ativos estratégicos – estabilidade política, diáspora qualificada, atratividade turística e capital humano – que podem ser mobilizados para promover um crescimento mais inclusivo. Contudo, tal exige coragem política, visão técnica e capacidade de implementar políticas públicas coerentes e de longo prazo. Enquanto persistir a discrepância entre o discurso oficial e a realidade do mercado de trabalho, a narrativa de prosperidade continuará a ser desmentida pelos factos. Reconhecer esta realidade é condição necessária para redefinir prioridades e construir um pacto social assente em trabalho digno, formal e produtivo.

Praia, 15 de novembro de 2025

*Doutor em Economia

“O Governo, eleito em 2016 e reconduzido em 2021, prometera criar 45.000 novos postos de trabalho durante o primeiro mandato. No entanto, em cerca de nove anos de governação, foram criados uns míseros 6.054 empregos líquidos – ou seja, 673 por ano, muito aquém dos 9.000 anuais prometidos.”



Bubista, the best one

Além de “papa léguas”, Pedro Bubista tem tudo para ser o homem do ano de 2025, o “best one” das ilhas. A sua carreira é uma maratona de sucessos: começou como jogador, cabrer, na sua Boa Vista natal, evoluiu para treinador e agora comanda os Tubarões Azuis. De tal forma que, depois de conquistar África e ontem o título de Melhor Treinador do continente, em Marrocos, parece certo de que aquele troféu é pequeno demais. O próximo destino? O Mundo. O nosso “the best one” não pára!



Chuvas, desfiles...

As últimas e violentas chuvas que deixaram Santiago Norte de pernas para o ar foram logo transformadas em palco VIP para a classe política. O Governo até produziu um comunicado queixando-se do facto de a TCV – quem diria! – não ter acompanhado a sua Excelência, o PM, no seu trabalho de campo para ver os sinistros. Como quem diz, “de que vale mostrar a cara e o corpo ao povo, se não há televisão?” Seguiu-se o PR, com a devida cobertura televisiva. Nalguns casos, a população, já vacinada contra promessas molhadas, nem perde tempo: vira as costas, olha o horizonte e até assobia, ignorando o cantarolar político, como mostra a imagem.



Solidário

Quem não deixou os créditos por conta nem do Governo nem do PR, e muito menos da cobertura da TCV, foi o Francisco Carvalho, que logo entrou nas redes para mostrar a sua solidariedade aos municípios de Santiago Norte. Como tratou de informar a página oficial da CMP no Facebook, a “exemplo do que fizemos em São Vicente, Santo Antão, Tarrafal e outras localidades, foram colocados à disposição máquinas e outros equipamentos de que venham a necessitar”.



O salvador

Mas a mensagem do nosso putativo PM em 2026 tem mais este momento sublime: “Neste momento em que muitos municípios sofrem com a falta de recursos, sobretudo nacionais, é preciso que todos estejamos unidos para enfrentar os desafios, principalmente da falta de planeamento diante de uma crise climática que vem mostrando cada dia mais os seus efeitos”. Para quem não entendeu: ainda bem que há o Chico para nos salvar da afronta climática.

Birras no basket, “djunta-mon” no futebol

Enquanto há birras para ver quem fica no comando da Federação de basquetebol, no futebol Mário Semedo e Mário Avelino “Donnay” juntaram as candidaturas, num fraternal “djunta-mon”, e apresentam uma lista única às eleições da FCF, para garantir a caravana ao Mundial. Inesperadamente, Donnay abdicou da sua candidatura e juntou-se à de Mário Semedo, por iniciativa própria, ressaltou Semedo, tudo isto por um bem maior, o futebol cabo-verdiano.

Estradas

Entre os colaboradores de Mário Semedo, que estiveram com ele na luta contra Donnay, houve quem não tivesse gostado da harmonia em que o “arranjo” acabou sendo feito para a nova direcção da FCF e, de imediato, recorreu ao Facebook para expor a dor. “Não espere que os outros tracem o teu caminho”, escreveu Paulo Santos, cheio de mistério e misticismos. “As estradas mais incríveis são aquelas que construímos com nossos próprios sonhos, esforços e determinação. As jornadas mais bonitas são aquelas inesperadas...” Como quem diz, “ah, Mário!...”

Ventoinhas

Será que a Vinci está a poupar na conta de eletricidade à custa do desconforto dos passageiros que fazem o check in no aeroporto da Praia? É que, há mais de seis meses, os aparelhos de ar condicionado não funcionam naquele espaço onde circulam largas centenas de pessoas diariamente. Para tentar atenuar o calor infernal a administração do aeroporto colocou ventoinhas para os funcionários da CV Handling, esquecendo-se dos passageiros que pagam taxa aeroportuária. A AAC, como sempre, fecha os olhos para o desconforto dos passageiros, facilitando o conforto dos poderosos.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

**Sempre no
coração!**

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

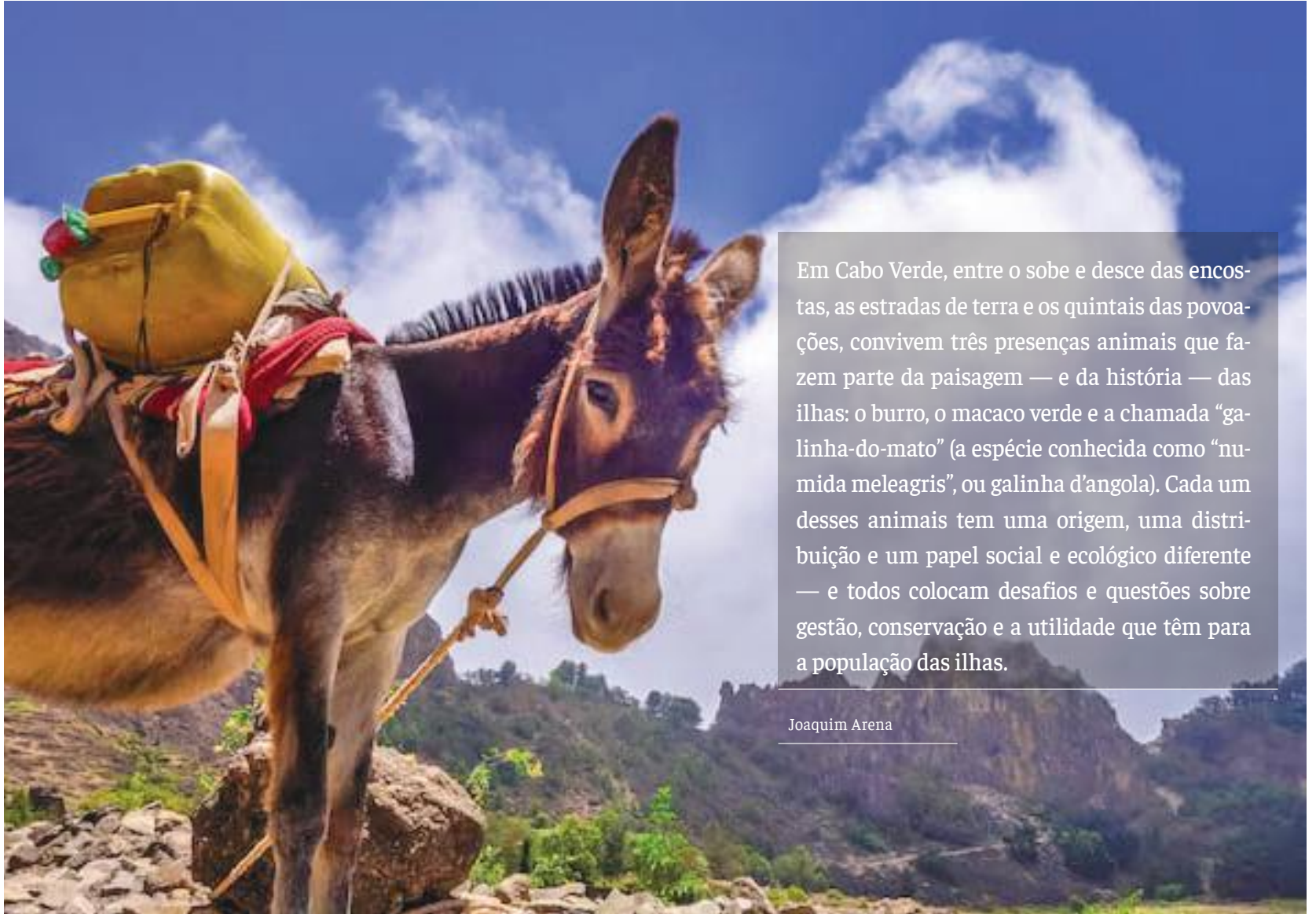

anacaocaboverde

Etc.



Os animais de Cabo Verde

Burros, macacos e galinhas-do-mato: quem são, de onde vêm e onde vivem em Cabo Verde



Em Cabo Verde, entre o sobe e desce das encostas, as estradas de terra e os quintais das povoações, convivem três presenças animais que fazem parte da paisagem — e da história — das ilhas: o burro, o macaco verde e a chamada “galinha-do-mato” (a espécie conhecida como “numida meleagris”, ou galinha d’angola). Cada um desses animais tem uma origem, uma distribuição e um papel social e ecológico diferente — e todos colocam desafios e questões sobre gestão, conservação e a utilidade que têm para a população das ilhas.

Joaquim Arena

Começando pelo burro (animal de referências bíblicas e determinante na evolução do comércio, antes de os camelos serem domesticados), este acompanha a presença humana nas ilhas desde os primeiros dias do povoamento.

Na época, cavalos, burros e mulas foram trazidos por navegadores e colonos portugueses e tornaram-se essenciais para o transporte de carga, trabalho agrícola e a deslocação pelo terreno montanhoso e caminhos estreitos, como Santo Antão, São Nicolau e partes de Santiago.

Registos históricos e re-

latos etnográficos sobre a introdução de equídeos nas ilhas e na região macaronésica associam-nos ao fluxo de navios e gentes entre a África Ocidental, a Península Ibérica e as ilhas atlânticas desde o século XV.

Hoje, nalgumas regiões rurais do país o burro continua imprescindível — é ainda usado por pequenos agricultores e pastores (para transporte de água, sobretudo) em locais de difícil acesso, como a localidade de Co-voada, em São Nicolau, por exemplo — embora a mecanização e a mudança de modos de transporte (motos, carrinhas e camionetas) tenham reduzido o seu papel.

Em algumas ilhas turísticas, este animal também passou a fazer parte de imagens e roteiros turísticos, num misto de utilidade e exotismo fotogénico.

O burro: companheiro antigo das áreas rurais

No entanto, a sua não utilização, como anteriormente, levou a que muitos voltassem a um estado semi-selvagem, representando, inclusive, algum perigo nas vias de circulação. Em certas ilhas, como o Maio e a Boa Vista e mesmo partes de São Nicolau, como Juncalinho, é notório o aumento do burro selvagem pelos

campos, assim como a sua deslocação - impulsionada pelos anos de seca - ao final do dia, para dentro das povoações, em busca de água ou comida. O caso atinge níveis de maior preocupação em ilhas como a Boa Vista, onde iniciativas populares como a designada por “Burrinho” surgiram, recentemente, para ajudar a preservar este animal, retirá-lo das estradas e povoações e fixá-los nos campos.

De acordo com os seus promotores, as iniciativas incluem a construção de bebedouros nas zonas agrícolas e distribuição de pasto para evitar que os burros invadam localidades como Sal Rei,

vasculhando os contentores de lixo, à procura de comida. Muitos destes animais, após o cair da noite, acabam por invadir as estradas, atravessando-as e chegando a causar acidentes.

Em 2022, uma equipa de 75 voluntários apoiados por 17 viaturas e divididos por 13 zonas da ilha, envolvendo ONGs e a delegação do Ministério da Agricultura, em articulação com a autarquia da Boa Vista, levou a cabo um censo, que registou cerca de 792 burros na ilha. A maioria concentrada na zona norte e nordeste.

Uma das soluções, adiantadas pelas autoridades, passaria pelo envio destes ani-

mais para outras zonas do arquipélago onde os burros ainda são utilizados no dia a dia das populações. Um animal que tem sido determinante na ocupação do território das ilhas e que faz parte da história do povoamento de Cabo Verde.

O macaco-verde: espécie introduzida, presença concentrada

O chamado macaco-verde (*chlorocebus sabaeus*) tem uma história singular em Cabo Verde. Tal como o burro, não é uma espécie nativa do arquipélago, e também terá sido introduzida — provavelmente ainda no início da colonização — vindos da costa africana ocidental (Guiné-Bissau/Senegal). Fontes científicas e relatos históricos assinalam que populações estabelecidas existiam

sobretudo na ilha de Santiago e que há muito que existem registos também na Brava.

Em outras ilhas, a presença é esporádica e, em muitos casos, referem-se a animais mantidos mais como animais de estimação em ilhas como Sal ou Boa Vista, mas sem populações selvagens estáveis.

A presença do macaco em Santiago é antiga — as referências vêm desde o século XVI — e ao longo do tempo a espécie acabou por entrar no imaginário e na prática rural. Ao mesmo tempo que alguns valorizam sua presença (por exemplo para dispersão de sementes), outros consideram-no uma praga agrícola. Nos últimos anos surgiram relatos sobre o declínio local das populações devido a pressão humana (caça, confronto com agricultura em

expansão e captura) e também iniciativas privadas de protecção — como o santuário criado por pessoas e associações que procuram salvar alguns exemplares e sensibilizar para a conservação.

A resposta institucional do Estado tem sido desigual, havendo relatos na imprensa e críticos que apontam o problema dos danos agrícolas gerados pelos macacos e mencionam abates pontuais como resposta, enquanto entidades da sociedade civil tentam promover alternativas.

A “galinha-do-mato”, avifauna introduzida e adaptada

O nome popular “galinha-do-mato” pode referir diferentes aves em contextos distintos, mas uma referên-

cia recorrente em guias e páginas sobre a fauna cabo-verdiana é a galinha-d’Angola (numida meleagris) — uma ave originária do continente africano que foi introduzida no arquipélago há séculos. Em certas regiões do Brasil, Minas Gerais, por exemplo, são conhecidas por “galinha da Guiné”.

Registos locais indicam a presença desta espécie em várias ilhas, com menção particular a Santiago, Fogo, São Nicolau e Maio como ilhas onde a galinha-do-mato ou galinha-d’angola se encontra actualmente. Estas aves deslocam-se em bandos, adaptaram-se a vários habitats e, em contexto agrícola, podem também provocar danos consideráveis nas sementeiras e culturas — ao mesmo tempo que são parte da tradição alimentar e da avifauna doméstica/semis-

selvagem.

Ao longo dos tempos, sobretudo a partir do início do século XX, criou-se o hábito da caça à galinha-do-mato, sobretudo nas ilhas de São Nicolau e Maio. Em São Nicolau, muitos dos emigrantes ‘americanos’ dessa época traziam espingardas para a ilha e reuniam-se, após a época das chuvas, para irem caçar galinhas-do-mato, pela ilha.

Memórias da canhota e dos caçadores de São Nicolau

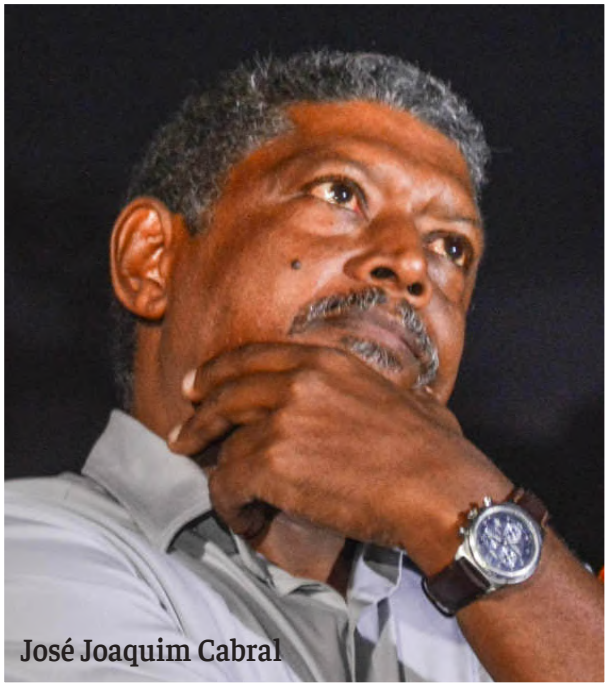
E é o historiador e escritor Joaquim José Cabral, ele próprio caçador e possuidor de uma carabina, que adianta que no tempo das fomes terá sido introduzida uma outra espécie de ave da rapina: a canhota (referida, inclusive, em algumas mornas).

“A canhota, que é o abutre egípcio, aparece referenciada no livro *Chiquinho* e os últimos exemplares desta espécie vi-os na Boa Vista há alguns anos. Mas está extinta em Cabo Verde, foi introduzida nas ilhas para ajudar na limpeza das mortes, de pessoas, animais, em locais inacessíveis, que aconteciam no passado. E no livro *Chiquinho*, quando fala nos famintos que desciam em direcção à Vila, as canhotas ficavam a pairar no céu, à espera, para descerem sobre as carcaças dos que iam ficando pelo caminho”, afirma o historiador, JJ Cabral.

Para o historiador, uma das razões para a extinção das canhotas terá sido o envenenamento dos gafanhotos com DDT, durante uma praga de 1972. “E estas aves comiam os gafanhotos e morriam envenenadas também. As poucas que sobreviveram punham os ovos com uma casca muito frágil, que normalmente quebravam no ninho, o que ajudou também à sua extinção em Cabo Verde”, diz.



Caçadores ‘americanos’



José Joaquim Cabral



No que respeita à caça das galinhas-do-mato, Cabral considera-se como parte dos últimos caçadores da ilha. “Na verdade, eu sou depositário duas dessas caçadeiras, a de um ‘americano’, do início do século XX, o senhor Júlio Almada, uma caçadeira que ainda dá uns tiros, e a do senhor Gominho, o conhecido professor, sou depositário delas e estão no Museu da Pesca, no Tarrafal”.

JJ Cabral recorda outros: “Nho Liliche, Nho Maninho de Nha Quilda, Nho Pedro Tancha, todos caçadores. Mas estes foram morrendo, e mais tarde foram surgindo outros caçadores, aficionados, como eu, o senhor Jack Pinheiro, da fábrica SUCLA, do Tarrafal, que tem uma caçadeira winchester, outros também importaram espingardas, etc, porque na época não era muito complicado, mas tudo mudou com os assaltos na Praia, assassinatos, etc, e as autoridades foram restringindo cada

vez mais o acesso às armas e munições, os cartuchos.”

Recorda como tinha importado uma caçadeira russa, da marca Baikal 153, e levou dois anos para registar a arma por causa das restrições legais. Nos últimos anos a prática da caça à galinha-do-mato ressurgiu através do grupo de caçadores de José Joaquim Cabral.

“Alguns com autorização, outros sem autorização, mas fomos caçando, porque a lei das armas que existe actualmente é extremamente restritiva” afirma.

No entanto, adianta, “quem já tinha autorização foi-lhe permitido importar cartuchos (munição), como é o meu caso; tinha autorização para importar 500 cartuchos, mas tudo segue um protocolo internacional, com um documento escrito em três línguas, compras mas não vês os cartuchos, pagas, dás o teu endereço, e o fornecedor vai embarcar a mercadoria directamente para a

polícia em Cabo Verde. Esta, por sua vez, envia para a al-fândega e eu faço o levantamento, desembaraço-a lá.”

Praga de galinhas-do-mato

A justificação para a caça destas aves, adianta, é que nos últimos anos elas tornaram-se “uma verdadeira praga para a agricultura.” E aconteceu já aviões quase a aterrarem no aeródromo da Preguiça terem de abortar a manobra por causa da presença de galinhas-do-mato na pista”.

“Ainda há umas semanas fui caçar na zona da Gombesa da Silva, no sopé do Monte Gordo, e vi como as galinhas do mato não deixam cultivar nada. Passaram a comer por exemplo bananas que antes não comiam, sobem nas bananeiras, comem mangas, já conseguem inclusive escavar mandiocas, coisa que não faziam; em certas zonas de São Nicolau,

quem quiser fazer um pouco de sementeira de milho, tem de ir todos os dias ao final do dia e ficar de atalaia até o amanhecer, se não, não tem hipótese de ter alguma produção.”

E mesmo nos regadios de São Nicolau, as galinhas estão presentes, “porque desapareceram os predadores, as aves de rapina, caçadores, que lhes davam caça, nos ninhos eram retirados os ovos e mantinha-se o equilíbrio ecológico”, explica Cabral. E adianta que foram já feitos contactos por via institucional, com o Ministério da Agricultura, para autorizar abates controlados, mas não houve qualquer resposta.

“Nas regiões altamente produtivas de São Nicolau, as galinhas-do-mato não dão tréguas, causando muito prejuízo a diversas famílias de agricultores. Muitos têm de colocar pedras em cada centímetro do terreno, mas as galinhas do mato são persistentes”.

Prejuízos já foram registados também nas ilhas do Fogo e do Maio, provocados por galinhas-do-mato, assim como também por macacos, em algumas regiões de Santiago.

Origem comum: humanos, navegação e comércio

A história comum dos três grupos de animais é que nenhum é nativo ao arquipélago: burros e aves foram trazidos pelos colonizadores e comerciantes; os macacos chegaram como animais transportados entre zonas da costa africana e as ilhas. A localização geográfica entre a costa ocidental africana e rotas marítimas foi determinante. Cabo Verde foi ponto estratégico e importante de escala e de trocas, e animais domesticados/semidomesticados acompanharam também essa circulação.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE Cabo Verde

A SUA MULTI-PLATAFORMA DE CONFIANÇA!

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

anacaocaboverde

Carnaval em São Vicente

Câmara, LIGOC e grupos em passos trocados

A pesar das divergências, há um ponto em que todos concordam: o Carnaval é um importante motor económico para São Vicente, principalmente agora que a ilha precisa de se erguer dos estragos causados pela tempestade de Agosto passado.

“Os valores económicos que o carnaval do Mindelo movimenta são enormes e sem igual em Cabo Verde, pela sua complexidade social, cultural, de criatividade e financeira. É urgente que se faça um estudo para podermos falar de números porque sem dados é difícil de se pronunciar”, afirma o empresário Eduíno David Soares.

A população, contudo, não precisa de estatísticas para perceber os benefícios. As vendedeiras ambulantes garantem que é nesta altura que mais facturam. “No Carnaval, vendemos tudo. É a semana em que conseguimos pôr dinheiro de lado para o resto do ano”, diz Maria de Lurdes, que há mais de duas décadas monta a sua banca de comidas na Praça Nova.

Os hoteleiros falam em ocupação a 100%, os restaurantes enchem-se de clientes e a cidade vive uma movimentação intensa na semana que antecede e sucede o reinado do rei Momo. Para os operadores turísticos, o Carnaval é a vitrine internacional de São Vicente, atraindo visitantes de várias partes do mundo.



O Carnaval de São Vicente continua na berlinda em risco. Não obstante o “boicote” de três importantes grupos, a Câmara Municipal, apoiada pelo presidente do LIGOC, Marco Bento, garante que a festa vai acontecer. No meio da celeuma, acusações e contra-acusações, o rei Momo continua a ser disputado não apenas na avenida, mas também nos bastidores do poder.

João A. do Rosário

A Câmara Municipal garante o espectáculo

Perante o anúncio do Conselho Deliberativo da LIGOC-SV, em apoio aos grupos Monte Sossego, Estrela do Mar, Vindos do Oriente e Escola de Samba Tropical, de que não haverá desfile nem concurso oficial no carnaval de 2026, por

culpa da Câmara Municipal, esta apressou-se a tranquilizar a população.

Em conferência de imprensa, o edil Augusto Neves, acompanhado pelo presidente da LIGOC-SV, Marco Bento, e pelos vereadores Rodrigo Martins e José Carlos, garantiu que o Carnaval de 2026 vai acontecer, sim

senhor, no Mindelo.

“O Carnaval é do povo de São Vicente. E o povo pode contar com a sua Câmara Municipal”, disse Neves, sublinhando que a edilidade não vai permitir que a cultura mindelense seja usada como instrumento de disputa política. O autarca destacou ainda que, mesmo após

os impactos da tempestade Erin, a Câmara tem assegurado estabilidade e apoio institucional, com financiamento regular e transparente. Para Neves, a não participação de alguns grupos resulta de divergências internas e não de falhas da autarquia.

A divisão dentro da LIGOC

A posição da LIGOC-SV tem sido marcada por contradições. Enquanto o Conselho Deliberativo, em apoio aos quatro grupos “revoltosos” – Monte Sossego, Estrela do Mar, Vindos do Oriente e Escola de Samba Tropical – anunciou que não vão participar em qual-

quer desfile oficial, o presidente da Direcção Executiva, Marco Bento, procurou demarcar-se dessa decisão. A sua postura tem, contudo, gerado estranheza. Bento apareceu ao lado de Augusto Neves, numa conferência de imprensa, no Paços do Concelho, em que se discutiu a possibilidade de rescindir o acordo com a Liga, mas ausentou-se da conferência dos próprios elementos da LIGOC, alegando estar doente. Esta dualidade de presenças e ausências tem sido interpretada como uma demarcação em relação aos “revoltosos”, posicionando-se mais próximo da Câmara Municipal e dos grupos Cruzeiros do Norte e Flores de Mindelo.

Vozes da população

Na rua, a população reage com preocupação e desconfiança. “O Carnaval não pode parar. É a nossa festa, é o que nos dá alegria e também sustento”, afirma João

Carlos, motorista de táxi que todos os anos vê os seus rendimentos duplicarem durante a semana da folia. Para os jovens, o Carnaval é também um espaço de afirmação cultural.

“É o momento em que mostramos a nossa criatividade, a nossa força. Não pode ser destruído por brigas de dirigentes”, diz Ana Paula, estudante universitária e integrante de um grupo carnavalesco.

Empresários pedem clareza

Os empresários locais exigem clareza e estabilidade. “O Carnaval é uma marca de São Vicente. Não podemos brincar com isso. Precisamos de garantias para investir, para preparar pacotes turísticos, para mobilizar recursos”, afirma Jorge Lima, dono de uma agência de viagens.

Para os hoteleiros, qualquer incerteza pode significar cancelamentos e avul-

tados prejuízos. “Os turistas querem segurança. Se houver dúvidas sobre o desfile, eles não vêm”, alerta Carla Monteiro, gerente de um hotel no centro da cidade.

O futuro em disputa

Com a Câmara Municipal a garantir que haverá Carnaval e a LIGOC dividida, o brilho do carnaval de 2026 permanece em aberto. Com apenas dois grupos, a competitividade estará, à partida, comprometida e com ela parte da emoção que tem caracterizado o Carnaval mindelense.

Quem também parece ter a sua sobrevivência em risco é a LIGOC. Afinal, quem representa ela neste momento, com Augusto Neves a ameaçar voltar a chamar para a Câmara a responsabilidade de voltar a organizar o Carnaval, garantindo transparência, eficiência e respeito pelos artistas, trabalhadores e para com a população?



PUB

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
Cabo Verde

alfa radio
A diferença na arte de comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfav@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com

Mali à beira do abismo

Extremistas islâmicos do JNIM asfixiam o país

A crise de segurança que o Mali vive já é considerada a mais grave de sempre, com o país a ser desafiado directamente por um bloqueio económico imposto pela Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), grupo jihadista ligado à Al-Qaeda. A acção, iniciada em Setembro, tem paralisado rotas vitais de abastecimento de combustível para a capital, Bamako, e expõe com crueza a fragilidade do regime militar que governa o país desde o golpe de 2020.

Joaquim Arena

Dos três regimes que governam os países da Aliança do Sael (Mali, Burkina Faso e Níger), o do coronel Assimi Goita, que assumiu o poder no Mali, após dois golpes em 2020 e 2021, parece estar mais perto de claudicar. A junta estabelecida por ele prometeu restaurar a ordem e conter a expansão dos extremistas islamistas - uma das razões invocadas para o golpe. No entanto, segundo analistas, não só a insegurança aumentou, como agora atinge directamente a capital — onde se concentra grande parte da elite política e económica do Mali.

Em meados de 2025, o Conselho Nacional de Transição aprovou uma lei que estende o mandato de Goita por mais cinco anos, até pelo menos 2030, frustrando expectati-

vas de retorno imediato a um governo civil. Além disso, o regime suspendeu partidos políticos por tempo indeterminado, sob alegações de “ordem pública”, por entre protestos tímidos — mas significativos — em Bamako contra os planos de consolidação de poder.

De acordo com a imprensa internacional, essas medidas autoritárias têm alimentado o descontentamento entre a população, e há o risco concreto de dissidência dentro das forças armadas, caso estas clivagens internas se aprofundem. Alguns analistas já alertam para a possibilidade de um novo golpe militar se a instabilidade persistir.

O cerco do JNIM

Criado em 2017, a partir de uma aliança entre grupos

jihadistas incluindo a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), Ansar Dine e a Katiba Macina, o JNIM intensificou a sua ofensiva política ao mesmo tempo que impunha uma guerra económica. A tática agora é menos sobre ocupação territorial e mais sobre o estrangulamento logístico: o grupo tem atacado camiões-cisterna, sequestrado condutores e incendiado veículos para interromper o fornecimento de combustível que chega por estradas vindas do Senegal e da Costa do Marfim.

O resultado é dramático, como relatou a estação de televisão Al Jazeera: filas quilométricas nos postos de gasolina, apagões por falta de combustível para geradores, escolas fechadas, negócios parados e uma sensação generalizada de co-



lapso. Os cortes de energia tornaram-se rotina, no que muitos descrevem como um cerco moderno à capital do país. Embora o JNIM ainda não possua força militar para tomar Bamako de modo tradicional — as suas operações estão mais voltadas para a pressão indirecta —, analistas afirmam que o seu verdadeiro objectivo é forçar as negociações com o governo ou com uma futura administração pós-golpe, de modo a obter legitimidade política e aplicar a sua visão de Estado islâmico.

Relatórios dos serviços secretos apontam que, em troca dessa legitimidade, o grupo poderia exigir a implementação da sharia, para além de mudanças institucionais ou até mesmo a participação no governo. Essa ambição preocupa as auto-

ridades malianas, até porque o JNIM já exerce alguns graus de governo informal em áreas sob o seu controle, cobrando “zakāt” (imposto religioso) e oferecendo segurança local, como escreveu o The Washington Post.

Escalada militar e os confrontos sangrentos

Paralelamente ao bloqueio, o JNIM tem intensificado os ataques convencionais contra as forças do governo. Em Junho deste ano, o grupo reivindicou a tomada de uma base militar em Boulikessi, na fronteira com o Burkina Faso, numa operação que resultou em dezenas de soldados mortos. Noutra frente, no mês de Maio, o JNIM lançou um ataque à base de Dioura, causando pesadas baixas



nas fileiras do Exército maliense.

Para os observadores internacionais, esses ataques demonstram que a capacidade militar do JNIM não deve ser subestimada — mesmo com menos recursos do que um Estado formal, o grupo tem conseguido estabelecer-se como uma força letal e estratégica, capaz de realizar operações em diversas frentes.

A fragilidade do regime e o risco de colapso

O cerco económico combinado com a pressão militar começa a gerar alertas sobre a possibilidade de colapso do regime em Bamako. Especialistas citados pela Reuters advertem que o bloqueio pode precipitar outro golpe — o que seria o

terceiro desde 2020 —, destabilizando ainda mais o país. O JNIM, por sua vez, pode sair beneficiado desse cenário: uma nova crise política pode abrir caminho para acordos de poder ou concessões institucionais, que reforçariam o seu papel de actor político. Segundo a empresa de análise Control Risks, o grupo busca não apenas resultados militares, mas reconhecimento diplomático.

Além disso, teme-se que, se a tomada formal do poder não for viável, o JNIM possa instaurar um modelo híbrido de “governo de sombra”: impondo a sharia no seu território, administrando comunidades locais e mantendo a mobilidade para controlar fluxos essenciais, como rotas comerciais ou de abastecimento.

Diplomacia, refugiados e pressões internacionais

O enfraquecimento da autoridade central no Mali já provocou reacções internacionais. Em consequência desta crise, várias embaixadas ocidentais — incluindo a França e os EUA — têm recomendado aos seus cidadãos para que deixem o país. A retirada ou suspensão de actividades diplomáticas é indicador do grau de isolamento que Bamako já está a viver.

E no que respeita aos parceiros internacionais, observadores questionam também a aliança da junta com os mercenários russos. Desde a saída da França em 2022, que o Mali se vem aproximado da Africa Corps, herdeira do Grupo Wagner, para apoio mi-

litar. No entanto, analistas franceses consideram que esse apoio não tem sido suficiente para conter a ofensiva jihadista — e que os seus interesses podem não estar alinhados com a estabilização real do país.

Consequências e riscos para a região

Especialistas em geoestratégia alertam para a gravidade da situação, pois o que se desenha no Mali não é apenas uma crise nacional, mas um risco geopolítico para todo o Sael. Um desmoronamento do regime de Bamako, segundo eles, poderia provocar um vazio de poder perigoso, e ter um efeito de dominó nos vizinhos Burkina Faso e Níger, que também lidam com a instabilidade. Há ainda a

possibilidade de o JNIM usar esse momento para expandir a sua influência na África Ocidental, reforçando as rotas de tráfico de armas, pessoas e contrabando — transformando áreas vulneráveis em zonas de poder jihadista institucionalizado.

Cenário sombrio, fraqueza do regime

Apesar das previsões alarmantes, alguns analistas defendem que uma tomada total do país pelo JNIM — nos moldes de um Estado teocrático — ainda é improvável. O grupo enfrenta limitações logísticas e não possui uma força convencional forte o suficiente para conquistar cidades como Bamako, através de combates diretos, como aconteceu na Síria com os grupos rebeldes.

No entanto, para os observadores, o que torna a situação especialmente perigosa não é apenas a ambição do JNIM, mas a fraqueza da junta militar, a sua dependência externa e a falta de alternativas políticas legítimas. Sem uma resposta credível — militar, diplomática ou de reconciliação nacional —, o risco de que o grupo jihadista converta sua influência em poder duradouro cresce de forma real e preocupante.

Tanzânia

ONU exige investigação sobre mortes após eleições

As forças policiais são acusadas de cometerem centenas de mortes, durante os tumultos que se seguiram às eleições gerais do dia 29 de Outubro. Para além disso, a polícia elaborou uma lista com mais de uma centena de pessoas, entre políticos, jornalistas e activistas, acusados de traição. Mas o alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, instou, nesta terça-feira, uma investigação de relatos de assassinatos e outras violações cometidas durante a última votação presidencial no país.

Joaquim Arena

Na sequência do descontentamento pelos resultados das eleições, a polícia da Tanzânia prendeu Amani Golugwa, um funcionário sénior do partido da oposição Chadema no passado sábado, anunciou a agência Reuters, em Nairobi. As autoridades nomearam nove outras pessoas que estão sendo procuradas em conexão com os protestos violentos que se seguiram às eleições de há duas semanas, um dia depois de os promotores acusarem 145 pessoas de traição.

Esse partido da oposição e alguns activistas dos

direitos humanos afirmam que as forças de segurança mataram mais de mil pessoas. O governo classificou o número como exagerado, sem informar seu próprio número de mortos. “A força policial, em colaboração com outras agências de defesa e segurança, continua uma séria caça ao homem para encontrar todos os que planearam, coordenaram e executaram esse acto maligno”, disse a polícia, num comunicado. A comissão eleitoral declarou a presidente em exercício Samia Suluhu Hassan vencedora com quase 98% dos votos.

Onda de protestos e violência

E logo depois do anúncio, a Tanzânia mergulhou numa onda de protestos e violência política que já é considerada uma das mais graves das últimas décadas. As manifestações espalharam-se por cidades como Dar es Salam (a capital), Mwanza e Dodoma, e foram marcadas por forte repressão policial. O líder do Chadema, Tundu Lissu, já havia sido acusado de traição em Abril, e a sua exclusão das urnas, juntamente com outro importante candidato da oposição, motivou em grande

parte os protestos.

Entre as pessoas que estão sendo procuradas para serem presas estão o secretário-geral do Chadema, John Mnyika, e a chefe de comunicações do partido, Brenda Rupia, segundo o comunicado da polícia.

O Chadema acusou o governo de forçar os líderes e membros do partido a confessar a organização de manifestações. “O governo pretende acusar nossos líderes de traição numa tentativa de enfraquecer a liderança do partido e paralisar as suas operações”, disse o partido, num comunicado.

As últimas eleições presidenciais de 29 de Outubro

ficaram marcadas por momentos de turbulência política acentuada, protestos populares — com destaque para a juventude urbana — e uma resposta estatal repressiva.

A junção destes factores aponta para uma estagnação democrática, uma crescente fissura entre governo e sociedade civil e o questionamento da legitimidade do poder vigente. Por seu turno, observadores da União Africana disseram que a votação não teve credibilidade e que documentaram o enchimento de urnas de voto. O governo rejeitou as críticas ao processo e afirmou que a eleição foi justa.



A presidente eleita Samia Suluhu Assan



PUB

Contexto político e institucional

Desde a transição para a era do multipartidarismo no início dos anos 1990, o partido Chama Cha Mapinduzi (CCM) domina o panorama político tanzaniano. O Estado mantém, em larga medida, os seus mecanismos de controlo e influência sobre instituições fundamentais como o sistema eleitoral, os media e as forças de segurança, herdados do partido único do tempo de Julius Nyerere, o pai da independência do antigo Tanganica, Tanzânia depois da incorporação do Zanzibar no país africano.

Nos últimos anos, a presidente Samia Suluhu Hassan, que assumiu em 2021 após a

morte de John Magufuli, tinha suscitado alguma esperança de abertura política. Contudo, essa tendência parece revertida no contexto recente, à medida que o espaço para a oposição e para a sociedade civil se estreita. A lei eleitoral recentemente reconfigurada e a composição da comissão eleitoral vêm sendo alvo de críticas por permitir pouco equilíbrio entre forças políticas e por dificultar a participação efectiva da oposição.

Eleições de Outubro de 2025 e o desencadeamento da crise

Nas eleições gerais de 29 de Outubro de 2025, a presi-

dente Samia Suluhu Hassan foi declarada vencedora com cerca de 97–98% dos votos, segundo a comissão eleitoral oficial. Porém, o processo foi amplamente contestado: os dois principais rivais da oposição foram barrados da corrida. Na mesma altura, como relatou o jornal The Guardian, houve um apagão de internet quase generalizado, um forte dispositivo de segurança no terreno, e relatos de intimidação a jornalistas e activistas. A oposição considera que se tratou mais de uma “colonização” do que de uma competição eleitoral genuína.



FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96

radioalfacaboverde



Guiné-Bissau

O país vai a votos este domingo, no meio de forte crise institucional

A convocação dos dois pleitos simultâneos, o presidencial e o legislativo, ocorre depois de um difícil processo de articulação entre o Presidente Umaro Sissoco Embaló, os partidos políticos e a Comissão Eleitoral Nacional. Embaló, no poder desde 2020, anunciou recentemente a sua candidatura a um segundo mandato, contrariando as promessas anteriores de não concorrer.

O momento vivido é de grave crise institucional, a começar pela contestação da oposição sobre a permanência de Embaló no poder. A oposição argumenta que o seu primeiro mandato expirou em 27 de Fevereiro de 2025, enquanto que o Supremo Tribunal, por sua vez, determinou que a data correcta seria 4 de Setembro.

Organizações da sociedade civil denunciaram “manipulações constitucionais” e alertam para o risco de instabilidade, sobretudo pela forma como a data das eleições — 23 de novembro — foi determinada por decreto presidencial. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) acompanha o processo de perto e já emitiu recomendações, pedindo um ambiente eleitoral mais inclusivo e pacífico.

Exclusão da principal oposição

Um dos aspectos mais controversos deste ciclo eleitoral é a exclusão da candidatura da PAIGC, principal força da oposição, e do seu actual líder, Domingos Simões Pereira. O Supremo Tribunal de Justiça re-



Umaro Embaló Sissoco

O momento político na Guiné-Bissau é de tensão política aguda, à medida que se aproxima a data das eleições presidenciais e legislativas, marcadas para este domingo, 23. Uma data definida por decreto presidencial no meio de profundas disputas sobre a legitimidade do poder executivo.

Joaquim Arena

jeitou a inscrição da coligação deste partido histórico, alegando problemas no cumprimento de prazos processuais para corrigir irregularidades formais.

Para muitos analistas, essa exclusão fragiliza a competitividade destas eleições e levanta sérias dúvidas sobre a imparcialidade das instituições eleitorais. Domingos Simões Pereira, actual presidente da Assembleia Nacional Popular, criticou duramente a decisão, chamando-a de “absurda” e denunciando uma manipulação institucional para neutralizar a oposição.

Mais recentemente, a Guiné-Bissau conheceu novas ameaças à estabilidade, com vários oficiais superiores das forças armadas sendo detidos

e acusados de conspirar numa tentativa de golpe de Estado. Tal episódio acendeu o alerta sobre a fragilidade das instituições de segurança no país e reforçando os receios de que a eleição possa ocorrer num ambiente volátil.

Desde 1980 que a Guiné-Bissau acumula um histórico de instabilidade, com sucessivos golpes e dissoluções parlamentares, o que não diminui as preocupações sobre a integridade do próximo processo eleitoral.

Segundo o Robert Lansing Institute (ONG que analisa contextos de ameaças às democracias), há o risco de “captura institucional” e de politização das forças de segurança, além da persistência de redes ilícitas ligadas

ao narcotráfico, que já vêm operando no país.

Cenário eleitoral e actores principais

Embora haja uma dúzia de candidaturas presidenciais aprovadas, Umaro Sissoco Embaló aparece como favorito. Para muitos, a ausência da PAIGC altera profundamente o tabuleiro político, abrindo caminho para que o actual presidente consolide a sua posição sem enfrentar a oposição tradicional. Também se destaca a nomeação, por parte de Embaló, de um novo primeiro-ministro meses antes da eleição: Braima Camará, ex-coordenador do Madem-G15, partido fundado pelo próprio Embaló, o que reforça

a ideia de que o Sissoco procura alinhar todas as engrenagens do Estado para o seu segundo mandato.

Pressão internacional

Temendo o aprofundar da instabilidade no país, a CEDEAO e a comunidade internacional de forma geral vem exercendo pressão diplomática para que as eleições sejam conduzidas de forma “pacífica, credível e inclusiva”. Já a sociedade civil guineense pede garantias de participação política, reagindo à exclusão da PAIGC como um grave “ferimento à democracia”. E para o Robert Lansing Institute, a estabilidade política pós-eleitoral será essencial para restaurar a confiança tanto interna quanto externa, no país.

O valor de 4,5 milhões de euros das eleições do próximo domingo vão ser pagos pela própria Guiné-Bissau, anunciou agência de notícias da Guiné-Bissau, a ANG. Para o presidente guineense, Umaro Sissoco, trata-se de “uma questão de soberania”, adiantando que já tinha sido criado um fundo da democracia para o efeito.

O chefe de Estado ressaltou, na altura, que a comunidade internacional podia acompanhar o país, referindo-se a eventuais observadores deste processo eleitoral do próximo dia 23, com eleições presidenciais e legislativas em simultâneo. No entanto, alguns órgãos de comunicação estrangeiros, como a Agência Lusa e outros portugueses, terá de continuar a acompanhar o acto eleitoral à distância, desde a sua expulsão do país por Sissoco, em Agosto último.

Política V Justiça V Meu voto



Carlos Carvalho

Ultimamente, virou moda fazer-se uso da justiça para “regular” assuntos que são da política-pura.

O modus-operandi é o mesmo: serve-se da justiça, dos Tribunais para condenar à inelegibilidade os principais adversários políticos.

Condenados, despoticamente, estes perdem a condição de poder se candidatar aos cargos para os quais pretendem-pretendiam concorrer.

É uma convivência total entre a política, leia-se poder, e a justiça. Aliás, melhor...submissão total da justiça à política.

O 1º passo da cena é pôr a Justiça sob controlo. O Politico-Poder, leia-se Chefe-Máximo escolhe, a dedo, seus capangas-da-lei. Juizes, procuradores, etc., etc., claro, todos corrompidos.

O 2º passo é o Chefe-Máximo, Presidente em exercício, mandar indicações de quem deve-pode candidatar-se e quem não deve...não pode. Ainda dá instruções sobre como condenar os “pretendentes”.

Manda que se fabrique toda a casta de casos para inculpar os principais potenciais-candidatos-rivais.

Fulano não tem nenhuma culpa no cartório...fabrique-se!!

Tudo dominado, sabe que tem caminho aberto para sua perpetuação no poder.

Tudo decidido, ele...o Politico-covarde...Xefi da Nação circunstancialmente...dá ordens para marcar eleições-de-cartas-marcadas.

Não vale a pena recorrer...as cartas estão marcadas...à seu devido tempo.

Por mais que se esperneie...assunto encerrado.

Quem vai à eleições é...fulano...sicrano...beltrano, tudo arraia-miú-da!!

Pesos-pesados!!!...todos eliminados!!

É o que o Professor e antigo-Presidente da Cote-d'Ivoire, Laurent Gbabo, apelidou de Coup-d'État Civil.

Aqui, bem perto, os exemplos foram se multiplicando.

Como a pratica se espalhou pelo

mundo fora, trago só alguns exemplos aqui do continente para ilustrar. O espaço não ajuda.

Africa

Ouatarrá da Cote-d'Ivoire vetou Gbagbo, seu principal rival, e todos os principais adversários. Ganhou concorrendo quase só contra mulheres; ganhou, mas o povo não foi votar.

Já Macky barrou Sonko, mas não contou com a inteligência e resiliência da juventude senegalesa que saiu às ruas e acabou por eleger o substituto de Sonko, Diomaye Faye.

Talon do Benin está fazendo o mesmo com os seus principais adversários.

General Doumbouia, Dono-di-Conakry, não ficou para trás. Vai concorrer quase sozinho.

Até a senhora da Tanzânia, que ninguém esperava, resolveu copiar a prática na terra de Nyerere.

Se for necessário, estes candidatos-únicos até prendem e matam adversários políticos!!

O “General”

Na minha-outra-terra, o Generalinho...djiru sima fós...só ta copia coisas ruins do estrangeiro...decidiu que seu principal rival, DSP, na nada dá mundu i ka pudi cóncuri.

- Nca na bin passa borgonha pa Dingu-fiu...ami k bunitu tudu mindjeris gosta di mi...bin ganhan eleison.

- I ca na candidata.

Decidiu, levou na decisão DSP e o seu Partido, o histórico PAIGC.

- Nin un ca na cóncuri.

“General” esqueceu-se que PAIGC é otru level di Partido. Deram a volta ao General, agora vê-se a braços com um jovem, porém já veterano das lutas políticas na Guiné, de nome Fernando Dias da Costa – FDC.

É este quem está dando grandes dores de cabeça ao “General”.

Quando lhe perguntam porque seu grande rival não vai à eleição,

rápido responde:

- Nca sibi. I cusas di justiça. Bó ba purgunta Tribunal.

Comunidade Internacional

Tudo isto aconteceu-acontece na barba-cara de tudu mundu: CE-DEAO, PALOP, CPLP, UA, NU, etc.

Organizações designadas como Comunidade Internacional.

Tudu arguen odja...tudu k boka-yan!!!

Todos viram os Golpes-de-Estado-Civil acontecer e ninguém disse-diz nada!!!

Por mais que esforce, não consigo entender porque isso acontece. Minha já cansada-cabesa...minha reduzida inteligência ainda não conseguiu perceber o que é que se passa, neste nosso mundo!!

É que pelo mundo-fora esta nova...já velha...pratica fez escola.

Repito.

Gbagbo chamou estas atitudes dos actuais Chefes de África de Golpe de Estado Civil. Todo o mundo vê e ninguém condena.

Se for um golpe à jovens-militares da AES todo o mundo cai em cima.

Nosso Presidente...JMN...decidi não criticar mais o Homem...tudu modi so exerce MI...me disse há dias:

- Carlos bu sabi kel bu-otu-terra lá é komplikaaaadu. Nu ka ta kre meti...pa és ka interpretanu mal.

Claro k “entendi” a razão do nosso MAMdaN.

O heroico PP já me havia dito o mesmo.

E... o “General” tem relações muito boas com muito boa gente aqui nas ilhas!!

Todos sabemos quem são seus amigos-di-petu!!

Fernando Dias - Presidente

Bom, é óbvio que vou exercer meu direito de voto, no próximo dia 23.

Vou votar no candidato Fernando Dias da Costa.

Não havendo “fiu-DSP”, a designação

não é minha...é do Generalinho, não resta outra solução para correr com o impostor que não votar no Fernando Dias.

É o mínimo que posso fazer para ajudar minha-outra-terra a se desembaraçar de uma geração de políticos que anu-entra...anu-sai é sta so a volta de poder. Estou-me referindo a uns Del-fins, Fer-nandos, So-ares, uns analfabetos que fizeram curso de Ministro, etc., etc.

Ah nha-terra, bu kaba na nada!!!

Analfabeto, Ministro de Interior!!!

Todo o mundo indo pá dianti...anós suma djanbatutu=cutun-ben-ben.

Por isso, voto FD por entender ainda que meu-outro-país corre sério risco de se tornar mais um Congo, do Sassou; ou Tchad, da família Deby; ou ainda o Togo, dos Gnassingbé. Eternos e únicos Donos de suas terras.

Se não barrarmos caminho ao “General”, como disse um burmed-ju-ainda governante:

- Nó na ratxa constituison...nin mancara ca na kebra. General na manda toc i cansa!!!

Complemento, quando cansar...vai passar seu filho...pá manda tãbi...toc i cansa!!!

Sobre o FDC voltarei depois do dia 23.

O exemplo do que já está acontecendo entre Sonco e Diomaye me deixa com a pulga-trás-d'oredja.

Não querendo pôr a carroça-a-frente-do-boi, paro ainda aqui em relação aos compromissos assumidos por FDC e DSP.

Concluindo

Nas ultimas eleições que levaram, certo ou errado, o “General” ao poder, declarei meu voto ao DSP, claro.

Arranjei uma bruta-guerra com um grande amigo. Nossas relações nunca mais foram o que eram. Aliás, as relações acabaram. Ele, claro, votou no candidato USE. Nem sei se votou!! Só era contra o candidato DSP.

Ele lá sabe os motivos. Penso também saber...mas...!!! Arranjou um rol de justificativos para me convencer de que eu estava errado.

Hoje, gostaria de lhe perguntar em quem votaria!??

Confesso que fico “basbaco” como alguém inteligente... estudado...e que, supostamente, gosta de sua terra, como eu gosto, consegue, aceita apoiar um “tu-que-fumas” qualquer para dirigir um país!???

Confesso que fico “basbaco” como alguém inteligente... estudado...e que, supostamente, gosta de sua terra, como eu gosto, consegue, aceita apoiar um grupinho formado só por gente-duvidosa...bando di malfiteiros...como uns Braimas, uns Nunus, uns ...

Cuidado!!!

Não falo de etnicidades!!

Falo de pessoas sem escrúpulos!!

Pessoas que só pensam nas suas barrigas, no seu bem-estar e de suas famílias, amantes, raparigas e badjudas, incluído; pessoas que só pensam viver à custa do erário publico.

Enfim!!!

A terra-de-Cabral merece mais!! Merece muito mais!!

Fernando Dias, segundo ouvi-li, as sondagens te dão vitória à 1ª volta. Se for verdade, te suplico:

Não trai os Guineenses.

Não trai a confiança que o povo vai depositar em ti.

É toda a esperança de um povo que está nas tuas mãos!!

Aquela nossa terra não suportaria mais uma traição ao seu futuro. Disse.

17/11/2025.



Francisco Fragoso*

SSS ESTUDO assertivo do ACTO MÉDICO

SSS ACTE MÉDICAL

MEDICAL ACT

A Medicina não é apenas uma ciência e técnica, é outrossim, assumidamente uma **Arte de múltiplas ressonâncias humanas:**

Francisco **FRAGOSO**

Assumindo o revezamento das universidades medievais, o século XIX estabeleceu os princípios de base da atividade médica, desenvolvendo uma metodologia coerente na análise das situações patológicas:

Eis o advento do método anato-mo-clínico!

Método esse que se encontra sempre em vigor!

Neste contexto, o **Ato Médico** não se pode ser exercido sem uma preparação, ao mesmo tempo teórica e prática, que coloca o futuro médico em contacto com os seus confrades mais experimentados e com os pacientes. Ele adquire destarte a exigência dos critérios éticos fundamentais que constituem o próprio princípio da Deontologia!

Eis porque, presentemente se pode definir o

SSS **Ato médico** como o conjunto de atividades humanas, técnicas

e científicas exercidas por uma pessoa que reúne as condi-

ções de exercício da medicina e tendo por fim a prevenção, a cura ou o alívio e refrigério das doenças e enfermidades que atingem os seres humanos!

Deste modo, o autor de um tal ato deve integrar-se num quadro administrativo estrito, e cautionar, mediante uma formação contínua de longa duração, a sua responsabilidade defronte do paciente, conformemente ao célebre adágio:

Primum non nocere (“antes de tudo, não lesar”).

Posto isto, vejamos então na Prática como as cousas se passam:

No âmbito do **plano estatutário**, convém distinguir:

O **aspeto administrativo e o aspeto legal:**

Em França, país que conheço bem, a situação é a seguinte:

As condições administrativas para autorizar

O exercício da medicina são ao número de três:

1. Possuir a nacionalidade francesa;
2. Possuir um diploma de Estado de Licenciado em Medicina ou uma equivalência reconhecida pelas autoridades competentes.
3. Estar inscrito no quadro da

Ordem dos médicos franceses.

Tratando-se do estatuto legal: O **Ato Médico** extrai a sua especificidade da necessidade terapêutica:

Ou seja:

Apenas são autorizados “a prejudicar” à integridade corporal de outrem os licenciados em Medicina que preenchem as condições de exercício e os profissionais de Saúde atuando sob a responsabilidade de um médico!

IN TEMPORE OPPORTUNO:

O método anato mo clínico integra a análise morfológica e funcional (anatomia, fisiologia, semiologia) com a avaliação clínica e patológica para diagnosticar doenças.

Correlaciona os achados da análise de órgãos e tecidos (macro e microscópicos) com os sintomas e sinais apresentados pelo paciente para chegar a um **diagnóstico preciso!**

ARTIS LONGA, VITA BREVIS!

Francisco **FRAGOSO**

*(MÉDICO & HUMANISTA)

BROCTON/BOSTON

(USA)

Novembro 2025

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabô Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanaocv@gmail.com
www.anacao.cv

Prato cheio

Pão Pizza Sensacional

Tempo total: 2 horas

Ingredientes:

Para a Massa:

- 1 kg de farinha de trigo (reserve um pouco para sovar);
- 100 ml de óleo (de girassol ou milho);
- 1 copo americano de leite morno (200ml);
- 1 copo americano de

- água morna (200ml);
- 1 ovo grande 1 colher (sopa) de sal;
- 2 colheres (sopa) de açúcar;
- 2 envelopes de fermento biológico seco (30g no total).

Para o Recheio:

- 300g de presunto fatiado;
- 300g de mussarela fatiada;
- Orégano para polvilhar.

Para Pincelar:

- 1 gema batida com 1 colher de leite.

Modo de preparo

1. Prepare a Massa (15 min)

No liquidificador, bata o óleo, leite morno, água morna, ovo, sal, açúcar e fermento. Despeje essa mistura sobre a farinha em uma tigela grande. Misture com as mãos até formar uma massa homogênea.

2. Sove a Massa (10 min)

Sove bem por 10 minutos usando a técnica de jogar para cima e deixar cair. A massa deve ficar lisa e elástica.

Cubra e deixe descansar por 1 hora ou até dobrar de volume.

3. Modele os Pãezinhos (20 min)

Divida a massa em 4 partes iguais.

Abra cada parte com rolo até ficar com

1cm de espessura.

Corte cada disco em 9 partes iguais.

Coloque uma fatia de presunto e uma de mussarela em cada parte e enrole.

4. Finalize e Deixe Crescer (30 min)

Coloque os pãezinhos em assadeiras untadas.

Pincele com gema batida ou com café adoçado.

Polvilhe com orégano.

Deixe crescer por 30 minutos até ficarem fofos.

5. Asse (20-25 min)

Pré-aqueça o forno a 200°C.

Asse por 20-25 minutos até dourar.



Caça-palavras



Encontre jogadores da Seleção de Cabo Verde :

SOLUÇÕES:

- TELMO ARCANJO
- PATRICK ANDRADE
- KEVIN PINA
- JAMIRO MONTEIRO
- JAIR SEMEDO
- STEVEN MOREIRA
- ROBERTO LOPES
- LOGAN COSTA
- KELVIN PIRES
- JOÃO PAULO FERNANDES
- DYLAN TAVARES

Encontre sete diferenças



Talento

Nilton Tavares, 28 anos, é um jovem barbeiro, natural de Santa Catarina, que carrega consigo a ambição de abrir o seu próprio espaço de barbearia. Com uma carreira em ascensão, ele tem conquistado confiança de muitos clientes com seu talento.

O percurso de Nilton começou quando ele deixou os estudos aos 18 anos e decidiu aproveitar o tempo livre para aprender a cortar cabelo em casa. Com o passar do tempo, amigos e vizinhos começaram a se juntar à sua porta para tirar cabelo, e logo ele se viu incentivado a seguir carreira.

“Após deixar os estudos, comecei a praticar em casa, com as práticas constantes, logo as pessoas começaram a se interessar pelo meu trabalho. Foi a partir dali que comecei a me enxergar como barbeiro, pois percebi que eu tinha talento e que poderia fazer disso uma carreira”, conta Nilton.

Com o tempo, Nilton decidiu procurar emprego em salões, e assim conseguiu se destacar e conquistar clientes. Em 2016, ele começou a trabalhar em um salão e rapidamente conquistou mais clientes.

Para se especializar ainda mais, Nilton decidiu fazer uma formação em barbearia. “A formação foi fundamental para aprimorar meus conhecimentos. Eu aprendi novas técnicas e novos aprendizados que me ajudaram a melhorar ainda mais meu trabalho, hoje como profissional me sinto mais evoluído”, confessa.

Com habilidades que tem actualmente, Nilton sente-se pronto para dar o próximo passo e realizar seu sonho de abrir seu próprio espaço de barbearia, posto isso ele planeja em fazer logo no próximo ano.

Claúdia da Cruz - estagiária



São Vicente

URDI celebra o Artesanato e Design

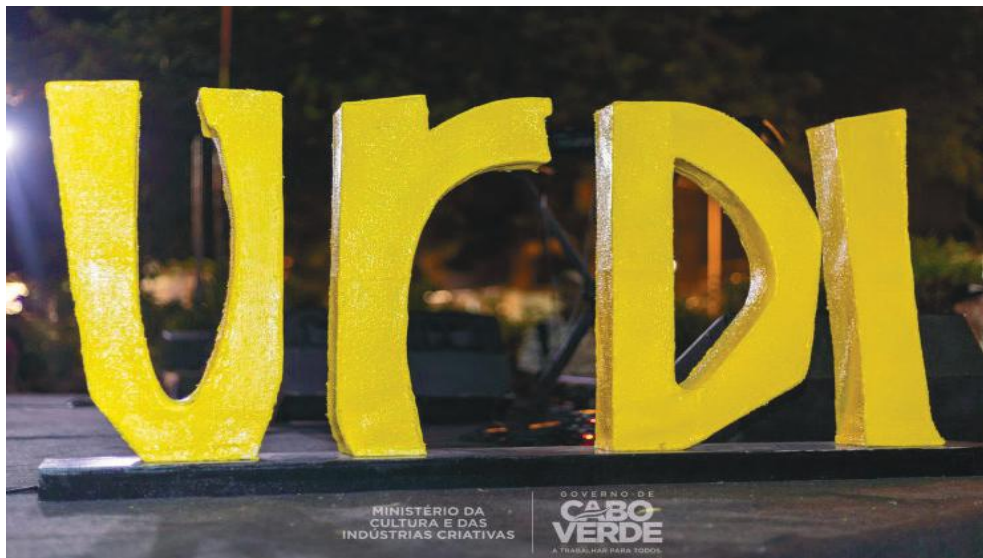
De acordo com Artur Marçal, director do Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design (CNAD), a URDI 2025 assinala 10 anos e consolida-se como uma referência no calendário cultural e artístico do país.

O director do CNAD recordou que a feira nasceu como espaço para valorizar o artesanato e evoluiu para um evento de destaque que envolve designers, artistas e outros agentes culturais nacionais e internacionais.

“É uma década de construção, de consolidação da trajetória que, ao longo dos anos, promove o encontro entre artesãos, designers, artistas e outros agentes culturais, formalizando, acima de tudo, um espaço colaborativo de aprendizagem, de trocas e de partilha”, apontou.

A Praça Amílcar Cabral, na cidade de Mindelo, acolhe, de 26 a 30 de Novembro, a 10ª edição da Feira do Artesanato e Design de Cabo Verde (URDI), com a temática da celebração dos 10 anos do Artesanato e Design de Cabo Verde.

A Nação



URDI não é uma simples feira de artesanato

Marçal explicou também que a URDI constitui um lugar de impulso

à educação, à difusão de conhecimento, à discussão, à comercialização de bens culturais e à valorização de expressões artísticas ancestrais e contemporâneas.

“Por isso é que nós sempre defendemos que a URDI não é uma simples feira de artesanato; é um símbolo do compromisso com a economia criativa, é o orgulho dos arte-

sãos desde a sua primeira edição e tem-se definido como um amplo espaço de oportunidades para o setor das artes em Cabo Verde”, asseverou ainda.

Algumas das novidades para esta décima edição é que não haverá um município em destaque como é costume e a residência “No Bai URDI” acontece este sábado, 22, na ilha de Santo Antão.

Além disso, a décima edição da feira inclui desfiles de moda, URDI Júnior, e o lançamento de catálogos e edições do CNAD referentes às exposições realizadas ao longo dos últimos 10 anos.

A URDI 2025 está orçado num valor de 10 mil contos e este ano representará a retoma do artesanato de São Vicente após a calamidade que assolou a ilha a 11 de Agosto.



Acontece

- Festividades Culturais Santa Catarina do Fogo, no Recinto Feira Monte Pelado, nos Mosteiros, de 21 a 24 de Novembro
Sexta-feira: 23h - Noite Branca
Sábado: 22h - Baile Popular
Domingo: 21h - Miss & Mister Santa Catarina do Fogo 2025
Segunda-feira: 22h - Baile Popular



- Show Tony Fika e Convidados, no Elysée, Paris, França, sábado, 22, às 22h.



- Concerto Tcheka & Mário Laginha, no Centro Cultural Português, na Cidade da Praia, hoje, quinta-feira, 20, às 19h



- Lançamento do livro “É assim que começa a morna da minha vida – O diário de uma alma que não cala” de Sandira de Pina, no Tech Park, na Cidade



Aconteceu...

- Seminário Internacional Ler África-Ibero-América “Utopia como resistência, resistência como utopia”, no Museu do Campo de Concentração do Tarrafal, Santiago, de hoje, 13, até ao dia 16



CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº951 | 20/11/2025

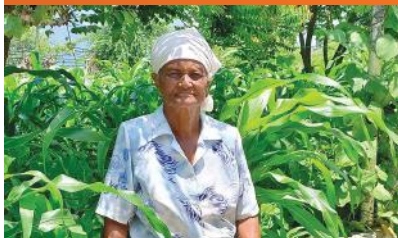
MUNICÍPIO EM DESTAQUE

Santa Catarina de Santiago

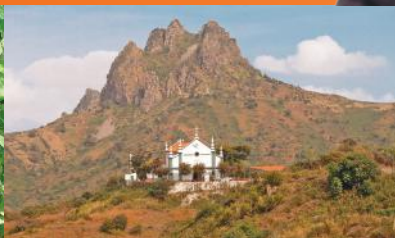
Armando Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina

“Estamos a abrir um novo ciclo de esperança e credibilidade”

Págs. 02 a 04



Angelina Dias: o percurso inspirador de uma empreendedora



Santa Catarina Magistral



191 anos de história, resistência e construção



Jovens reconhecem avanços na educação, mas alertam para desemprego e acesso à água

EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

a energia que nos une

☎ 800 51 11

✉ livro.branco.online@edec.cv

📘 EDECSA1

📷 edecsa1


TEM A PALAVRA
Armindo Freitas

“Estamos a abrir um novo ciclo de esperança e credibilidade”

Texto: Ilda Fortes

Com 11 meses de mandato, o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, Armindo Freitas, faz um balanço da sua governação, identifica desafios e destaca obras em curso. Para o autarca, as prioridades para o desenvolvimento do concelho passam pelas obras sociais, infraestruturção, melhoria da qualidade de vida das famílias, pelo turismo e pela mobilização de financiamento. Com esta estratégia, garante que a autarquia está a “romper com as amarras do passado” e a construir “um novo ciclo de trabalho, união e progresso”.

A nível geral, como avalia o estado atual do concelho de Santa Catarina?

Nestes 11 meses, demos passos firmes que mostram a transição das amarras do passado para um novo ciclo de esperança, credibilidade, trabalho e progresso. Encontrámos uma tesouraria falida, sem capacidade de resposta, mas reestruturámos a situação financeira, reorganizámos serviços e implementámos uma agenda de valorização e motivação dos funcionários. Retomámos obras paralisadas, mas também conseguimos mobilizar novos financiamentos, pelo que temos obras em curso e algumas já em fase de conclusão. Paralelamente, criámos um ambiente de diálogo institucional e parcerias que estão a devolver a confiança ao município.

Quais foram os principais desafios enfrentados pela atual equipa camarária ao assumir o cargo?

O maior desafio foi a dívida acumulada durante 16 anos, de cerca de um milhão e trezentos mil contos, acima do próprio orçamento da Câmara. Tivemos de negociar, organizar planos de pagamento, ao mes-



mo tempo que fazíamos a Câmara funcionar. Outro desafio foi implementar o novo PCFR com fundos próprios, beneficiando já 380 trabalhadores.

Em termos sociais, quais foram as principais medidas adotadas pela autarquia?

No plano social, procede-

mos à reestruturação dos serviços de centro de assistência social da Câmara. Avançámos com transporte escolar para 400 alunos, apoio à saúde e à formação. Temos também apoiado a nível da habitação social com construção e reabilitação de moradias e de casas de banho. Além disso, submetemos vários proje-

tos sociais e ambientais a financiamento.

No que se refere ao acesso à água e à energia, qual é o panorama atual do concelho?

No sector da energia, Santa Catarina tem uma cobertura elevada, superior à média nacional, embora persistam casos de

famílias sem ligação ou com ligações clandestinas. Estamos a trabalhar com a EDEC para completar as redes nalgumas zonas. A nível da água, concluímos e inaugurámos ligações nalgumas localidades, mas ainda existem falhas de abastecimento nalgumas zonas. Já submetemos projetos para o financiamento da expansão da rede para Rincão, Engenhos e Ribeira da Barca ao Fundo do Ambiente e estamos a trabalhar com a ADS para encontrar soluções para os constrangimentos relacionados com o abastecimento de água nalguns pontos do município.

Em termos de saneamento, quais os principais desafios do concelho e que medidas têm sido implementadas para os ultrapassar?

A nível de saneamento, hoje temos uma cidade limpa, organizada, com as zonas também mais distantes bem servidas, embora em alguns casos pontuais podemos ter alguns constrangimentos. Mesmo no âmbito do quadro financeiro difícil que encontramos na autarquia, conseguimos adquirir novos contentores metálicos e

FICHA TÉCNICA

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Santa Catarina de Santiago – Parte integrante da edição nº 951 do A Nação de 20 de Novembro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

Editor: Ilda Fortes | **Jornalistas:** Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacov@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial)

TEM A PALAVRA

PUB

“

Uma das nossas prioridades é não deixar as pessoas desamparadas a nível social.

”

distribuir pela cidade e pelas zonas mais distantes. Nós conseguimos recuperar os caminhões de lixo que estavam nas oficinas e temos uma recolha permanente. Além disso, foram realizadas várias campanhas de limpeza, sensibilização e regularização de recolha de lixo.

Santa Catarina é um concelho com zonas muito dispersas e cerca de 55 localidades. Como avalia o estado atual das acessibilidades e estradas do concelho e quais os planos?

As zonas mais distantes já dispõem de estradas asfaltadas há vários anos. Actualmente, estão em curso algumas obras das estradas de Salto, Chã de Tanque e Ribeira da Barca, financiadas pelo Banco Mundial. A autarquia está a requalificar estradas municipais com meios próprios e prevê novas intervenções no próximo ano, também a nível dos arruamentos. No entanto, algumas vias estruturantes ultrapassam a capacidade financeira municipal e exigem investimentos do Governo. Mas são vias fundamentais para o desenvolvimento agrícola, turístico e cultural do município.

Em termos de desenvolvimento económico, como é que caracteriza o panorama do concelho e quais os principais projetos?

Assomada é um dos maiores polos de comércio e serviços de Santiago Norte. Reconhecemos o potencial enorme a nível do comércio e, por isso, estamos a reabilitar e ampliar o Mercado Novo, que ganhará um novo piso, instalações modernas e organização capaz de impulsionar a atividade comercial e turística. Já temos previsto para 2026 o projeto de requalificação do Pelourinho, que será um espaço

comercial, cultural e turístico. Entendemos que são projetos estruturantes para alavancar a economia local.

Que outros projectos estão previstos para promover o desenvolvimento económico do concelho?

No sector primário, vamos criar um Fundo de Fomento Agrícola e Pecuário para apoiar produtores, mas é vital que o Governo invista, por exemplo, na rede de distribuição da água da barragem de Saquinho para as propriedades agrícolas. A barragem tem água desde 2015, mas não está operacionalizada. Defendemos igualmente a construção do cais de pesca de Rincão e do porto de Ribeira da Barca, essenciais para a economia de Santa Catarina e da região, mas que ultrapassam o orçamento da autarquia, pelo que devem ser assumidas pelo Governo.

Quanto ao setor turístico, quais os principais desafios do concelho e qual a visão da autarquia para o sector?

Para nós, o turismo será uma consequência da infraestruturação, organização urbana e valorização histórica e cultural. Estamos cientes de que precisamos de mais investimentos no setor e estamos em diálogo com potenciais parceiros, mas entendemos que isso também dependerá da própria dinâmica do município. Por isso, estamos a investir na infraestruturação e modernização do município, a nível de estradas, ruas, equipamentos desportivos, infraestruturas culturais e históricas. Por exemplo, estamos a requalificar a Casa do Morgado dos Engenheiros e a avançar com a asfaltagem da estrada de Boa Entrada, um ponto turístico importante. Queremos igualmente que o Governo requalifique a estrada

 Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

alfa rádio
Cabo Verde
A diferença na arte de Comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com

 **TEM A PALAVRA**

“

A ampliação do Mercado Novo e a requalificação do Pelourinho são projetos estruturantes para alavancar a economia local.

”

Cabeça Carreira–Ribeirão Manuel, dada a sua relevância histórica. Entendemos que projetos como o Cruz de Pico, a requalificação da entrada da cidade e o reforço do saneamento contribuem para tornar Assomada mais atrativa e preparada para receber visitantes.

No que se refere à cultura e ao desporto, quais têm sido as principais ações da autarquia?

Nestes sectores, um dos maiores desafios era não actuar apenas com intervenções pontuais, mas sim implementar uma verdadeira agenda cultural e desportiva, que seja também um produto turístico que contribua para dinamizar a economia do município. Neste momento temos uma agenda com várias atividades desportivas e culturais, promovidas pela Câmara Municipal, mas também em parceria com os privados. Na cidade de Assomada, sobretudo, quase todos os finais de semana há uma atividade desportiva ou cultural. A nível do desporto, estão em fase de conclusão algumas obras de remodelação de infraestruturas.

A emigração de jovens tem sido apontada como um desafio em vários municípios do país. É também uma realidade em Santa Catarina?

Claramente. Entre 2010 e 2021 o concelho perdeu cerca de 6 mil habitantes, passando de 43 mil para 37 mil. Muitos jovens continuam a sair, para outros municípios, como a Praia, ou para o estrangeiro. É um fenómeno estrutural que exige políticas profundas. Da nossa parte, para tentar combater este fenómeno, criámos o programa Empreender Santa Catarina, financiado com 10 mil contos do orçamento municipal. Seleccionámos 25 projetos, capazes

de gerar autoemprego e novos postos de trabalho para cerca de 35 a 40 jovens. Além disso, estamos a apoiar a formação de jovens para os fixar no concelho e devolver-lhes a esperança de que têm futuro neste município. No entanto, é essencial que o Governo implemente medidas estruturantes a nível nacional.

Se tivesse que elencar as três grandes prioridades da equipa da Câmara Municipal para o município, quais seriam?

As prioridades para o município e para o próximo ano começariam por não deixar as pessoas desamparadas a nível social, continuando com as obras sociais e humanas, com investimentos nas pessoas e nas famílias, através de transporte escolar, habitação social, apoio à saúde e à formação. Uma outra prioridade é prosseguir com o plano de infra-estruturação do concelho, com estradas, equipamentos desportivos, infraestruturas a nível da pesca e agricultura e requalificação do património cultural e histórico, com o objetivo de atrair o turismo. Por fim, pretende-se reforçar o diálogo institucional e a mobilização de recursos, consolidando parcerias nacionais e internacionais para financiar projetos estruturantes.

Para concluir, que legado gostaria de deixar no final do seu mandato em 2028?

Quero consolidar e deixar a marca de uma equipa de trabalho e união. A nossa mensagem sempre foi “Santa Catarina é agora: trabalho e união de todos”. Espero que, em 2028, os santacatarinenses reconheçam que honrámos a nossa promessa e que contribuimos para unir o concelho e reforçar a sua identidade de povo trabalhador e resistente.

PUB



alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

Sabia que ao efetuar o pagamento das contribuições no prazo, está a garantir os benefícios sociais dos seus trabalhadores e ainda evita encargos adicionais?

Efetue a entrega das FOS e o pagamento das contribuições de 1 a 15 de cada mês.

FAÇA PARTE DOS QUE CUMPREM E MANTENHA A SUA SITUAÇÃO REGULARIZADA



Para mais informações, contacte-nos.

www.inps.cv



INPS

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

AO MEU LADO.
A VIDA TODA.

Presidente da Câmara Municipal visita localidades afetadas pelas chuvas

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

Fonte e fotos: Câmara Municipal de Santa Catarina

No dia 15 de Novembro, o presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, Armindo Freitas, acompanhado por membros da equipa camarária, visitou as localidades de Boa Entrada, Furna e João Dias. O objectivo foi proceder a um levantamento preliminar dos danos causados pelas recentes cheias e avaliar as necessidades mais urgentes das famílias e das infraestruturas locais. A comitiva ouviu as preocupações e relatos dos moradores e reiterou o compromisso da autarquia em reforçar a articulação com a sociedade civil e o Governo para garantir uma recuperação célere das zonas afetadas.

Bombeiros portugueses ministram formação especializada

A 6 de Novembro, a Câmara Municipal recebeu uma delegação de bombeiros das corporações do Beato e Penha de França, Portugal, que se encontra no concelho para ministrar uma formação técnica de um mês. A iniciativa destina-se a bombeiros municipais e voluntários, elementos da Proteção Civil e profissionais de municípios vizinhos, integrando a estratégia de reforço das capacidades operacionais dos serviços de emergência. O programa prevê a abordagem de metodologias avançadas de combate a incêndios e técnicas de atuação rápida, ajustadas às especificidades geográficas e ambientais de Santa Catarina.

Inclusão: centros de cuidados realizam intercâmbio

Em parceria com a Associação Acreditar, a Câmara Municipal promoveu, no dia 30 de outubro, um intercâmbio entre o Centro de Cuidados para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais



Câmara Municipal de Santa Catarina — A seguir

Presidente da Câmara Municipal visita localidades afetadas pelas chuvas

e a Casa Primavera da Praia. A ação, integrada na agenda municipal de promoção da inclusão e do respeito pela diversidade, incluiu também uma passeata na rua pedonal em alusão ao outubro Roxo, dedicado à sensibilização para a Síndrome de Rett e a Paralisia Cerebral.

Associação Cabo Verde-Amiens doa materiais hospitalares e educativos

No dia 26 de outubro, a autarquia recebeu um

contentor de equipamentos hospitalares e educativos doado pela Associação Cabo Verde-Amiens (ACVA), reforçando a solidariedade da diáspora e contribuindo para a dignificação dos serviços de saúde e educação no concelho.

Breves

A zona pedonal de Santa Catarina acolheu, a 16 de Novembro, a final do Kunkurso de Batuku 2025, que reuniu grupos de toda

a ilha e homenageou o ativista cultural Isaac Vicente, recentemente falecido.

As obras de cobertura, reabilitação e requalificação do Mercado Novo de Assomada já iniciaram. Financiadas pela tesouraria municipal e parceiros internacionais, as obras têm como objetivo modernizar o espaço e torná-lo mais seguro e atrativo.

No dia 10 de Outubro, o presidente Armindo Freitas entregou um cheque e uma arca de conservação

à Associação de Pais de Ribeira da Barca. O objetivo é reforçar as atividades económicas e melhorar as condições da comunidade escolar.

Na mesma data, Armindo Freitas recebeu o embaixador do Brasil em Cabo Verde, Alexandre Henrique Silva. O encontro visou discutir a agenda de cooperação internacional e oportunidades de geminação, abrangendo projetos culturais, educativos e económicos.



Rua pedonal acolheu marcha sobre Orgulho Roxo



Autarquia recebeu equipamentos hospitalares



Mercado está a receber obras de requalificação

Angelina Dias: o percurso inspirador de uma empreendedora

Texto: Cláudia da Cruz
Estagiária

Angelina Dias Mendonça, conhecida por “Dona Regina”, é natural de Cruz Grande e uma das grandes referências da cidade da Assomada. Desde os 17 anos, trabalha arduamente para garantir o sustento da família. Já percorreu todos os cantos da ilha de Santiago, sempre com cestos à cabeça e determinação no olhar, enfrentando dificuldades e superando cada desafio com persistência. Angelina mergulhou cedo no mundo do comércio, tudo um pouco e hoje é uma mulher bem-sucedida.

O primeiro contacto de D. Regina com o comércio foi com laranjas. A partir daí, começaram os lucros e vendas de outros produtos, como ovos, galinhas, milho e feijão. Vendia nos portos da Praia, nos Órgãos e na Figueira das Naus. Conforme os lucros iam aumentando, foi expandindo o negócio para São Vicente, através de amigos do pai que ali viviam.

A partir dos pequenos negócios, mergulhou no comércio de tecidos que comprava nas casas comerciais. Nos anos 80, começou a viajar para Portugal e trazia lençóis para venda, expandindo cada vez mais as suas atividades. Em 1985, conquistou o primeiro carro, e foi comprando terrenos onde desenvolve atividades agrícolas até hoje.

“Quem tem coragem, consegue o que quer”

Entre tantas histórias, Angelina não se cansa de recordar o caminho que percorreu, orgulhando-se profundamente da mulher em que se tornou.

“Já vendi de tudo desde os meus 18 anos. Quem tem coragem para desafiar a vida consegue o que quer e eu sou a prova viva disso. Com 26 anos, vivendo das vendas, já tinha construído a minha casa. Acordava de madrugada, acompanhada do meu cunhado, íamos para a estrada esperar por colegas e transporte para seguirmos viagem. Lembro-me claramente do dia em que ficamos até à meia-noite em Figuei-



ras das Naus, tão longe das nossas casas, esperando que o carro fosse nos buscar em plena escuridão, com fome, enquanto as nossas famílias nos aguardavam de pé, com candeeiro na mão”, recorda.

“Essas são histórias que não me canso de contar. Em meio a tanta dificuldade, o objectivo era maior, conquistar o nosso lar, o nosso terreno e dar uma vida melhor aos nossos filhos. Graças a Deus, hoje tenho tudo aquilo que qualquer pessoa gostaria de ter”, descreve.

Irmãos Lacoste

Com os filhos já crescidos, os automóveis tornaram-se numa das principais fontes de rendimento da família. Foi nesse ambiente, rodeados de motores e outras peças, que os filhos começa-

ram a desenvolver interesse pelos carros. Acompanhando o pai, Simão da Cruz, em vários percursos, foram aprendendo, pouco a pouco, os segredos da condução e da mecânica.

Com o apoio e orientação dos pais, todos os filhos rapazes concluíram as suas cartas de condução e tornaram-se condutores experientes. O gosto pelos automóveis transformou-se, então, numa verdadeira profissão. Com o passar dos

anos, cada um encontrou o seu caminho no mundo automóvel, criando negócios, vendendo carros e trabalhando com peças. A união, o empenho e a reputação que construíram fizeram com que, na comunidade, ficassem conhecidos como “os irmãos Lacoste”, um apelido que se tornou a marca da família.

Hoje, os irmãos Lacoste continuam o legado iniciado pelos pais, mantendo viva a paixão pelos auto-

móveis. Vendem carros, comercializam peças e são reconhecidos pelo profissionalismo e um exemplo de crescimento e de como uma paixão pode transformar gerações.

“Nenhum trabalho é desprezível”

Depois de tantos anos a vender, Angelina continua ativa. Mantém um espaço no Mercado Novo da Assomada, onde comercializa roupas e artigos para o lar. Apesar da idade, confessa que gosta de vender e assegura que, enquanto tiver forças, continuará a fazê-lo, ainda que reconheça que as vendas de hoje já não se comparam às de antigamente.

Mãe de oito filhos, Angelina transmitiu a todos o espírito de trabalho e determinação. Hoje, os filhos seguem o mesmo caminho, sendo todos empreendedores, dedicados à venda de automóveis e peças.

Aventureira por natureza, Angelina é também uma conselheira respeitada entre os mais jovens que a procuram em busca de orientação e incentivo. Ela nunca se cansa de motivá-los a desenvolver o espírito empreendedor.

“Nenhum trabalho é desprezível. Tudo está ao nosso alcance, devemos agarrar e fazer acontecer. Hoje, muitos jovens não querem trabalhar ‘azáguá’. Embora seja um trabalho árduo, nos dá recompensas. Por isso, não tenham medo de trabalhar”, aconselha.



Natureza, cultura e hospitalidade que conquistam visitantes

Texto: Adelise Furtado

A cidade da Assomada tem vindo a destacar-se como um destino cada vez mais procurado por quem visita a ilha de Santiago. A natureza preservada, a força das tradições locais e a morabeza são apontadas como os principais atractivos locais. Para o guia turístico Hélder Semedo, de 24 anos, licenciado em Estudos Ingleses, o Mercado da Assomada, o Poilão da Boa Entrada e o Parque Natural da Serra Malagueta são locais de paragem obrigatória.



Serra Malagueta atrai os turistas devido à sua biodiversidade.



A maior parte dos visitantes são da França, Espanha e Alemanha.



Hélder Semedo

Serra Malagueta e a sua biodiversidade única

Para Hélder Semedo, Serra Malagueta proporciona uma das experiências mais marcantes para qualquer turista. “Logo na entrada do parque, sente-se o ar fresco misturado com o silêncio e o cantar dos pássaros”, descreve.

O guia sublinha que as paisagens naturais e a biodiversidade, com espécies de plantas e animais que só existem em Cabo Verde, são os elementos que os turistas mais valorizam durante as trilhas.

Entre os locais ainda pouco explorados, destaca Fonte Lima, onde se combinam belas paisagens com uma zona artesanal que preserva técnicas de produção de peças utilitárias e decorativas como potes, panelas, tigelas e onde se servem pratos tradicionais.

De recordar que a localidade é conhecida pela sua olaria, onde as mulheres desempenham um papel central na criação de peças cerâmicas,

através de métodos tradicionais, passados de geração em geração. Essas peças são consideradas verdadeiras expressões artísticas e culturais, atraindo turistas que desejam conhecer de perto o processo de produção.

Já na Ribeira das Pratas, uma comunidade com grande potencial turístico, os visitantes podem fazer passeios de bote até Águas Belas e Angra, locais de grande beleza natural, ideais para banhos e para saborear peixe grelhado fresco e outras iguarias da gastronomia local.

O crescimento do turismo comunitário

Nos últimos anos, Santa Catarina tem registado uma nova dinâmica e um crescimento significativo do turismo comunitário, uma prática que aproxima turistas e residentes.

Famílias e associações locais organizam visitas guiadas, hospedagem e atividades que permitem aos visitantes viver experiências

autênticas, desde a participação em tarefas agrícolas até à confeção de pratos como cachupa, feijão congo ou xerém.

Comunidades como Engenhos, Fonte Lima e Mato Baixo já dispõem de estruturas preparadas para receber quem procura este contacto direto com a vida quotidiana da região, contribuindo para dinamizar a economia local e reforçar a valorização das tradições.

Sabores e cultura que ficam na memória

A gastronomia desempenha um papel central na experiência turística. Segundo o guia, os visitantes demonstram sempre grande interesse em experimentar pratos típicos e a aguardente local, e no final das visitas os elogios são frequentes, sobretudo pela autenticidade dos sabores santa-catarinenses.

Outros aspectos culturais e manifestações como o baticu, a tabanka, o funaná e a coladeira, também deixam fortes impressões. Muitos tu-

ristas, refere Hélder Semedo, ficam profundamente emocionados ao ter contacto direto com estes ritmos e expressões, tornando a passagem por Santa Catarina ainda mais especial.

Quem visita o concelho e o que procura

De acordo com o guia, a maior parte dos turistas que chega ao concelho vem de países europeus, sobretudo França, Espanha e Alemanha, e muitos procuram precisamente o turismo comunitário, as tradições locais e a participação em atividades culturais e gastronómicas.

Apesar do dinamismo crescente, Hélder alerta para desafios que continuam a limitar o setor, como a falta de infraestruturas adequadas, especialmente nos acessos a locais como Boa Entrada e Ribeira da Barca. Aponta ainda a insuficiente formação em línguas estrangeiras e primeiros socorros, e a fraca divulgação dos pontos turísticos.

Um convite ao coração da ilha de Santiago

Para Hélder Semedo, Assomada é uma cidade com alma, história e morabeza, perfeita para dias sem stress. Entre os locais que considera imperdíveis e que têm sido cada vez mais procurados por quem visita o concelho, destaca a feira de quarta-feira e sábado, marcada pelo ambiente único e vibrante do Mercado, o Poilão, em Boa Entrada, e o Parque Natural de Serra Malagueta, onde a natureza e a cultura mostram-se no seu estado mais puro.

Por isso, deixa um convite a todos os que desejam conhecer um destino autêntico: “Venham conhecer o coração da ilha de Santiago”.



A Olaria de Fonte Lima é um dos pontos turísticos do concelho.

GARANTIA
SEGUROS

TAXA MÍNIMA GARANTIDA 2025
2,75%

GARANTA UM FUTURO SEM PREOCUPAÇÕES

A plena serenidade sente-se quando o amanhã dos que mais ama está protegido. Com o **PPR/E** da Garantia Seguros garante uma **rentabilidade mínima de 2,75%** e a certeza de um reforço financeiro para a sua reforma ou um apoio para a educação dos seus filhos. Porque uma vida tranquila começa com soluções de poupança que nos trazem paz de espírito.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

Em 2024, a taxa efetiva anual foi de 4.04% em resultado da taxa mínima garantida de 2.50% e acrescida da taxa de participação nos resultados de 1.54%.

garantia.cv    

GARANTIA PPR/E

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia, C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv Telefone: (238) 260 86 00

 **FIDELIDADE SEGUROS DESDE 1808**

Santa Catarina Magistral

Texto: José Mário Correia

Santa Catarina tem um grande peso no todo nacional. Peso do ponto de vista económico – a tal ideia de celeiro de Cabo Verde – mas também peso do ponto de vista político. Situado no coração de Santiago, sobre um planalto, afigura-se como o concelho de cujas entranhas terá emergido muita gente influente, com claras responsabilidades no destino do arquipélago nos últimos 35 anos: dois chefes de Estado, dois Primeiros-ministros, vários ministros, escritores, poetas, músicos, etc.

Em Cabo Verde, também temos Santa Catarina, uma das nove unidades municipais de Santiago, o terceiro concelho mais populoso do país, logo a seguir à Praia e São Vicente. Mas não somos os únicos. Brasil, país da América do Sul, também tem uma, cuja capital é Florianópolis. E se formos aos horizontes brumosos da história do ocidente europeu, aferiremos de como os seus nacionais veneraram e exaltaram esta Santa, erigindo numerosas e imponentes igrejas por toda a Europa.

Dir-se-ia que ter-se-ão curvado diante da sua sabedoria, evocando-a como protectora pelos estudantes, intelectuais e filósofos. De resto, quem privar com o espólio literário e artístico europeu há de apreciar como a literatura e a arte celebram os louvores e immortalizam esta figura que nasceu na cidade egípcia de Alexandria e cresceu como uma pagã, para se converter, na adolescência, ao cristianismo. A própria Universidade de Paris rendeu-se a ela, tomando-a como padroeira. Orgulhosamente!

Os acólitos também têm nesta notável intelectual do século IV uma grande mártir, sendo que a própria Igreja Católica cabo-verdiana, que tem como chefe máximo o Cardeal Dom Arlindo Furtado – ele mesmo um santa-catarinense de gema – reverencia Santa Catarina como um dos 14 santos auxiliares.

Santa Catarina já foi um gigante geográfico nos finais do século XIX, quando as suas gentes disputaram

e lograram quase metade de toda a ilha de Santiago (Norte), relegando para a Praia a outra metade – Sul. E assim permaneceu durante décadas.

A crítica social e cultural cabo-verdiana tem neste concelho do interior de Santiago o ponto alto da beleza natural, uma formosura reflectida sabiamente nos versos cantados e musicados pelos também santa-catarinenses Norberto Tavares e Kaká Barbosa, os dois ícones maiores da música folclórica, toda ela eivada de credices, brincadeiras, festas populares, lendas, mitos, etc. deste concelho, de Santiago e de Cabo Verde.

Os Três Símbolos

Santa Catarina está na memória colectiva do arquipélago por três grandes momentos, todos eles atulhados de simbolismo e

que, por isso mesmo, fazem dela o ponto de convergência: quartas-feiras e sábados – marcos bissemanais, em que a agora cidade de Assomada abre-se aos feirantes vendedores/trocadores de capado, gado bovino, frangos e ovos, grãos, hortaliças e outras iguarias provenientes de toda a ilha; 25 de Novembro – Dia do Município e da celebração de Santa Catarina, esta sim, o momento maior, espiritual, divino, a padroeira lá do sítio. E é particularmente neste dia que o santa-catarinense comum busca privar consigo mesmo, num encontro celestial para espiar os seus pecados e relançar o ano, com novas promessas. Mas também é o dia em que se dá o reencontro com a elite local, particularmente com a classe política, a maior parte das quais já lá não vive. Por aqui nasceram e daqui partiram – mas também passaram – grandes de-

cisores políticos. A começar por Amílcar Cabral (1924-73), a referência maior do planalto, ele que viveu parte da sua infância em Achada Falcão (1932 e 1933-34).

A Elite Cabo-verdiana

De resto, dir-se-ia que é das entranhas de Santa Catarina que saiu boa parte da elite política que governou Cabo Verde nos últimos cerca de 35 anos. Poder-se-ia ainda citar Mascarenhas Monteiro, Presidente da República de Cabo Verde (1991-2001), que nasceu na outra banda, na Ribeira da Barca; José Maria Neves, mais a centro, cercado por montes e vales. O actual PR (2021) é de Pedra Barro. Passou, igualmente, pela chefia do Governo de Cabo Verde (2001 a 2016); Carlos Veiga, cujo pai Alfredo Veiga tem o umbigo lá enterrado. Veiga, filho, esteve por aqui

muitos dias, muitas tardes e muitas noites e, um dia, fez-se Primeiro-ministro (PM 1991-2000); Cristina Fontes, cujo pai era um homem de Cutelo. Ela foi uma super-governante de 2001 a 2016 nos setores da Justiça (2001-06), Presidência do Conselho de Ministros, Reforma do Estado e Defesa (2006-11) e Saúde e Vice-Primeira-Ministra (2011); David Hopffer Almada, o poeta e político, que sonhou e tentou, mas viu frustrada a ambição da Presidência da República (2010). Ou a própria filha, Janira Almada, que um dia quis – e ainda quer – ser Primeira-ministra de Cabo Verde; e Austelino Correia, presidente da Assembleia Nacional. Mas haverá muitos mais.

Vale a pena lá ir conhecer esta cidade do centro da ilha, suas paisagens bucólicas, suas gentes, cultura, crenças e ambições.



Igreja de Santa Catarina



Nhanha Bongolon

Ana da Veiga, conhecida como Nhanha Bongolon, foi uma figura histórica cabo-verdiana que liderou a Revolta de Ribeirão Manuel em 1910, uma revolta popular contra a opressão colonial. Ela é reconhecida como um símbolo de resistência feminina, e sua história é celebrada e estudada, inspirando o nome de colectivos, projectos de teatro e seminários que discutem questões como racismo e igualdade de género em Cabo Verde e na diáspora.

O episódio ocorreu há mais de cem anos, no contexto da exploração dos rendeiros por parte dos morgados que disponibilizavam terras em parcelas para a prática de agricultura e pecuária, mediante o pagamento de rendas, daí o nome de “rendeiros” para esses agricultores. Esta exploração culminou na revolta popular que iniciou no dia 12 de Novembro de 1910.

Os rendeiros sentiam-se explorados pelos proprietários, em negociações injustas, e recusaram-se a pagar as rendas. Passaram a

Texto: Cláudia Furtado da Cruz Estagiária

colher ilegalmente os frutos da purgueira, que na altura alimentava as indústrias europeias de saboaria. A queixa de um morgado levou à intervenção das tropas da cavalaria, que aprisionaram um grupo de mulheres.

Foi neste contexto que Nhanha Bomgolon revelou a sua coragem, organizando e liderando um grupo de pessoas, com a narrativa “aqui não há negro, não há branco, não há rico, não há pobre... somos todos iguais!” e dizendo “omi pedra, mudjer matchado, mininus tudu ta djunta pedra”. O grupo marchou em direcção à cadeia e as mulheres foram libertadas diante da determinação dos populares.

Para perpetuar a memória histórica de Nhanha, foi erguido um monumento na praça central da localidade de Ribeirão Manuel.

Fonte: <https://cvcultural.cv/>
Foto: Portal das Vozes



Norberto Tavares

Norberto Tavares, nascido a 6 de junho de 1956, em Assomada, Santa Catarina, na ilha de Santiago, é uma das figuras mais emblemáticas da música e da cultura cabo-verdiana. Foi cantor, compositor e multiinstrumentista e é reconhecido pelo contributo que deu para que o funaná fosse considerado como um género musical.

A sua carreira musical floresceu nos anos 70, quando emigrou para Portugal, formando o primeiro grupo denominado “Black Power” juntamente com outros músicos de Cabo Verde. Lançou o primeiro álbum de “funaná e batuko” em 1975, produzindo várias gravações ainda em Portugal, antes de emigrar para os Estados Unidos, em 1979. Nesse ano, grava o primeiro álbum a solo, intitulado “Volta pa fonti”.

Com a partida para os EUA, juntamente com o irmão Totó Tavares, que também participava no grupo Black Power, fundou um novo grupo, com o qual pretendia dar continuidade ao trabalho realizado em Portugal. Porém, de-

cidu não usar o mesmo nome por não ter sido o autor da ideia e porque a expressão Black Power nos EUA associava-se ao movimento negro. Sendo assim, o grupo foi denominado de Tropical Power.

Sob a sua liderança, o Tropical Power gravou “Mundo stá di Boita” (1982) e Tropical Power Musical Connection (1985), e durou até 1986. Norberto Tavares optou então por uma carreira a solo e gravou álbuns que foram primordiais para o sucesso da sua carreira musical, gravando “Jornada di un Badiu” (1989), “Hino di Unificação” (1991), “Maria” (1998) e um Best Of em 2005 que junta antigos sucessos.

Norberto Tavares faleceu a 26 de dezembro de 2010, aos 56 anos, nos Estados Unidos, vítima de doença. Como forma de homenagem, o Museu da Tabanka em Assomada foi rebatizado de Centro Cultural Norberto Tavares.

Fonte/ Foto : <https://www.caboverdeamusica.online>

EDITORIAL

Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arreados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal A Nação lança hoje a décima edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado a **Santa Catarina de Santiago**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul, da Brava, da Boa Vista, de Santa Cruz, de Tarrafal de São Nicolau, Mosteiros, Porto Novo, Maio e São Miguel.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

Município em Destaque é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

Município em Destaque, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!


DESPORTO & JUVENTUDE

Heleno Monteiro: o treinador que mantém vivo o sonho dos jovens

Texto: Paulo Galvão
Estagiário

Apesar dos constrangimentos que marcam o desenvolvimento desportivo no município de Santa Catarina, em Santiago, há quem insista em manter viva a esperança dos jovens atletas. Entre os desafios estruturais e a falta de recursos, destaca-se a figura de Heleno Monteiro, mais conhecido como CJ Heleno, treinador da Escolinha Desportivo Nhagar e da equipa sénior do clube, que se tornou uma das vozes mais firmes na defesa do futuro do futebol local.

Santa Catarina tem vindo a afirmar-se gradualmente no panorama desportivo nacional, formando atletas que chegam à seleção de Cabo Verde em modalidades como o futebol, o voleibol, o basquetebol e o atletismo. O futebol, considerado o desporto-rei no município, mobiliza centenas de jovens e adeptos, com atletas a competirem desde as camadas mais jovens até ao nível sénior.

O voleibol também é um desporto muito popular no município, com equipas femininas e masculinas a competir em diversos níveis. E o basquetebol tem-se afirmado, igualmente, como uma modalidade importante, com a participação de equipas locais em várias competições nacionais. Ainda assim, segundo o treinador CJ Heleno, a realidade está longe do ideal.

Jovens com talento, mas sem condições

Para o treinador, o futebol no município “está muito fraco” quando comparado com outras regiões do país.



Equipa da Escolinha Desportivo Nhagar

Ter apenas uma escolinha de formação numa zona tão populosa é, para ele, reflexo de um problema estrutural: poucas oportunidades para as crianças desenvolverem o talento com condições mínimas.

As dificuldades, considera, estendem-se às equipas seniores, que enfrentam limitações financeiras, falta de equipamentos e incapacidade de contratar atletas que possam elevar o nível competitivo e o desempenho das equipas. “O futebol no município perdeu muita credibilidade com o passar

dos anos”, lamenta.

Na sua escolinha, CJ Heleno convive diariamente com jovens promissores, mas que, muitas vezes, veem o sonho interrompido por motivos alheios ao talento: falta de material desportivo, fraca alimentação e problemas financeiros das famílias. Estes obstáculos, afirma, fazem com que muitos desistam cedo de seguir carreira no futebol ou noutras modalidades. Ainda assim, ele persiste.

“Treino-os para que sejam bons atletas, mas, acima de tudo, bons cida-

dãos”, garante, reforçando que encontra motivação no sorriso e na evolução diária das crianças.

O papel de quem não desiste

Entre referências nacionais que jogam na seleção cabo-verdiana de futebol, como Jovane Cabral, extremo da seleção e jogador da Estrela da Amadora, em Portugal, ou João Paulo, lateral esquerdo da seleção, da Roménia, há também atletas locais que inspiram

as novas gerações, como Wilson Cabral e Elenise Mendes no atletismo.

Mas, para CJ Heleno, o futuro só será sólido se houver investimento real na base. Comprometido com a missão, afirma que continuará no futebol enquanto puder contribuir para que os jovens “evoluam e ganhem espaço no mundo desportivo”.

É neste contexto que o concelho de Santa Catarina tem vindo a construir o seu legado desportivo, entre percalços e limitações. Mas, com figuras como o treinador da Escolinha Desportivo Nhagar, o município mantém viva a esperança de que, mesmo em tempos difíceis, o talento e a determinação dos seus jovens encontrarão um caminho para florescer.



Jovane Cabral

Estádio de Cumbém e Polidesportivo Nhagar

O Estádio Municipal de Cumbém é um espaço multiusos, e um dos quatro operados pela Associação Regional de Futebol de Santiago Norte. A infraestrutura serve como sede da Zona Norte e é casa de alguns dos clubes

históricos de Assomada, como Desportivo de Assomada, Juventude de Assomada, Associação Nhagar e Boa Entrada.

O concelho conta ainda com o Polidesportivo Nhagar, considerado uma das melhores infraes-

truturas desportivas do país. O espaço tem acolhido competições nacionais de futsal e basquetebol, estando equipado para assegurar o bem-estar dos atletas, árbitros e adeptos.



Bob Mascarenhas

“Hoje todos os artistas querem fazer duetos com as batucadeiras”

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

De feiras culturais a iniciativas de formação e intercâmbio, o concelho de Santa Catarina tem intensificado a realização de acções que visam a valorização e a projecção da identidade artística local. Um dos projectos a destacar é a Fundação Batuku, presidida por Bob Mascarenhas, que se mostra satisfeito com o trabalho feito, pois hoje, como diz, “todos querem fazer duetos com as batucadeiras”.

Num momento de renovada afirmação cultural, Santa Catarina tem acolhido acções de promoção artística e valorização da identidade cabo-verdiana, impulsionada por projectos, criadores e instituições que trabalham para preservar o património colectivo e fortalecer as raízes culturais do país.

Bob Mascarenhas, presidente da Fundação Batuku, destaca o trabalho que vem sendo desenvolvido para garantir uma maior valorização às batucadeiras e à expressão cultural do batuco, tanto em Santa Catarina quanto no país. Desde 2016, afirma, a instituição tem feito um investimento contínuo na formação e na melhoria da qualidade artística, contribuindo assim para a consolidação desse aspeto cultural.

“O batuco tornou-se uma febre na nossa cultura e na nossa música. Hoje, todo o artista quer cantar batuco e fazer duetos com batucadeiras. Isso mostra que o nosso trabalho tem tido efeito”, sublinha.

A Fundação Batuku tem actuado em diversas frentes



Bob Mascarenhas

— cultura, educação, formação e preservação da memória — assegurando que cada grupo disponha dos seus próprios registos e identidade. Entre as iniciativas, Bob destaca o programa de intercâmbio nacional e internacional com grupos da diáspora na Europa e em África. Um dos projectos mais recentes é o programa de intercâmbio com o grupo Kolá San Djon, iniciado em São Nicolau. A ambição, segundo diz, é alargar a iniciativa a todas as ilhas.

“Estamos a construir pontes e a criar oportunidades para os grupos, reforçando o batuco como símbolo vivo da cultura cabo-verdiana”, afirma.

Apesar dos avanços, reconhece que persistem desafios estruturais. Para ele, falta ao país uma definição clara de prioridades culturais ao nível do Governo e dos municípios, capaz de permitir um desenvolvimento mais sólido e sustentável dos projectos.

“Um município, um país ou uma cidade sem cultura e sem identidade não existe.

A cultura é a alma do povo e motor da economia local e nacional. Já é hora de se colocar a cultura em primeiro lugar”, defende.

Ainda assim, Bob Mascarenhas realça que Santa Catarina tem investido nos artistas e na mobilidade cultural e reconhece que a cultura é também um pilar essencial para o turismo. Por fim, acrescenta o apoio que a Fundação tem recebido do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas.

“Temos estado sempre em harmonia e alinhamento

para levar o batuco ao estatuto de Património Imaterial da Humanidade.”, afirma, sublinhando que este é um objetivo comum e estratégico para a valorização da cultura cabo-verdiana.

Tikai: um percurso marcado pela arte

A vida cultural do município também ganha expressão através de figuras como João Evangelista Lopes Pereira, conhecido por Tikai. Natural da Achada Galego, cresceu em Pedra Barro, e iniciou no teatro aos sete anos. Na adolescência, participou na fundação do Grupo Boa Esperança, com o qual actuou em diversos palcos da ilha de Santiago e integrou o festival Mindelact.

Entre 2002 e 2012 viveu em Portugal, onde integrou o grupo Raiz de Cabo Verde e gravou filmes como Nha Fia e Pindoko. De regresso ao país, fortaleceu a carreira e ampliou o reconhecimento público. Criador prolífico, é autor de peças como Kada-brada, Pikinina, Xipititi, Bati Ku Liza, Fidju Prodigu e Boita e Raboita des Mundo.

Dia do Município com várias ofertas culturais

Santa Catarina assinala o Dia do Município a 25 de Novembro, com um programa que inclui várias ofertas culturais.

Segundo avançou o vereador da Cultura, Turismo e Desporto Adilson Tavares, a autarquia tem apostado na dinamização de feiras cul-

turais que decorrem de 14 a 21 de Novembro, integrando artesanato, gastronomia, vestuário e produtos locais.

As iniciativas são acompanhadas por palcos itinerantes que acolhem atuações musicais diversificadas, desde ritmos tradicionais

a performances contemporâneas. A programação inclui bandas como Talaia Baxu, DJ’s, artistas e talentos locais. Estão ainda previstos eventos temáticos, como o Dia do Cotxi Pó, numa estratégia que pretende aproximar a população das suas expressões culturais.



Adilson Tavares, vereador


HISTÓRIA EM DESTAQUE

191 anos de história, resistência e construção

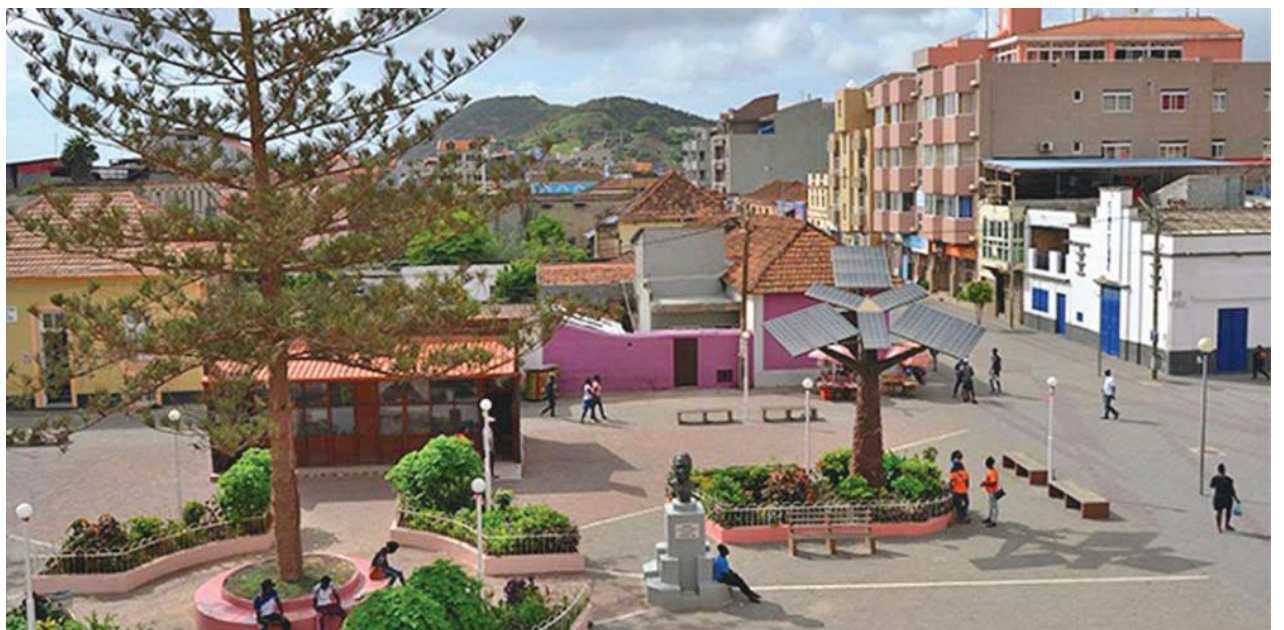
Texto: Ilda Fortes

Criado em 1834, o concelho de Santa Catarina tem uma história marcada por revoltas, lutas pela independência e pela economia rural. Hoje, procura equilibrar tradição e desenvolvimento, com investimentos no turismo e na preservação do património cultural.

Localizado no extenso planalto central no interior da ilha de Santiago, o concelho de Santa Catarina foi criado oficialmente em 1834. Com uma área de 243 km², é um dos maiores do país, mas permanece predominantemente rural, com cerca de 86% da população a viver em zonas não urbanas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 Santa Catarina tinha cerca de 37 mil habitantes, distribuídos por mais de 50 localidades, representando cerca de 15% da população de Santiago. No campo da educação, os dados indicam que 33% da população tem ensino secundário incompleto, 37% nível básico, 10% secundário completo e 9% nunca frequentaram a escola. A nível laboral, 46% da população ativa está empregada, enquanto a taxa de desemprego é de cerca de 14%, atingindo os 27% entre os jovens (15–24 anos).

Quanto às condições de vida, 90% das famílias têm acesso à eletricidade, 74% dispõem de casa de banho e 67% de água canalizada. Em média, 56% usam gás para cozinhar, enquanto 44% ainda dependem da lenha. No campo da tecnologia, 71% das habitações têm telemóvel, 58% usam internet, 34% dispõem de computador ou tablet, 83% têm televisão e 49% têm TV por assinatura.



Um concelho moldado pela resistência histórica

A história do concelho é marcada por episódios importantes de contestação e de resistência das populações locais contra o sistema colonial. Entre eles estão as Revoltas dos Engenhos (1822), de Ribeirão Manuel (1910), de onde nasceu a figura de Nhanha Bongolon e de Achada Falcão (1841), que marcaram a resistência dos agricultores da região contra os abusos do poder colonial.

Além disso, durante o processo de luta pela independência nacional, muitos jovens e estudantes de Santa Catarina participaram ativamente no movimento de libertação.

Terra de origem de várias personalidades nacionais a nível político e cultural, a cidade de Assomada acolhe a sede da Universidade de Santiago, a primeira criada fora da Praia e do Mindelo.

O celeiro de Santiago

Do ponto de vista socioeconómico, Santa Catarina mantém uma forte identidade rural. A agricultura de sequeiro, a pecuária, a avicultura e a pesca continuam a ser os pilares da economia local, contribuindo para o sustento de muitas famílias.

Devido às suas terras férteis, já foi considerada o celeiro de Santiago e de Cabo Verde, com uma produção agrícola que abastece o mercado local e a ilha, e chega também às ilhas turísticas do Sal e da Boa Vista. Ainda assim, o concelho enfrenta atualmente vários desafios relacionados com o acesso à água e à escassez de mão de obra, sobretudo para agricultura e pecuária.

O comércio, por sua vez, veio a ganhar força, especialmente no mercado de Assomada, que se tornou um ponto de convergência para vendedores e compradores

vindos de várias partes da ilha. Ali, sente-se o pulsar da economia de Santa Catarina, pois vende-se um pouco de tudo: gado, frangos e ovos, grãos, hortaliças, iguarias e vários outros produtos alimentares, assim como vestuários e calçados. A dinâmica é notada sobretudo nas tradicionais feiras realizadas às quartas e sábados, com grande movimentação de pessoas e viaturas, embora muitos digam que a pujança das feiras já foi maior.

Santa Catarina é considerada uma terra de emigrantes, sobretudo residentes na Europa, que também têm contribuído para o desenvolvimento do concelho, através de investimentos em setores como os transportes e o ramo imobiliário.

Identidade cultural e turismo

Apesar do seu caráter tradicional, o município

vive, nas últimas décadas, um processo de diversificação económica. Novos empreendimentos turísticos têm surgido, aproveitando tanto o património histórico como as paisagens naturais montanhosas, como as serras da Malagueta e o Pico de Antónia, o ponto mais alto da ilha de Santiago.

Através da reabilitação do legado patrimonial e histórico do concelho, procura-se preservar a identidade local e o meio ambiente, visando gerar novas dinâmicas económicas do setor.

Entre a tradição rural e a modernização, Santa Catarina tem-se afirmado como um concelho em constante transformação. Apesar de manter as raízes agrícolas, mantém um dinamismo que o torna um dos concelhos mais importantes para o desenvolvimento da ilha de Santiago e de Cabo Verde.

Jovens reconhecem avanços na educação, mas alertam para desemprego e acesso à água

Texto: Cláudia Furtado da Cruz
Estagiária

A nível geral, os jovens de Santa Catarina reconhecem melhorias no concelho nos últimos anos, sobretudo a nível da educação, da saúde e das infraestruturas. No entanto, elencam como alguns dos principais desafios o desemprego e o acesso à água.



Valter Fidalgo

29 anos, Rincão, licenciado em Educação Básica

No município de Santa Catarina de Santiago, é visível a melhoria em várias áreas, principalmente no que se refere à educação, saúde, pesca e desporto. De salientar as melhorias a nível das infraestruturas urbanas e dos espaços públicos, da preservação do património, da promoção de novas atividades, entre outros.

Por outro lado, a emigração dos jovens tem suscitado uma grande preocupação. Creio que a falta de emprego é a principal causa da emigração dos jovens. No meu entender, é necessário criar estratégias para evitar isso, sobretudo com a criação de postos de trabalho

para segurar os jovens na região e no país. O jovens são a força da mudança e é preciso apostar na juventude.

Em relação à minha localidade, Rincão, nos últimos anos, notou-se uma mudança positiva, graças ao esforço da população. Estamos a presenciar algumas mudanças na localidade como a reabilitação das casas e da orla marítima, a construção de chiqueiros, o apoio com motores de botes, o arrelvamento do campo de futebol, cujas obras estão a decorrer, entre outros.

Em termos de sugestões, acho que a prioridade devia ser uma forte aposta na juventude, com a criação de mais empregos, formação, criação de condições para atrair os jovens como as atividades culturais e desportivas e disponibilização de apoio ou crédito aos jovens que pretendam criar o próprio negócio. Além disso, acho que se devia investir nas infraestruturas e ouvir a população, para entender as prioridades de cada localidade, pois ela conhece a realidade.

Cátia Semedo

26 anos, Fundura, Estudante

Acredito que Santa Catarina é um concelho que tem experimentado um desenvolvimento constante ao longo dos anos. Recentemente, temos tido acesso a melhores escolas, serviços de saúde, água e saneamento, além de iniciativas que valorizam a cultura e o turismo. No entanto, os desafios persistem e é necessário investir em habitações, reabilitar algumas escolas e garantir o fornecimento regular de água. Acredito que, com o esforço conjunto das autoridades e da comunidade, Santa Catarina pode alcançar um melhor nível de desenvolvimento.



Eveline Gomes

32 anos, Arribada, Monitora Infantil

Fazendo uma análise da evolução do concelho, é notável o desenvolvimento a nível da educação e das infraestruturas. Hoje em dia, temos várias formações que jovens e não só podem frequentar, mesmo com apenas o 8º ano de escolaridade, como formações em cabeleireiro e cuidador de infância. No entanto, muitos jovens ainda estão desempregados e desamparados. Seria necessário criar um centro gratuito de formação para jovens que estão envolvidos em delinquência e para pessoas alcoólatras que querem deixar essa vida, mas não têm condições para pagar centros de apoio. Um centro desse tipo seria muito útil na Santa Catarina. Além disso, os nossos alunos de Pingo e Saltos precisam de mais transporte, pois a falta de opções de transporte público faz com que as pessoas sejam forçadas a caminhar longas distâncias.



Sónia Tavares, 34 anos, Cruz Grande, Inquiridora

Em Santa Catarina, já se observa uma mudança significativa, desde a organização das feiras e a construção do mercado novo e da rua pedonal. Antigamente, as feiras eram desorganizadas e acumulavam muitas pessoas em um só lugar, dificultando a passagem.

No entanto, ainda há mudanças que precisam ser feitas. Como inquiridora, eu percorro vários pontos do município de Santa Catarina e vejo as dificuldades enfrentadas pelas famílias que moram longe da cidade, como em Saltos. Elas enfrentam problemas como falta de água canalizada e precisam de ir buscar água nos poços.

Além disso, muitas famílias precisam de ajuda com alimentos. Outra questão urgente é a reabilitação das estradas de Achada Leite, que estão em mau estado, constituindo um perigo para quem nelas circula.



O sumo nosso de cada dia.



Somos ilhas que respiram alegria e partilha.
Somos tradições que se encontram à mesa e sabores que nos ligam.
E também somos sumo: feito em Cabo Verde, com frutas selecionadas
de diversas origens e preparado por nós para ser saudável e natural.
Um sumo que faz parte do dia a dia de todas as famílias.

Tão bom. Tão nosso.



Classificados



AGÊNCIA DE AVIAÇÃO CIVIL

ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO
Nº 02/AAC/2025

Procedimento de concurso público nacional nº 02/2025, aquisição de viaturas elétricas na modalidade de leasing financeiro para a Agência da Aviação Civil (AAC)

1. Entidade Adjudicante

Agência da Aviação Civil (AAC).

2. Órgão Competente Para a Decisão de Contratar e Autorização de Despesa

Conselho de Administração da AAC.

3. Entidade Responsável pela Condução do Procedimento

Comissão de Aquisições da Agência da Aviação Civil (AAC), sito na Achada Grande Frente, 7600 - Cidade da Praia, Tel.: nº 260 34 30, E-mail: aquisicoes@aac.cv.

4. Financiamento

Financiado pelo orçamento da AAC.

5. Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de 4 (quatro) viaturas elétricas para a Agência da Aviação Civil (AAC), sendo 3 (três) SUV de segmento executivo e 1 (um) de segmento normal, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do Caderno de Encargos.

6. Prazo de Execução do Contrato

Conforme proposta adjudicada.

7. Obtenção dos Documentos do Concurso

7.1. Os documentos relativos ao presente concurso, nomeadamente o Caderno de Encargos e o Programa do Concurso, encontram-se disponíveis no site da AAC, www.aac.cv.

Ainda estes, podem ser solicitados através do endereço eletrónico: aquisicoes@aac.cv, devendo referir no assunto o descritivo: Solicitação documentos concurso 02/2025.

8. Requisitos de Admissão

Podem ser admitidos todas as empresas nacionais, sede ou estabelecimento principal em Cabo Verde e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública (CCP), através da Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril. Sob pena de exclusão das propostas, apenas podem concorrer pessoas coletivas com: a. Licença para comercialização de veículos automóveis; b. Experiência de no mínimo de 3 (três) anos, no fornecimento de veículos automóveis; c. Experiência comprovada, no fornecimento de viaturas elétricas d. Experiência no serviço pós-venda e manutenção preventiva periódica e corretiva de viaturas elétricas.

9. Propostas Variantes

Não são admitidas as propostas variantes.

10. Língua

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.

11. Prazo de Apresentação das Propostas

As Propostas e os Documentos que as acompanham devem ser entregues em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante, até o dia 11 de dezembro de 2025, às 16h30.

12. Pedidos de Esclarecimentos

Os interessados poderão solicitar, por escrito, através do email aquisicoes@aac.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente concurso, até o dia 27 de novembro de 2025.

13. Ato público de Abertura das Propostas

O Ato Público de Abertura das Propostas, será realizado às 09h00 do dia 12 de dezembro de 2025, na Sala de reunião da Agência da Aviação Civil (AAC), sito na Achada Grande Frente, 7600 - Cidade da Praia, Tel.: nº 260 34 30.

14. Prazo de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

15. Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: Preço: 50%, Avaliação técnica: 25%, Garantia: 10% e Prazo de entrega: 15%.

16. Cauções e garantias

Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante; caso a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.

17. Identificação do Autor do Anúncio

Comissão de Aquisições da Agência da Aviação Civil (AAC), sito na Achada Grande Frente, 7600 - Cidade da Praia, Tel.: nº 260 34 30, E-mail: aquisicoes@aac.cv.

18. Lei Aplicável ao Procedimento

O presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA) e a Lei nº 88/VIII/2015, que aprova o CCP.

19. Data do Anúncio

Praia, aos 20 de novembro de 2025

ASSINATURA

/Mário Margarito Gomes/
Presidente do Conselho de Administração



EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA-SA
SEDE – AEROPORTO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL
ILHA DO SAL – REPÚBLICA DE CABO VERDE

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. pretende recrutar, mediante contrato individual de trabalho, 01 (um) **Técnico Informático**, para trabalhar na **Direção Técnica e Sistema**.

I. Perfil profissional

Principais requisitos e capacidades, habilidades e/ou competências

- Formação superior em Engenharia Informática, Ciências da Computação ou áreas afins;
- Experiência mínima de 3 anos em desenvolvimento full stack;
- Domínio das linguagens C#, JavaScript, HTML e CSS;
- Experiência comprovada com Visual Studio e .NET Framework / .NET Core;
- Sólidos conhecimentos em arquitetura de software e boas práticas de desenvolvimento;
- Experiência em bases de dados relacionais: SQL Server e MySQL (modelação, otimização, procedures e views);
- Capacidade de análise e visualização de dados (Power BI, ferramentas de BI ou bibliotecas de visualização);
- Conhecimentos em administração de sistemas Windows Server e Linux ;
- Capacidade de trabalho em equipa, boa comunicação e orientação para resultados.
- Capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, com espírito de cooperação e boa capacidade para trabalho em equipa;
- Forte sentido de responsabilidade;
- Boa capacidade para trabalhar com cumprimentos de prazos e objetivos;
- Capacidade de organização, planeamento e controlo;
- Postura pró-ativa e forte orientação para concretização de objetivos;
- Elevada orientação para resultados;
- Inovação e adaptabilidade;
- Disponibilidade imediata.

Requisitos preferenciais:

- Domínio de práticas de desenvolvimento seguro e escalável (.NET + JavaScript);
- Capacidade de análise e otimização de performance em aplicações web e bases de dados;
- Conhecimento em integração contínua (CI/CD) e automação de processos de deploy;
- Familiaridade com arquitetura em microserviços e computação em nuvem (Azure);
- Domínio de APIs e microserviços (RESTful, OAuth2, JWT, Azure AD);
- Conhecimento em cloud computing (Microsoft Azure, App Services, SQL Azure, etc.);
- Experiência com Git, GitLab ou GitHub (ramificação, merge requests, versionamento semântico);
- Conhecimentos de DevOps, Docker, Jenkins e Kubernetes;
- Conhecimento em testes unitários e de integração (xUnit, NUnit, MSTest);
- Conhecimento de ferramentas de qualidade de código (SonarQube, Resharper);
- Conhecimentos em segurança de aplicações (OWASP Top 10, encriptação, hashing, gestão de permissões);
- Capacidade de diagnóstico e resolução rápida de incidentes técnicos;
- Boa comunicação e capacidade de colaboração em ambiente corporativo.
- Certificações técnicas relevantes (ex.: Microsoft Certified: Azure Developer Associate, MCSA, etc.);
- Experiência no desenvolvimento e consumo de APIs RESTful e integração de sistemas;
- Conhecimentos em DevOps, CI/CD e ferramentas como Docker, Git, Jenkins ou similares;
- Experiência com frameworks modernas de front-end (React, Angular ou Vue.js);
- Familiaridade com metodologias ágeis (Scrum, Kanban);
- Domínio de inglês técnico.

II. Principais tarefas e responsabilidades

Este profissional será integrado no Departamento de Tecnologias de Informação, com as responsabilidades:

- Desenvolver e manter aplicações web internas e externas utilizando .NET e C#;
- Projetar e implementar bases de dados eficientes e seguras em SQL Server e MySQL;
- Participar na definição da arquitetura de software e na integração de sistemas;
- Garantir a segurança, escalabilidade e desempenho das aplicações;
- Prestar suporte técnico e colaborar com outras equipas na resolução de problemas;
- Gerir e monitorizar o atendimento às solicitações de suporte técnico apresentadas pelos colaboradores;
- Colaborar na análise e mitigação de riscos de segurança digital.
- Apoiar na implementação de políticas e ferramentas de cibersegurança;
- Produzir documentação técnica e relatórios de progresso.

III. Condições de ingresso

A Admissão é feita em regime de contrato individual de trabalho;

Após admissão, o colaborador será submetido ao processo de Integração para adquirir as competências adicionais para o trabalho.

IV. VI. Métodos de seleção

Fase 1 - Triagem curricular;

Fase 2 – Aplicação de testes e provas;

Fase 3 - Entrevista.



V. VII. Critérios de Avaliação

Os métodos referidos no número anterior são aplicados de forma faseada, por ordem de precedência com que são enunciados no número anterior, sendo que:

a) Fase 1 - Triagem Curricular: visa avaliar os requisitos, as qualificações e a experiência profissional do candidato na área relevante para o cargo ou a função a desempenhar, com base na análise do respetivo currículo profissional.

O resultado da triagem curricular é expresso da seguinte forma:

- Aceite, quando o currículo do candidato se adequa ao perfil mínimo previamente definido no presente regulamento.
- Não aceite, quando o currículo do candidato não se adequa ao perfil mínimo previamente definido no presente regulamento;

No método de triagem curricular, os candidatos são excluídos da fase seguinte pelos seguintes motivos:

- Não cumprimento dos Principais requisitos e capacidades, habilidades e/ou competências;
- Não entrega dos documentos exigidos para o processo de candidatura.

b) Fase 2 – Aplicação de testes e provas

Permitirá avaliar e comparar os diversos candidatos nas competências comportamentais, aptidões e motivações exigidas ou desejáveis; O resultado dos testes é avaliado na escala de 0 a 100%, com a valoração até às décimas, considerando-se positiva a pontuação igual ou superior a 51%.

O resultado dos referidos testes será expresso da seguinte forma:

- Muito favorável, correspondendo-lhe a pontuação superior a 80%;
- Favorável, correspondendo-lhe a pontuação de 51% a 80%;
- Não favorável, correspondendo-lhe a pontuação inferior ou igual a 50%.

Os candidatos que tenham obtido a classificação inferior ou igual a 50%, ou seja, não favorável, ficam excluídos da fase seguinte.

c) Fase 3 - Entrevista - visa avaliar e comparar, numa relação interpessoal, as aptidões e motivações dos candidatos.

A aplicação da entrevista de seleção baseia-se num guião, composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido;

O resultado da entrevista é avaliado na escala de 0 a 100%, com a valoração até às décimas, considerando-se positiva a pontuação igual ou superior a 51%.

O resultado da entrevista será expresso da seguinte forma:

- Muito favorável, correspondendo-lhe a pontuação superior a 80%;
- Favorável, correspondendo-lhe a pontuação de 51% a 80%;
- Não favorável, correspondendo-lhe a pontuação inferior ou igual a 50%.

Os candidatos que tenham obtido a classificação inferior ou igual a 50%, ou seja, não favorável, ficam excluídos da seleção.

VI. Condições de trabalho

- Salário compatível com as funções de acordo com o sistema de compensações em vigor na empresa;
- Regalias sociais vigentes na empresa;
- Bom ambiente de trabalho;
- Possibilidade de desenvolvimento profissional e evolução na carreira.

VII. Entrega das candidaturas

Para efeitos de candidatura, os interessados deverão enviar:

- Carta de manifestação de interesse;
- Curriculum vitae actualizado;
- Fotocópias do diploma ou certificado de habilitações literárias, do certificado de equivalência;
- Documento de identificação válido;
- Registo criminal;
- Cadastro criminal da Polícia Nacional e da Polícia Judiciária.

Os documentos devem ser enviados à Direção dos Recursos Humanos pelo correio eletrónico - recrutamento.drh@asa.cv até o dia 4 de dezembro de 2025, indicando apenas a referência: “Recrutamento & Seleção – Técnico de Informática (M/F)”.

VIII. Informações Adicionais

A ASA reserva-se no direito de não selecionar nenhum candidato, caso não encontre um que reúna as condições necessárias para exercer o cargo. Serão contactados apenas os candidatos selecionados para as fases de aplicação dos testes e das entrevistas.

Ilha do Sal, 19 de novembro de 2025



Leila Cristina Palavra Martins
Direção de Recursos Humanos





Programme CVE/389 Programme Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389•25 8367

Titre : Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN) (travaux)

Dans le cadre du Programme CVE/389 financés sur des ressources des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du Programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements du pays partenaire et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. IDENTIFICATION ET FINANCEMENT DU PROGRAMME

- a) Intitulé: Programme CVE/389 – Eau et Assainissement
- b) Source de financement : Le gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022
- c) Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. IDENTIFICATION DU MARCHÉ

- a) Type de marché : Travaux
- b) Objet: **Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN)**
- c) Numéro : CVE/389•25 8367
- d) Nombre de lots : 1 (un)
- e) Groupement de lots : N/A

3. CRITÈRES D'ÉLIGIBILITÉ ET D'ÉVALUATION

- a) Origine : Pas de restriction.
- b) Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- c) Évaluation : L'offre administrativement et techniquement conforme et économiquement la plus avantageuse sur la base du prix et sera déclarée attributaire.
- d) Variantes : les variantes seront prises en compte. Pour plus d'information sur la variante voir article 8 des Instructions aux soumissionnaires et article 2.2 et 2.3 des spécifications techniques.

4. LIEUX ET DÉLAIS

- a) Localisation du Programme : Cabo Verde – île de Santiago - Praia
- b) Lieu d'exécution du marché : île de São Nicolau
- c) Délai d'exécution du marché : 12 mois (jusqu'à la réception provisoire)
- d) Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. DÉFINITIONS

- a) Pouvoir adjudicateur : Lux-Development

b) Autorité contractante : Águas de São Nicolau (AdSN)

c) Bénéficiaire : Águas de São Nicolau (AdSN)

d) Maître d'œuvre : sera désigné ultérieurement

e) Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg

f) Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. DOSSIER D'APPEL D'OFFRES (DAO)

a) Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement par mail à l'adresse suivante:

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

b) Consultation du dossier : Le DAO peut être consulté par internet, à l'adresse mentionnée ci-dessus.

c) Notifications et communications écrites, à envoyer par mail à l'adresse suivante:

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

d) Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres

e) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. LANGUE, MONNAIE, RÉCEPTION ET OUVERTURE DES OFFRES

a) Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) des soumissions ainsi que le BPU/QE peuvent être présentés en portugais

b) Monnaie : Euro (EUR)

c) Adresse pour la réception et l'ouverture : l'offre doivent être envoyé par voie électronique (ayant en objet le numéro de dossier CVE/389•25 8367 et l'identité du soumissionnaire) à l'adresse suivante :

Lien de dépôt:

https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/EsoCcjsogYxCsV-Y2p2ztj8Bk289nauPZmT9j-JwRZgm34Q

Une fois le dépôt des offres opéré, vous devez envoyer un email à



l'adresse ci-dessous afin de signaler votre dépôt :

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

Le gestionnaire de la réception des offres vous communiquera un accusé réception de votre offre.

- d) Date et heure limite pour la réception des **offres 11.12.2025 à 10H00 (heure locale-Cabo Verde)**
- e) Date et heure pour la séance publique d'ouverture : Immédiatement après la limite de soumission

8. GARANTIES

- a) Garantie de soumission : N/A
- b) Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du marché
- c) Autres : voir DAO

9. PAIEMENTS

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du Programme CVE/389.

10. RÉUNION D'INFORMATION ET/OU VISITE DES LIEUX

Il est conseillé aux soumissionnaires d'assister à la réunion d'information facultative préalable à l'appel d'offres qui devrait se tenir le **20.11.2025 à 11h00** (heure locale) sur la plateforme teams.

Une visite facultative des lieux est prévue le **20.11.2025 à 10h00** (heu-

re locale – Cabo Verde).

Le point de rencontre sera dans les installations de Águas de São Nicolau, Ribeira Brava, São Nicolau, île de São Nicolau

11. PRESTATIONS COMPLÉMENTAIRES OU ADDITIONNELLES

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

L'ATTRIBUTION DU MARCHÉ EST SUJETTE À LA RÉALISATION DE LA CONDITION PRÉALABLE SUIVANTE :

- LA FORMALISATION DE L'EXTENSION DU PROGRAMME CVE/389 QUI GARANTIRA LE FINANCEMENT SUFFISANT POUR LA RÉALISATION DES « TRAVAUX D'OPTIMISATION HYDRAULIQUE POUR ÁGUAS DE SÃO NICOLAU (ADSN) ».
- LE NON-RESPECT DE LA CONDITION PRÉALABLE SUSMENTIONNÉE ENTRAÎNERA L'ANNULATION DE LA PRÉSENTE PROCÉDURE D'APPEL D'OFFRES AINSI QUE L'ATTRIBUTION DU CONTRAT. LES SOUMISSIONNAIRES NE POURRONT PRÉTENDRE À AUCUNE INDEMNISATION, COMPENSATION OU RECOURS DE QUELQUE NATURE QUE CE SOIT, EN LIEN AVEC CETTE ANNULATION.

Avis d'appel d'offres n° CVE/389•25 8327



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“PEDREIRA DA BOAVISTA”

ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ **PEDREIRA DA BOAVISTA**” do proponente ERGO – ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS, LDA para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 14 de novembro a 24 de dezembro nos seguintes locais:

- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de novembro de 2025 Diretora Nacional do Ambiente


/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Ministério
da Saúde
Direção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Auto De Abandono de Lugar

O Ministério da Saúde, representado neste ato pelo Diretor-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), Dr. Albertino Fernandes, faz saber que, tendo sido registados mais de quinze (15) dias de ausência injustificada, o que tornou impossível a manutenção da relação laboral devido aos graves prejuízos causados, notifica a **Senhora Anita Sofia Almeida Rocha Francês, Apoio Operacional Nível I**, ausente do serviço desde o **dia 08 de agosto de 2025** até à presente data, que dispõe de um prazo de **15 dias úteis**, a contar da publicação deste aviso, para apresentar a justificação da sua ausência prolongada, nos termos da lei.

Caso não o faça, a sua conduta será considerada como **rescisão do contrato de trabalho sem aviso prévio, por abandono de lugar**, considerando-se, para todos os efeitos legais, **desvinculada do contrato desde o primeiro dia em que deixou de comparecer ao serviço**, nos termos dos artigos 244.º e 245.º do Código Laboral de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro.

Praia, 02 setembro de 2025.


/ Albertino Fernandes /
Dir. Geral do Planeam.
Orçam. e Gestão



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389 • 25 8327

Titre : Acquisition d'un camion-citerne pour AdSA et de deux camions de vidange de fosse septique pour AdSN et AdS (biens)

dans le cadre du programme CVE/389 financé sur des ressources des gouvernements
du Grand-Duché de Luxembourg et du de la République du Cabo Verde

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. IDENTIFICATION ET FINANCEMENT DU PROJET/ PROGRAMME

- a) Intitulé : CVE/389 – Eau et Assainissement
- b) Source de financement : Le gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022.
- c) Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. IDENTIFICATION DU MARCHÉ

- a) Type de marché : Biens
- b) Objet : Acquisition d'un camion-citerne pour AdSA et de deux camions de vidange de fosse septique pour AdSN et AdS
- c) Numéro : CVE/389 • 25 8327
- d) Nombre de lots : 2
Lot 1 : 1 véhicule sur l'île de São Vicente ;
Lot 2 : 1 véhicule sur l'île de São Vicente et 1 véhicule sur l'île de Santiago
- e) Groupement de lots : possible. Ce marché est composé de 2 lots, attribuables séparément. Un même soumissionnaire peut être attributaire d'un ou des deux lots.

3. CRITÈRES D'ÉLIGIBILITÉ ET D'ÉVALUATION

- a) Origine : Pas de restriction
- b) Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- c) Évaluation : l'offre substantiellement conforme économiquement et écologiquement la plus avantageuse, en tenant compte de la consommation et du prix, sera déclarée attributaire.
- d) Variantes : Aucune variante ne sera prise en compte

4. LIEUX ET DÉLAIS

- a) Localisation du programme : Cabo Verde - île de Santiago - Praia

- b) Conditions et lieu de livraison : Incoterm CIP
Lot 1 : 1 véhicule sur l'île de São Vicente ;
Lot 2 : 1 véhicule sur l'île de São Vicente et 1 véhicule sur l'île de Santiago
- c) Délai d'exécution du marché : 180 jours
- d) Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. DÉFINITIONS

- a) Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
- b) Autorité contractante : Lux-Development
- c) Bénéficiaires : Águas de Santo Antão (AdSA), Águas de São Nicolau (AdSN) et Águas de Santiago (AdS)
- d) Maître d'œuvre : sera désigné ultérieurement
- e) Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg
- f) Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. DOSSIER D'APPEL D'OFFRES (DAO)

- a) Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement par email :
Email. : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu
- b) Consultation du dossier : Le DAO peut être consulté à l'adresse ci-dessus
- c) Notifications et communications écrites, à envoyer au :
Email. : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu
- d) Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres
- e) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 4 jours avant la date limite de réception des offres

7. LANGUE, MONNAIE, RÉCEPTION ET OUVERTURE DES OFFRES

- a) Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, les spécifications techniques sont en Anglais également.
- b) Monnaie : EUR
- c) Adresse pour la réception des offres : par voie électronique (ayant en objet le numéro de dossier CVE/389•25 8327 et l'identité du soumissionnaire) à l'adresse suivante
Lien de dépôt :
https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/Ejm0D7i4S1hlgew6hYeFPDEBooC70YFpIU8TojVNFE-0Og



Une fois le dépôt des offres opéré, vous devez envoyer un email à l'adresse ci-dessous afin de signaler votre dépôt :

Email : carla.santos@luxdev.lu

Cc : domingas.cardoso@luxdev.lu

Toute infraction à ces mesures (par exemple remise des offres en dehors des espaces de dépôts prévus) constituera un élément de non-conformité et donnera lieu au rejet de l'offre par le comité d'évaluation.

Le gestionnaire de la réception des offres vous communiquera un accusé réception de votre offre.

d) Date et heure limite pour la réception des offres : 28.11.2025 à 10h00 (heure locale – Cabo Verde)

e) Date et heure pour la séance non publique d'ouverture : 28.11.2025 à 10h30 (heure locale – Cabo Verde)

8. GARANTIES

- a) Garantie de soumission : N/A
- b) Garantie de bonne exécution : N/A
- c) Autres : voir DAO

9. PAIEMENTS

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du programme CVE/389.

10. RÉUNION D'INFORMATION ET/OU VISITE DES LIEUX

N/A

11. PRESTATIONS COMPLÉMENTAIRES OU ADDITIONNELLES

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

Cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive. L'attribution du marché est soumise à la réalisation de la condition préalable suivante:

- la validation du nouveau document technique et financier du Programme CVE/389.

En cas de non-attribution du marché, les soumissionnaires ne pourront en aucun cas réclamer de dommages et intérêts, quelle qu'en soit la nature.

A Embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo em Cabo Verde, através da LuxDev, procura recrutar:

“Assistente de Comunicação da Embaixada do Luxemburgo em Cabo Verde”

Início previsto: 5 de janeiro de 2026

Tipo de contrato: contrato de prestação de serviços, a tempo integral, com duração inicial de 12 meses, renovável.

Função principal:

Apoiar a Embaixada do Luxemburgo e a LuxDev na implementação da estratégia de comunicação institucional e na promoção da visibilidade da Cooperação Luxemburguesa em Cabo Verde. O Assistente de Comunicação será responsável pelo planeamento, execução e acompanhamento das atividades de comunicação, incluindo a criação e gestão de conteúdos digitais e impressos, as relações com os meios de comunicação social, o apoio à organização de eventos e a valorização dos resultados dos programas de cooperação nos setores-chave da empregabilidade, energia, água e saneamento, ação climática e saúde.

A função requer excelentes competências de redação e comunicação em português, proficiência profissional em inglês ou francês e experiência comprovada em redes sociais, fotografia, edição e design gráfico (por exemplo, Photoshop, Lightroom, Canva).

Candidatura: CV, carta de motivação e três referências profissionais (nome, cargo, instituição, email, e telefone).

As candidaturas devem ser submetidas através do link: <https://careers.luxdev.lu/job-invite/2004/>

Prazo para receção das candidaturas: até 26 de novembro de 2025, às 17h00 (horas de Cabo Verde).



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direcção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO “ROBINSON BOAVISTA”

ILHA DA BOAVISTA

A Direcção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ **ROBINSON BOAVISTA**” do proponente **CHAVES HOTEL & INVESTIMENTOS, S.A** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 06 de novembro a 17 de dezembro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direcção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direcção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 10 de novembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Programme CVE/389 Programme Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389•25 8444

Titre : Acquisition d'équipements pour le contrôle des pertes en eau sur São Nicolau et Praia - île de Santiago (biens)

dans le cadre du programme CVE/389 financé sur des ressources des gouvernements du Grand-Duché de Luxembourg et de la République du Cabo Verde

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. IDENTIFICATION ET FINANCEMENT DU PROJET/PROGRAMME

- Intitulé : Programme CVE/389 Eau et Assainissement
- Source de financement : Le Gouvernement de la République du Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022
- Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. IDENTIFICATION DU MARCHÉ

- Type de marché : Biens
- Objet : Acquisition d'équipements pour le contrôle des pertes en eau sur São Nicolau et Praia - île de Santiago
- Numéro : CVE/389•25 8444
- Nombre de lots : 1
- Groupement de lots : N/A

3. CRITÈRES D'ÉLIGIBILITÉ ET D'ÉVALUATION

- Origine : Pas de restriction
- Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- Évaluation : L'offre économiquement la plus avantageuse sur la base du prix sera déclarée attributaire.
- Variantes : Aucune variante ne sera prise en compte

4. LIEUX ET DÉLAIS

- Localisation du programme : Cabo Verde - île de Santiago - Praia
- Conditions et lieu de livraison : DDP à AdSN île de São Nicolau et AdS île de Santiago
- Délai d'exécution du marché : 90 jours
- Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. DÉFINITIONS

- Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
- Autorité contractante : Lux-Development
- Bénéficiaire : Águas de São Nicolau (AdSN) et Águas de Santiago (AdS)
- Maître d'œuvre : Valentina Querido, AT Programme CVE/389
- Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg
- Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. DOSSIER D'APPEL D'OFFRES (DAO)

- Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement, par email :
Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c nathaly.santos@luxdev.lu
- Notifications et communications écrites, à envoyer au :
Email : carla.santos@luxdev.lu

c/c nathaly.santos@luxdev.lu

- Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres
- Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. LANGUE, MONNAIE, RÉCEPTION ET OUVERTURE DES OFFRES

- Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) sont en portugais
- Monnaie : EUR
- Adresse pour la réception des offres par voie électronique (ayant en objet le numéro de dossier CVE/389•25 8444 et l'identité du soumissionnaire) à l'adresse suivante :
Boîte de dépôt :
https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/EnKt66ALdCxCstz7lj8F0XoBdsaw0CtyjhaS7uwxTlOnog
Le gestionnaire de la réception des offres vous communiquera un accusé réception de votre offre.
- Date et heure limite pour la réception des offres : 02.12.2025 à 10h00 (heure locale Cabo Verde)
- Date et heure pour la séance publique d'ouverture : Immédiatement après la date limite de soumission

8. GARANTIES

- Garantie de soumission : N/A
- Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du marché
- Autres : voir DAO

9. PAIEMENTS

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du programme CVE/389.

10. RÉUNION D'INFORMATION ET/OU VISITE DES LIEUX

N/A.

11. PRESTATIONS COMPLÉMENTAIRES OU ADDITIONNELLES

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

L'attribution du marché est sujette à la réalisation de la condition préalable suivante:

- la formalisation de l'extension du Programme CVE/389 qui garantira le financement suffisant
- le non-respect de la condition préalable susmentionnée entraînera l'annulation de la présente procédure d'appel d'offres ainsi que l'attribution du contrat. Les soumissionnaires ne pourront prétendre à aucune indemnisation, compensation ou recours de quelque nature que ce soit, en lien avec cette annulation.



Project CVE/801

Enabling Access to GCF Climate Finance for Cabo Verde

NOTICE OF CALL FOR EXPRESSIONS OF INTEREST Nº CVE/801 • 25 8425

Title: Contracting Service to Support the National Designated Authority for Strengthening Institutional Capacity to Assess and Endorse GCF Project Proposals and Enhancing the Candidate Direct Access Entity to meet GCF Requirements

Maximum budget: 113 000 EUR - Performance period of 5 months

LuxDev, the Luxembourg Development Cooperation Agency launches a Call for Expression of Interest (CEOI) for the acquisition of services for **Contracting Service to Support the National Designated Authority for Strengthening Institutional Capacity to Assess and Endorse GCF Project Proposals and Enhancing the Candidate Direct Access Entity to meet GCF Requirements** on behalf of project CVE/801 receiving financial support from the Green Climate Fund (GCF) with grant management support through the United Nations Office for Project Services (UNOPS).

Economic operators that are invited to express their interest to offer the services mentioned above are specialised in climate policy.

Indicatively, economic operators will have to demonstrate their technical capacity and experience in climate change project development and GCF readiness support.

The start of the contract is foreseen for January 2026 and for a duration of 5 months. Economic operators must be available for the entire period foreseen and willing to intervene in Praia – Cabo Verde. The maximum budget available for this contract is estimated at 113 000 EUR (all taxes excluded).

Interested economic operators are invited to submit sufficient documentation to respond to the selection criteria. The dossier, including the selection criteria and the application form, is available on request at the address given below.

E-mail: carla.santos@luxdev.lu

c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

The shortlist of candidates invited to submit a full offer will be established of a minimum three and maximum eight candidates evaluated as qualified and ranked, if necessary, against the selection criteria.

Expressions of interest, exclusively drawn up in English, must reach the following address no later than 08.12.2025 at 10h00 (Cabo Verde's local time):

Deposit link:

https://luxdev-1-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/En1e8XNDa5ArzEAC1LDQWsbqJuvO2CWNCB0aUUV-dwwu8A

Requests for clarifications shall be sent to the email address given above.

Only shortlisted candidates will be invited to submit a full offer.

Economic operators interested by this CEOI may also consult LuxDev's website:

www.luxdev.lu (Tender notices: Services - Status: Information - Area: Africa).



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Câmara Municipal do Sal

- 1. Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal do Sal
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Câmara Municipal do Sal
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Gabinete de Contratação Pública da Câmara Municipal do Sal, Paços do Concelho.
- 4. Financiamento:** Projeto Conjunto PNUD – ONU-Habitat
- 5. Objeto do Concurso:** CONSTRUÇÃO DE UM JARDIM INFANTIL EM RIBEIRA FUNDA.
- 6. Local da execução do contrato:** Espargos- Ribeira Funda
- 7. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos através do site: <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras> – a partir da data deste anúncio até ao último dia para apresentação da proposta.
- 8. Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70.º] do Código da Contratação Pública.
- 9. Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues na sede da Câmara Municipal do Sal, Largo do Hotel Atlântico, cidade de Espargos, ilha do Sal, Cabo Verde ou por correio registado com aviso de receção para o endereço: Câmara Municipal do Sal, CP 141, Cidades Espargos ilha do Sal, Cabo Verde.
- 10. Língua em que devem ser redigidas as propostas, bem como os documentos que as acompanham:** Língua Portuguesa.
- 11. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até o dia 12 de Dezembro de 2025, até às 16:00.
- 12. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias.
- 13. Visita Obrigatória ao local da obra:** 27 de Novembro de 2025, pela 10:00 – encontro no local da obra.
- 14. Preço base:** as propostas não podem exceder o preço de 17.000.000\$00 (Dezassete milhões de escudos).
- 15. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o do preço mais baixo.
- 16. Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar no Paços do Concelho, Câmara Municipal do Sal, Salão Nobre, dia 15 de dezembro de 2025, 10H00 podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 17. Cauções e garantias eventualmente exigidas**
- 18. Lei aplicável ao procedimento:** lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril e Regime jurídico de Contratos administrativos (RJCA) – Lei nº 20/2015 de 23 de setembro.

Sal, Espargos, 19 de Novembro de 2025

residente da Câmara Municipal do Sal

 /PhD Júlio António Lopes dos Reis/

Câmara Municipal do Sal

CP 141 – Lg Hotel Atlântico – Espargos – Ilha do Sal- Telef. (+238) 3334028



Ministério das Infra-Estruturas,
Do Ordenamento do Território e Habitação



**REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM DA ESTRADA PATIM/COVA
FIGUEIRA, ILHA DO FOGO**

Anúncio de Concurso Público Nacional

CPN N.º O-FG-07/2025

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional N.º O-FG-07/2025 para a empreitada de **REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM DA ESTRADA PATIM/COVA FIGUEIRA, ILHA DO FOGO**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.

2. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com **Alvará de 6.ª Classe ou superior da 2.ª Categoria** (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).

3. Para submissão das Propostas cada Concorrente deve adquirir o Dossier de Concurso.

4. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **20 de Novembro de 2025 em formato digital**, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **50.000\$00 (Cinquenta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.

5. Uma **visita obrigatória ao local**, acompanhada pelos Técnicos da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., está programada para o **dia 28 de Novembro de 2025**, com encontro na Estrada EN1-FG-01 concretamente Fim do Asfalto/Início de Calçada (Patim), pelas 10:00 horas, conforme as instruções apresentadas na “Parte I: Programa de Concurso” do Dossier de Concurso.

6. O Prazo de Execução é de **18 (dezoito) meses** a contar da data da Consignação da Obra.

7. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.

8. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre os dias 20 de Novembro de 2025 a 02 de Dezembro de 2025. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia 15 de Dezembro de 2025.

9. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde, E.P.E., **até às 10:00 horas do dia 23 de Dezembro de 2025**, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).

10. O **Ato público de abertura** das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **23 de Dezembro de 2025 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.

11. As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção da Proposta** no valor de **2.000.000,00 CVE (dois milhões de escudos cabo-verdianos)**.

12. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago n.º 28, 4.º dir. e esq.
CP 343 –A Palmarejo – Praia, República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: concursos@estradas.cv; pedro.t.silva@mioth.gov.cv;
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



CAVIBEL – INDÚSTRIA DE BEBIDAS DE CABO VERDE, S.A.

Sede: Zona Industrial Praia Negra, Cidade da Praia,

Ilha de Santiago C.P. 41-A

Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Cidade da Praia

Capital social de CVE 1.252.550.000,00

(integralmente subscrito e realizado)

Matriculada na Conservatória dos Registos Predial,

Comercial e Automóvel da Praia

Sob o número: 71/1994/06/12

Contribuinte fiscal: n.º 200 107 968

No seguimento do processo de conversão das atuais ações em ações escriturais nominativas, a **CAVIBEL – INDÚSTRIA DE BEBIDAS DE CABO VERDE, S.A. (“CAVIBEL” ou “Sociedade”)** vem, pela presente, informar o seguinte:

(a) Foi publicado no Boletim Oficial n.º 122, II Série, de 2 de julho de 2025, o Aviso n.º 22/2025 dando conhecimento público a todos os acionistas acerca da deliberação tomada pela Sociedade relativamente ao processo de conversão das ações em ações escriturais nominativas. O anúncio relativo a este procedimento foi igualmente publicado no jornal Expresso das Ilhas n.º 1231, de 2 de julho de 2025, assegurando a máxima divulgação.

(b) Reitera-se que, o prazo máximo para submissão do requerimento de inscrição das ações no registo da Sociedade é de 12 meses a contar da data da primeira publicação, isto é, a partir de 2 de julho de 2025. O não cumprimento deste procedimento implica a suspensão do exercício dos direitos sociais relativos às ações não registadas.

(c) Mais se recorda que o direito a solicitar a inscrição prescreve no prazo de cinco anos, nos termos do artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Decorrido esse prazo, as ações não inscritas serão amortizadas pelo órgão de administração pelo seu valor contabilístico, conforme previsto no artigo 35.º dos Estatutos da Sociedade.

Face ao acima exposto, pelo presente requer-se aos acionistas da Sociedade que procedam à submissão do requerimento de inscrição das ações no registo da Sociedade, devendo, em caso de transmissão ou posse, ser acompanhado da documentação comprovativa da respetiva legitimidade. O requerimento e a documentação deverão ser apresentados na sede da Sociedade, até ao prazo indicado.

Adicionalmente, informa-se que a Sociedade está disponível para prestar todo o apoio, orientação e esclarecimentos aos acionistas durante o processo de submissão dos pedidos de registo de ações, comprometendo-se a facultar, em tempo útil, toda a informação pertinente e o suporte necessário. Assim, os acionistas são convidados a contactar a Sociedade para informações, esclarecimentos sobre o procedimento de submissão do requerimento, orientação e assistência na preparação dos pedidos através do correio eletrónico Acoescavibel@eccbc.com.

Praia, 27, de outubro de 2025

Pela Administração



Diretor-Geral (m/f)
Empresa de Sistemas de Pagamento
Cidade da Praia / Santiago / Cabo

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A., é uma sociedade anónima que tem como missão principal implementar e gerir sistemas de pagamento eletrónicos e serviços relacionados, nomeadamente de pagamento, processamento e gestão de dados e informação e emissão de certificados digitais em Cabo Verde. É, também, em Cabo Verde, a gestora da rede interbancária “Vinti4” e processadora certificada de cartões Visa e MasterCard.

Sobre a Oportunidade

Procuramos um/a **Diretor/a-Geral** com sólida experiência em gestão executiva, visão estratégica e profundo conhecimento do sistema bancário e do ecossistema de pagamentos.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração, o/a profissional escolhido será responsável pela liderança executiva da Empresa, garantindo conformidade regulatória, segurança das operações e inovação contínua em produtos e serviços.

Principais Responsabilidades

- Participar na elaboração dos planos **estratégico e de atividades** e garantir a respetiva execução;
- Gerir os recursos humanos da Sociedade;
- Coordenar a elaboração dos manuais de procedimentos da Sociedade;
- Elaborar o Relatório e Contas anual da Sociedade;
- Supervisionar as áreas **financeira, tecnológica, operacional, compliance e comercial**;
- Garantir a **conformidade regulatória, nomeadamente** com as normas do setor financeiro que lhe são aplicáveis e das entidades internacionais parceiras;
- Liderar o desenvolvimento e das **plataformas e aplicações de pagamento**;
- Gerir o orçamento, indicadores de desempenho (KPIs) e resultados financeiros;
- Promover a inovação, cultura de alta performance e excelência em governança corporativa;
- Representar institucionalmente a empresa perante órgãos reguladores e parceiros.

Requisitos

- Domínio, oral e escrito, da Língua portuguesa;
- Nível avançado na língua inglesa quer falada quer escrita.

- Licenciatura em Administração ou Gestão, Economia, Finanças, Engenharia, Ciências da Computação ou áreas relacionadas;
- Desejável Mestrado, MBA ou pós-graduação em Finanças, Gestão Estratégica, Negócios Digitais ou Tecnologia Financeira.
- Experiência comprovada (mínimo de 5 anos) em cargos de gestão executiva em empresas do setor financeiro ou de sistemas de pagamentos;
- Conhecimento sólido em **meios de pagamento, banking as a service (BaaS), open banking, carteiras digitais, ATM’s, APIs financeiras e segurança da informação**;
- Experiência com **regulação do Banco Central** e compliance no sistema financeiro.

Competências Técnicas e Comportamentais:

- Gestão estratégica e governança corporativa;
- Planeamento financeiro e gestão de riscos;
- Segurança da informação e continuidade de negócios;
- Conhecimento de normas e certificações aplicáveis;
- Liderança de equipas multidisciplinares e gestão de projetos;
- Liderança ética e orientada a resultados;
- Visão sistémica e estratégica de negócios digitais;
- Capacidade de negociação e relacionamento institucional;
- Capacidade de decisão sob pressão e foco em soluções inovadoras;
- Comunicação clara e inspiradora.

Candidatura

Os dossiers de candidatura deverão ser compostos de: Curriculum vitae atualizado, Registo Criminal, Documentos comprovativos de habilitações literárias e profissionais, Cartas de recomendação e/ou outros comprovativos de experiência profissional (facultativo).

Submissão através de envio por email para jobs@novaconsulting.cv com indicação da referência: “Concurso DG-2025”.

Serão apreciadas as candidaturas recebidas até o dia **12 de dezembro de 2025**.

Condicionante

Informa-se que, não obstante a seleção do candidato, o início de funções como Diretor-Geral fica sujeito ao registo prévio no Banco de Cabo Verde, conforme previsto pelo Aviso n.º 4/2014, de 17 de outubro, com alterações introduzidas pelo Aviso n.º 4/2019, de 14 de março”



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2º Juízo de Família e Menores
ANÚNCIO n.º 19/2025
2ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que correm seus trâmites, no Juízo supramencionado, os autos de **Ação de Divórcio Litigioso** registados sob o n.º **09/2025**, em que o(a) autor(a) **Jacinta Pereira da Veiga**, casada, portadora do BI n.º 43862, nascida a 30-03-1970, filha de Domingos da Veiga e de Ana Pereira, natural da freguesia e conselho de Santa Catarina, residente em Pedra Barro – Assomada, move contra o(a) ré(u) **Bernardo Alves Monteiro**, casado, nascido a 10-09-1952, filho de Pedro Alves Monteiro e de Sabina Pereira, natural da freguesia e conselho de Santa Catarina, com a última residência em Cabo Verde, Pedra Barro – Assomada, atualmente em parte incerta de Portugal.

Fica o(a) Ré(u) **CITADO**, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, querendo contestar a referida ação, cujo pedido consiste em julgar procedente, por provada, e assim decretar o divórcio entre o(a) Autor(a) e o(a) Ré(u), com advertência de que a falta da contestação não implica a confissão dos factos articulados pelo autor, cujo o duplicado da petição inicial e documentos se encontram na secretária

do Juízo mencionado.

Mais se faz saber ao citado, de que é obrigatório constituição de advogado na presente ação, de toda a defesa ser deduzida na contestação, inclusive, a apresentação da contestação, deverá no prazo de CINCO DIAS, efetuar o preparo da contestação, sob pena de imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do art.º 66 do CCJ, e artigo 445º do CPC, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 14 de outubro de 2025.

A Juiz de Direito,

 Sara Isabel Ferreira



O Ajudante Escrivão de Direito

 Vladimar Borges Soares

CERIS – SOCIEDADE CABO VERDIANA DE CERVEJA E REFRIGERANTES, S.A.
Sede: Zona Industrial Praia Negra, Cidade da Praia, Ilha de Santiago C.P. 41-A
Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Cidade da Praia
Capital social de CVE 880.093.000,00 integralmente subscrito e realizado)
Matriculada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel da Praia
Sob o número: 121/1987/12/04
Contribuinte fiscal: n.º 200 137 018

No seguimento do processo de conversão das atuais ações em ações escriturais nominativas, a **CERIS – SOCIEDADE CABO VERDIANA DE CERVEJA E REFRIGERANTES, S.A.** (“**CERIS**” ou “**Sociedade**”) vem, pela presente, informar o seguinte:

- (a) Foi publicado no Boletim Oficial n.º 122, II Série, de 2 de julho de 2025, o Aviso n.º 22/2025 dando conhecimento público a todos os acionistas acerca da deliberação tomada pela Sociedade relativamente ao processo de conversão das ações em ações escriturais nominativas. O anúncio relativo a este procedimento foi igualmente publicado no jornal Expresso das Ilhas n.º 1231, de 2 de julho de 2025, assegurando a máxima divulgação.
- (b) Reitera-se que, o prazo máximo para a entrega, nas instalações da Sociedade, dos títulos a converter é de 12 meses a contar da data da primeira publicação, isto é, a partir de 2 de julho de 2025. Os títulos não entregues no prazo fixado apenas legitimam os titulares para solicitar o registo a seu favor.
- (c) O direito a solicitar a inscrição prescreve no prazo de cinco anos, nos termos do artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Decorrido esse prazo, as ações não inscritas serão amortizadas pelo órgão de administração pelo seu valor contabilístico, conforme previsto no artigo 40.º dos Estatutos da Sociedade.

Face ao acima exposto, pelo presente requer-se aos acionistas da Sociedade que procedam a submissão do requerimento de inscrição das ações no registo da Sociedade, devendo, em caso de transmissão ou posse, ser acompanhado da documentação comprovativa da respetiva legitimidade. O requerimento e a documentação deverão ser apresentados na sede da Sociedade, até ao prazo indicado.

Adicionalmente, informa-se que a Sociedade está disponível para prestar todo o apoio, orientação e esclarecimentos aos acionistas durante o processo de submissão dos pedidos de registo de ações, comprometendo-se a facultar, em tempo útil, toda a informação pertinente e o suporte necessário. Assim, os acionistas são convidados a contactar a Sociedade para informações, esclarecimentos sobre o procedimento de submissão do requerimento, orientação e assistência na preparação dos pedidos, através do correio eletrónico através do correio eletrónico Acoesceris@eccbc.com.

Praia, 27, de outubro de 2025

Pela Administração




TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL
Juízo Cível

ANÚNCIO

Autos: Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 263/23-24.-
Exequente: Turim Sociedade Turística e Imobiliária, s.a. -
Executado(s): Cândida Julieta da Silva Medina **Estrela e Herdeiros desconhecidos de António José Estrela**, com última residência em Murdeira/Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, são o(s) executado(s) citado(s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 950.508\$00 (novecentos e cinquenta mil, quinhentos e oito escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(a/s) executado(a/s), que caso deduzir (em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que devera(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de cinco dias, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado

Cidade dos Espargos, 29 de Outubro de 2025.



O Juiz de Direito,
 /Djoff Kiri Fortes Neves/
 O Escrivão de Divisão,
 /Hermínia Barros/

Alto Igreja/Espargos, CP 125-Telf. n.2 5162321 email: juizciveltribunalsal@gmail.com



República de Cabo Verde
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE
Juízo de Família, Menores e do Trabalho
 Caixa Postal n.º 63 telefone n.º 333 34 40

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Proc.: Acção de Suprimento de Consentimento n.º 08/2025-26.
Requerente: CURADOR DE MENORES NESTA COMARCA, em representação da menor **Dayénny Alanna Silva Soares**.
Requerido: VIALY MONTEIRO SOARES.

-0-

FAZ SABER que no processo e Juízo acima indicados, é citado o Requerido **VIALY MONTEIRO SOARES**, maior, solteiro, nascido a 20/05/1993, de 32 anos de idade, funcionário do Comércio Luna, filho de Pedro Mário Soares e de Arsénia Lopes Monteiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, Concelho de São Nicolau, residente em parte incerta, com última morada conhecida em Madeiralzinho, São Vicente, perto da Oficina de “Henriquinho”, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzir, querendo oposição aos referidos autos, cujo pedido consiste em **suprir o consentimento do progenitor, autorizando para o efeito, a mãe a requerer o visto da menor no Centro Comum de Visto, bem como a sair do país na companhia da mãe, com destino à Portugal, nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 1818º do Código Civil Cabo-verdiano**, com a advertência de que os meios de prova devem ser oferecidos com o respectivo articulado e que os autos não são de constituição obrigatória de advogado, salvo na fase de recurso (cfr. Artigo 68.º do Decreto n.º 17/83, de 2 de Abril).

FAZ SABER AINDA que goza da faculdade de requerer o benefício de assistência judiciária à Ordem dos Advogados de Cabo Verde (O.A.C.V.), com sede na Cidade da Praia, Rua Serpa Pinto, n.º9, 3º andar, Plateau, telefone n.º (238)2619764/2619756 e Fax (238)2619754 - caixa postal n.º782, ou à sua Delegação de Barlavento, sito na Cidade do Mindelo, Rua Senador Vera-Cruz, n.º39, 1º andar, telefone n.º (238)2312810 e fax n.º (238)2322772, email: delegacaoocvsv@cvtelecom.cv, no prazo máximo de dois dias úteis, a contar da citação.

Para constar se passou o presente anúncio que será legalmente publicado.



A Juiz de Direito,
 /Djoff Kiri Fortes Neves/
 O Ajudante de Escrivão,
 /Joaquim Coelho/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2º Juízo de Família e Menores
ANÚNCIO nº 24/2025
2ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que correm seus tramites, no Juízo supramencionado, os autos de **Ação Declarativa com Processo Ordinário (Investigação de Maternidade)**, registados sob o nº 16/2021, em que o(a) autor(a) **José Henrique Lopes**, move contra o(s) réus **Mário Alberto de Mendonça Cordeiro**, mcp "Mário", maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente em EUA, **Ana Mafalda Mendonça Cordeiro**, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente em EUA e **João Paiva Mendonça Cordeiro Teixeira**, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente em EUA, atualmente em parte incerta.

Fica os réus **Mário Alberto de Mendonça Cordeiro e Ana Mafalda Mendonça Cordeiro, CITADOS**, para no prazo de **VINTE (20) DIAS** que começa a correr depois de findo a dilação fixada mínima de **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestar(em) a referida ação, cujo o pedido consiste em reconhecer o autor José Henrique Lopes como filho de Margarida Paiva Mendonça, e o averbamento no assento de nascimento do autor na maternidade, para todos os efeitos e com todas as consequências legais, com advertência de que a falta da contestação não implica a confissão dos factos articulados pelo(a) autor(a).

Mais se faz saber ao(s) citado(s), que é obrigatório a constituição de advogado na ação, da necessidade de toda a defesa ser deduzida na contestação, e que caso contestar(em), deverá(ão) pagar(em) o preparo inicial no prazo de **cinco dias**, sob pena de não o fazendo no prazo legal, vir a pagá-lo(s) acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro e ainda a instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do art.º 66 do CCJ, podendo ainda requerer o benefício de assistência judiciária em juízo ou na Ordem dos Advogados de Cabo Verde, apresentando logo os respetivos meios de prova da sua insuficiência económica.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 17 de outubro de 2025. -----
A Juiz de Direito,
/ Sara Isabel Pereira /
A Ajudante Escrivão de Direito
/ Esperança Gomes /



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =
REG. Nº 53/JM/TJCSF/2024/25

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação Judicial, registados sob o nº 251/2025, movido pelo autor, **Lucindo Barbosa Fernandes**, maior de idade, casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente nos E.U.A, representado (a, s) pelo Mandatário Judicial, Dr. Paulo Barbosa, advogado com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS, **MINISTÉRIO PÚBLICO e INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os Réus - INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais: **Para no prazo de DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

“Prédio rústico, medindo 7.527,83m², sito em Afonso Gil, freguesia de São Lourenço, confrontando ao Norte com Laura Pina Tavares e Marcelina Barbosa, Sul com Francisco António Carvalho. Este com Francisco António Carvalho e Oeste com estrada e Francisco António Carvalho.”

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 03 de novembro de 2025.



S.Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL
Juízo Cível
ANÚNCIO

Autos: Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 77/23-24.-

Exequente: Turim - Sociedade Turística e Imobiliária s.a.-

Executado(s): **Assuelide Lima Gomes e Vittorio Bianchi**, casados, residentes em parte incerta, com última residência conhecida em Murdeira - ilha do Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é/são o(s) executado(s) citado(s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 1.440.019500 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, dezanove escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(s) executado(s), que caso deduzir(em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que devera(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de cinco dias, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este serem requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado.

Cidade dos Espargos, 28 de Outubro de 2025.

O Juiz de Direito,
/Djett Kirk Portes Neves/
O Escrivão de Direito,
/Hermina Barros/

Alto Igreja /Espargos, CP 175-Telf. n.9 5167371-email: juizaciv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º Juízo de Família e Menores
ANÚNCIO

Pelo Juízo atrás referido, na Ação Ordinária (Cônjugue Sobrevivo), registados sob o nº 05/2022, em que é autora Lucília Pereira, move contra os Réus, **INCERTOS E INTERESSADOS**, representado pelo Ministério Público, para no prazo de **VINTE DIAS** que começa a correr depois de findo a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestarem a ação, cujo pedido consiste que seja reconhecida a existência Pretérita da União de Facto entre a Autora e o Sr. Francisco Gonçalves e sua consequente dissolução por morte do Sr. Francisco e que ainda seja reconhecida a Autora como herdeira e o direito aos bens do falecido Francisco para todos os efeitos.

Mais se faz saber ao citado, de que é obrigatória a constituição de advogado, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais.

Deve ainda ser informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo.

E que os mesmos gozam da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, a 20 de fevereiro do ano de 2023

A Juiz de Direito,
/ Claudia Ariana Silva Lopes /
A Ajudante de Escrivã,
/ Maria Luisa de Pina Teixeira /



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

2.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 18/2025.

Requerente: Domingas Semedo Fernandes Monteiro.

Requeridos: Herdeiros desconhecidos do falecido, Ezequiel Varela Gomes Monteiro.

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os requeridos, herdeiros **desconhecidos do falecido, Ezequiel Varela Gomes Monteiro**, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (Trinta) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de Revisão e **Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado Tribunal Judicial de Pontoise - França)**, pelos factos e fundamentos constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, aos 14 dias do mês de abril de 2025.

A Juíza-Desembargadora,
Rosa Carlota Martins Branco Vicente
/Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
A Ajudante de Escrivão,
Josiene Cintia Barros Monteiro
/Josiene Cintia Barros Monteiro/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

2ª Publicação

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 114/2025.

Requerente: António Vieira da Veiga.

Requerida: Edna Linete Soares Cabral, maior, nascida a 24 de março de 1984, natural de Santo Amaro Abade, filha de Lourenço Mendes Cabral e de Joana Soares Martins, residente em parte incerta da França, com última residência conhecida, em Vila do Tarrafal - Ilha de Santiago/Cabo Verde.

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida, **Edna Linete Soares Cabral**, maior, natural de Santo Amaro Abade, residente em parte incerta da França, com última residência conhecida em Cabo Verde, **em Vila do Tarrafal**, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (Trinta) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira (Convenção de divórcio decretado por ato de Advogados)**, pelos factos e fundamentos constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados. Cidade de Assomada, aos 16 dias do mês de abril de 2025.

A Juíza-Desembargadora,
Rosa Carlota Martins Branco Vicente
/Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
A Ajudante de Escrivão,
Josiene Cintia Barros Monteiro
/Josiene Cintia Barros Monteiro/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA

1º Juízo de Família e Menores

ANÚNCIO (2ª publicação)

Faz saber que pelo Juízo acima referido, nos autos de Ação Especial (Reconhecimento Judicial da União de Facto), registado sob o nº **96/2025**, que a autora ZOIA CIBELE DA CRUZ DELGADO, move contra os réus **Herdeiros de CLAUDIO HENRIQUE PORTELA E PRADO GRAÇA**, são estes réus citados, para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, contestar a ação, ficando advertindo de que a não contestação não implica confissão dos factos, cujo pedido e seus fundamentos constam do duplicado da petição inicial que se encontra na secretaria deste juízo para lhes ser entregue.

Faz ainda saber aos citados que:

- e obrigatória a constituição de advogado, cfr artigos 1050º, 226º e 231º nº 2, al d), todos do CPC;
- que após a apresentação da contestação deverão no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser

instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art.º 66º do C. Custas Judiciais;

- e que os mesmos gozam da faculdade de requerer a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou a sua Delegação, ou em relação ao Tribunal, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, os 16 de outubro do ano de 2025.

A Juiz de Direito,
Claudia Regina Silva Lopes
A Ajudante de Escrivão,
Janice Fernandes de Pinho
/Janice Fernandes de Pinho/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE
1º Juízo Cível
= ANÚNCIO JUDICIAL =

Processo: Ação Especial (Justificação Judicial) nr. 57/2025.
Requerente: MARGARIDA ROMANA GOMES.
Requeridos: GERARD AIME ANTONIO ESTRELERLE, HERDEIROS DE ROMANA JOANA GOMES, a saber, JOANA ROMANA DE MATOS, ANÍBAL MANUEL GOMES e MATIAS GOMES LIVRAMENTO, INTERESSADOS INCERTOS e MINISTÉRIO PÚBLICO.

= 0 =

O Dr. **Nidianino Romerito Santana de Brito**, Juiz de Direito, colocado no 1o Juízo Cível do Tribunal de São Vicente, faz saber que no processo e Juízo acima referidos, são citados os requeridos: **GERARD AIME ANTONIO ESTRELERLE**, natural de Senegal, com residência em parte incerta em França e **INTERESSADOS INCERTOS**, para, querendo, no prazo de **DEZ DIAS**, finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzirem oposição, aos supracitados autos, cujo pedido consiste em: ser a presente ação julgada procedente e provada e, por consequência declarar-se para todos os efeitos e, nomeadamente, registais, aquisição a favor da requerente, por usucapião, baseada na posse pública, pacífica, continuada e de boa fé, do prédio urbano inscrito sob o nº 3727, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Ilha de São Vicente, sito em Fernando Pó, com a área 84m2, confrontando a Norte: Estrada; Sul: Espaço Público; Este: Lote Proposto; Oeste: Estrada e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 9479/20190204; com a advertência de que caso deduzirem oposição é obrigatória a constituição de advogado; que deverão no prazo de Cinco Dias, a contar da dedução da oposição, efectuar o pagamento do preparo inicial no valor de **10.000\$00**, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazer acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva.

FAZ SABER, ainda, de que gozam da faculdade de requerer à delegação da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, desta cidade, sita na rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis, a contar da dedução da oposição e, caso deduzirem oposição, deverão solicitar na secretaria deste Juízo a emissão do Documento Único de Cobrança (DUC), para pagamento do preparo inicial via rede vint4 ou mediante depósito bancário e, se assim o fizerem, têm o prazo de dois dias para entregar ou remeter à secretaria o referido documento, sob pena de execução.

O Juiz de Direito,

/Nidianino Romerito Santana de Brito/

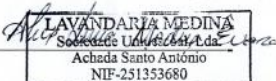
O Ajudante de Escrivão,

/Paulo David Oliveira Henriques Alves/



Comunicado

Lavandaria Medina Sociedade Unipessoal, situado na Achada Santo António, representado pelo Socio Gerente - Alice Medina Évora, nacionalidade Caboverdiana, bem mui respeitosamente comunicar a sua colaboradora Natália Alves Gonçalves, que a sua licença de 6 (seis) meses, encontra-se extinta, data de 04 de Outubro de 2025.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL
Juízo Cível

ANÚNCIO

Autos: Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 61/23-24.

Exequente: Turim Sociedade Turística e Imobiliária s.a. -

Executada: **Gaëlle Mireille Jeanne Henry**, solteira, NIF 168790300, residente em parte incerta da Bélgica, com última residência conhecida em Murdeira - ilha do Sal.

-x-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é a executada citada, para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar a liquidação, deduzir oposição à execução, pagar ao exequente a quantia exequenda de 1.168.803\$00 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e três escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara à executada, que caso deduzir oposição, é obrigatório constituir advogado; que deverá pagar o preparo inicial dentro do prazo de **cinco dias**, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será notificada para pagar o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza da faculdade de requerer ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado.

Cidade dos Espargos, 28 de Outubro de 2025.-



Alto Igreja/Espargos, CP 125-Telf. n.2 5162321 email: juizociviltribunalsal@gmail.com



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do artigo 100 do Código do Notariado, que no dia 13 de novembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 42, de folhas 6 a 6 verso, uma escritura de justificação notarial, na qual **Jaqueline Pinto dos Reis**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, residente em São Vicente, **declara**, com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano de rés do chão, composto por três quartos de cama, duas casas de banho e duas cozinhas, situado em **Vascona - Lajedos**, com uma área de terreno de **610,36 (seiscentos e dez vírgula trinta e seis)** metros quadrados, confrontando do norte e este com estradas, sul com Florentino Lima e oeste com João Quitéria Silva Delgado, inscrito na matriz predial da freguesia de São João Baptista sob o número **955/0**, omissos no Registo Predial. Que o dito prédio lhe veio à posse, por compra que fez aos pais Domingos Lopes dos Reis e Alzira Alves Pires Pinto, através de um escrito particular, em **13 de junho de 2003** sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há

vinte dois anos. Que a sua posse, apesar de não titulada, foi adquirida e mantida de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por **usucapião** o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Mais se informa que nos termos do artigo 101 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 13 de novembro de 2025.

A Conservatória-Notária,

/ Alicia Patrícia da Cruz da Luz/

Conta nº 202548732

Processo nº 1048441

Importa em mil e duzentos escudos.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41 / VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv

www.governo.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico, narrativamente para efeitos de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014 e 20 de agosto que de fls. 10 verso a fls.12 do livro de notas para escrituras diversas número 5 - A desta conservatória/Cartório Notarial de Mosteiros, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, com a data de treze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na qual os Senhores **ELVYS RIJKARD LEONOR CENTEIO FORTES**, NIF 131785478, e **MARLISSA NEREIDA MARTINS CENTEIO FORTES**, NIF 148937624, casados entre si no regime de comunhão de adquiridos, naturais ele da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e ela da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residentes em Mosteiros Trás, se declaram que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio urbano sito em **Queimada Trás**, composto por um lote de terreno para construção sob o número **quinze**, quarteirão número **trinta e oito**, com a área de **cento e oitenta metros quadrados**, confrontando a norte com o lote número catorze, a sul com o lote número dezasseis, a este com via pedonal e a oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 5865/0, com o valor matricial de **trezentos e sessenta mil escudos**, omissos no registo predial. Que o referido prédio foi adquirido por compra à **Câmara Municipal de Mosteiros**, em **onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois**, conforme certidão n.º **0026/2022**, em nome de **Marlissa Nereida Martins Centeio Fortes**, a qual, posteriormente, requereu a inclusão do nome do marido **Elvys Rijkard Leonor Centeio Fortes**, sendo que a Câmara Municipal era anterior pos-

suidora desde a criação da Comissão Instaladora, em mil novecentos e noventa e dois. Que, entretanto, a falta de legitimação formal de direitos sobre o imóvel e o princípio do trato sucessivo entre o Estado, a Câmara Municipal de Mosteiros e terceiros impossibilitam os justificantes de procederem a primeira inscrição no registo predial, por não inexistir título transmissivo adequado, apesar de a aquisição ter ocorrido junto do Município e de boa-fé. Que, após a referida compra, os justificantes entraram e continuaram na posse e fruição do imóvel, exercendo-a de boa-fé, pacificamente, com conhecimento público e sem oposição de quem quer que fosse, utilizando o referido terreno como local de depósito de materiais de construção, pois tencionam edificar a curto prazo. Tratando-se de posse pública, pacífica, contínua e de boa-fé, e tendo sido exercida por um lapso de tempo que, somado ao da anterior possuidora, a Câmara Municipal de Mosteiros, perfaz mais trinta anos, **invocam expressamente** a usucapião como título de aquisição a seu favor, para efeitos de **primeira inscrição no registo predial**.

Esta conforme o original
Cidade Igreja e na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos treze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Processo sob o n.º 1048328/25
Artigo 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00 São Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário P/S,
/Roberto Carlos Barros Ferreira/
e duzentos escudos.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- Iª Série, que no dia seis do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina do Fogo, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas cinquenta e nove a sessenta, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia dezoito do mês de Janeiro do ano dois mil e quinze, em Golden Living Center-Norwood, Massachusetts, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual em 15 MSGR Patrick J Lydon Way, Massachusetts 02124, faleceu, **SILVESTRE DA VEIGA**, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, no estado de casado com Alda Miranda, sob o regime da comunhão geral de bens.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **1. Carminho da Veiga; 2. Maria Marcelina Veiga; 3. Gabriel Mariano Veiga**, estes solteiros, maiores, naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina,

ilha do Fogo, residentes em França; **4. Antonie da Veiga**, casado com Joanna Azzi, sob o regime da comunhão de adquiridos, segundo declaram; e **5. Valérie da Veiga**, casada com Jean- Luc Bauer, sob o regime da comunhão de adquiridos, segundo declaram, estes cidadãos franceses, naturais de França, residentes nos Estados Unidos da América e França, respetivamente.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Silvestre da Veiga**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina do Fogo, aos seis de Novembro de dois mil e vinte e cinco.
Art. 20.º 4.2. Selo do acto.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1044591

Conta sob o n.º 202506094

O JUIZ DE DIREITO,
/Djef Kiri Fortes Neves/
O Escrivão de Direito,
/Herminia Barros/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 10 50/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- Iª Série, que no dia sete do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta, de folhas oitenta e oito a noventa, a escritura de Justificação Notarial, na qual os senhores **CARLOS ALVES GOMES DOS SANTOS**, contribuinte fiscal número um, zero, seis, nove, três, dois, oito, nove, seis, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, e cônjuge **ALICIA MARIA DA CRUZ MOTA**, contribuinte fiscal número um, zero, dois, dois, nove, quatro, zero, zero, três, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, casados entre si, sob o regime da comunhão geral de bens, ambos residentes em Palmarejo, cidade da Praia, ilha de Santiago, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio urbano, que se compõe em lote de terreno identificado pelo número 201, situado em Congresso, ilha do Fogo, com a área de **cento e cinquenta e seis metros quadrados**, confrontando do Norte e Este com via pública, do Sul com lote número 208 e do Oeste com lote número 202, com valor matricial de trezentos e noventa mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **7647/0**, omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, o justificante varão adquiriu o referido imóvel por compra efetuada em meados do ano dois mil e quatro ao senhor Roque Alves, atualmente residente em parte incerta em Portugal, celebrada por documento particular. Que, todavia a natureza meramente particular do contrato impossibilitando-o, de fazer a primeira inscrição no registo predial, por falta de título que comprove a correspondente transmissão.

- Que, o justificante está na posse do referido imóvel há mais de vinte anos, posse essa sempre exercida pelo mesmo, sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos sete de Novembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00

Processo n.º 1045618

Conta sob o n.º 202538766

O Conservador/Notário,
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia três do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e sete, de folhas trinta e oito a trinta e nove verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes: No dia seis do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Alto Mira Mar, faleceu **Maria Josefina Freitas Vitória Soulé**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) José Carlos Vitória Soulé**, casado com Elzira dos Santos Coutinho Vitória Soulé, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Madeiralzinho; **b) Lígia Matilde Vitória Soulé Neves Duarte**, casada com Tomás Tito Neves Duarte, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **c) Dilma Aline Vitória Soulé Lopes**, casada com José António Fernandes Lopes, sob o regime da separação de bens, residente em Santiago; **d) Odília Helena Vitória Soulé Gomes**, casada com José Gomes, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Santiago; **e) Luís Filipe Vitória Soulé**, casado com Conceição Maria Fialho Rocha Brigham Soulé, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Santiago; **f) Raul Jorge Vitória Soulé**, casado com Eva Filomena Ferreira Duarte Soulé, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **g) Rogério Paulo Vitória Soulé**, divorciado, residente em Mindelo; **h) Carlos Adriano Vitória Soulé**, casado com D'jalma Karina da Silva e Sousa Soulé, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **i) Emanuel Alberto Vitória Soulé**, solteiro, maior, residente em Mindelo; **j) Heloísa Alicia Vitória Soulé**, divorciada, residente em Mindelo; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do artigo 87º do Código do Notariado.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos doze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1042736

Conta n.º 202515868

O Notário,


/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Notário p/s: Felismino Monteiro Benchimol EXTRATO

CERTIFICO, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, .B.O. nº 50 - 1ª Serie, que no dia dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de José Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas numero 20/A, a folhas 82 a 83 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habitação:

Que no dia **vinte e seis** do mês de **julho** do ano **dois mil e vinte e três**, faleceu no hospital Santa Rita Vieira, o **Sr. VITO TAVARES DE BRITO**, casado com Rita Moreno Monteiro sob regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de São Salvador do Mundo - Picos e com última residência em Matinho.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legitimários:

a) MAXIMIANA SANCHES TAVARES, viúva, natural da Freguesia de São Salvador do Mundo, residente em Portugal; **b) ANTONIO SANCHES TAVARES DE BRITO**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Salvador do Mundo, residente em Salina.

c) MARIA JULIA MORENO TAVARES, maior, solteiro, natural da freguesia de São Salvador do Mundo, residente em cancelo; **d) JOSÉ MORENO MONTEIRO DE BRITO**, casado com Teresa Semedo Duarte, natural da Freguesia da freguesia de Nossa Senhora da Graça Praia, residente França; **e) MARIA JOSEFA MONTEIRO DE BRITO**, solteiro, maior, natural da Freguesia da freguesia de Santa Catarina, residente na ilha do Maio; **f) LINO MONTEIRO DE BRITO**, casado com Maria Natalina Correia da Veiga, natural da Freguesia da freguesia de Santa Catarina, residente em França;

g) MARIA ALICE MONTEIRO DE BRITO, casado com José Manuel Mendes de Brito, natural da Freguesia da freguesia de santa Catarina, residente em Achada Leitão; **h) SILVINO MONTEIRO DE BRITO**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santa Catarina, residente em França; **i) FELISBERTA MONTEIRO DE BRITO**, divorciada, natural da Freguesia de Santa Catarina, residente em Achada Fátima.

Que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros os identificados na habilitação.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do numero 5. Do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos onze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

wArtº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de.....200\$00

Total..... 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 1046849/2025

O Notário, P/S

/Felismino Monteiro Benchimol /

• www.governo.c.v f) govemdecaboverde 0 caboverdejgov



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA 1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO (2ª Publicação)

Faz saber que pelo Juízo acima referido, nos autos de Ação Ordinária (Cônjugue Sobrevivo), registado sob o nº **38/2023**, que o autor **JOÃO ROBERTO GOMES GARCIA**, move contra os réus herdeiros da falecida **ERMELINDA DE CARVALHO PIRES RODRIGUES e interessados incertos**, são estes réus citados, para, no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, contestarem a ação, ficando advertidos que a não apresentação da contestação não implica confissão dos factos, cujo pedido e seus fundamentos constam do duplicado da petição inicial que se encontra na secretaria deste juízo para lhe ser entregue.

Faz ainda saber aos citados que:

é obrigatória a constituição de advogado, caso decidam contestar após deverem no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste

acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art. 66º do C. Custas Judiciais e que os mesmos gozam da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, ou em relação ao Tribunal, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, apresentando desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 17 de abril do ano de 2023.

A Juiz de Direito,
/Claudia Ariana Silva Lopes/
A Ajudante de Escritório,
/Janice Fernandes de Pina/



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservador/Notário — António Aleixo Martins

EXTRATO

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 83, de folhas 15 a 15 verso, outorgada no dia 06-11-2025, na qual **Maria Salomé Medina**, casada com Anacleto António Chantre, natural da Freguesia de Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande, residente na localidade de Coculi, declara que é dono e legítimo possuidor dos seguintes: **1.º** - Prédio de regadio, situado em Curral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o nº 1883/0, medindo 1862 m2 (mil oitocentos e sessenta e dois metros quadrados) confrontando do Norte, com Estrada e Herdeiro de Domingos António dos Santos, Sul, com Herdeiro de José Medina, Joaquim Medina, Levado e Estrada; Este, com Herdeiros de Domingos António dos Santos e do Oeste com Carlos João Assunção, Isabel C. Assunção e Herdeiros de José Medina, com valor matricial de 900.000\$00 (novecentos mil escudos). **2.º** - Prédio de regadio, situado em Curral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o nº 1886/0, medindo 1110 m2, (mil cento e des metros quadrados), confrontando do Norte, com Herdeiros de João Medina, herdeiros de

Armando Medina, Maria do Rosário, Manuela Chantre; Sul, com Herdeiros de João Medina, Herdeiros de Armando Medina, Manuel Medina, Margarida F. Gomes e Caminho; Este com Estrada, Herdeiros de Armando Medina, Manuela Chantre, Margarida e caminho e do Oeste com Herdeiros de João Medina e Manuel Medina, com o valor matricial de 380.000\$00 (trezentos e oitenta mil escudos) omissos no Registo Predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contas da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Nº 1046674

Está Conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 12-11-2025.



DGRN, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo António, CP*, Cabo Verde, Telefone



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **93, a folhas 87 a 88**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Daniel Alves de Pina**, falecido no dia três de novembro de dois mil e vinte e três, na sua residência, sita em Serra Malagueta, freguesia e concelho de Santa Catarina, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Maria Madalena Pires Varela, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Francisca Pires de Pina**, solteira, maior, residente na cidade da Praia; **b) - Francisco Pires de Pina**, divorciado, residente em França; **c) - Ana Maria Varela de Pina Tavares**, casada com Adriano Semedo Tavares, sob regime de comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia; **d) - Domingos Varela de Pina**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia; **e) - Maria Domingas Varela de Pina Tavares**, casada com Alcídio Semedo Tavares, sob regime de comunhão de adquiridos, residente nesta cidade de Assomada; **f) - Silvio Pires de Pina**, casado com Dominique Felicianne Juliette Garcia, sob regime de comunhão de adquiridos, resi-

dente em França; **g) - Silvia Varela de Pina**, solteira, maior, residente em Leitão Grande - São Salvador do Mundo; **h) - Lucia Varela de Pina**, solteira, maior, residente em Serra Malagueta; **i) José Varela de Pina**, solteiro, maior, residente nos Açores. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Daniel Alves de Pina**. Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

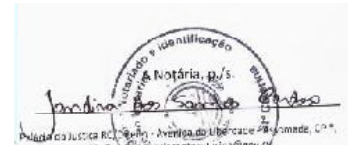
Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dez de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 1046316



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC Deo-Avenida da Liberdade 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da segunda publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 04.08.2025, a folhas 20 e 21 do livro de notas para escrituras diversas número 356 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Mariana Tavares Varela**, nos termos seguintes:

1. Que no dia treze de junho de dois mil e vinte e três, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu Mariana Tavares Varela, aos sessenta e oito anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filha de Boaventura Gonçalves Varela e de Rosa Tavares, que teve a sua última residência habitual em Achada Eugénio Lima, Praia.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **Djamila Iene Tavares Dias Gonçalves**, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Anilton Lopes Dias Gonçalves, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Grande Trás, Praia; b) **Rutiene Tavares Dias**, solteira, maior,

natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Eugénio Lima, Praia;

c) **Janita Iene Tavares Dias**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Grande Trás, Praia. 3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 4 de agosto de 2025.

CONTA: 987239/2025

Art. 20º 4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

A Notária,

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **93, a folhas 85 a 86**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Joaquim Vaz de Pina**, falecido no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte, em Vallauris - França, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência França, no estado de casado com Maria Varela Furtado, sob regime de comunhão de adquiridos. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - João de Deus Vaz de Pina**, casado com Maria Filomena Fortes Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos; **b) - José-Luis Vaz de Pina**, solteiro, maior; **c) - Lorinda Vaz de Pina**, solteira, maior; **d) - Geraldine Vaz de Pina**, solteira, maior; **e) - Daniel Vaz de Pina**, solteiro, maior. Todos naturais da França e residentes

em França.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Joaquim Vaz de Pina**. Está conforme o original..

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos sete de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 1045874



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*,

Conservador/Notário — António Aleixo Martins

EXTRATO

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 12 a 12 verso, outorgada no dia 31-10-2025, na qual **João Baptista Clemente da Graça**, casado com Júlia Maria Almeida, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, residente na Cidade do Porto Novo, declara que é dono e legítimo possuidor do Prédio rustico de sequeiro, desanexado do prédio rústico n.º 1451/0, situado em Ribeira de Poço de Carda, inscrito na Matriz Predial Rustica da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 12832/0, medindo 1521 m2 (mil quinhentos e vinte e um metros quadrados), confrontando do Norte, com Estrada; Sul, com Rocha; Este, com Silvino Alexandre Rocha Delgado e do Oeste com Herdeiros de Ana Encarnação Silva, com valor matricial de **100.000\$00** (cem mil escudos), omissos no Registo Predial.

Que o referido prédio lhe veio a posse por herança dos pais e, após a aquisição, fez a inscrição na matriz camararia em

seu nome, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição para o reatamento do trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja. Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

N.º 1047569

Está Conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 12-11-2025.



DGRN, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira G de, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone

Conservador/Notário — António Aleixo Martins

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que foi outorgada no dia 05-11-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 14 a 14 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia nove do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, faleceu no Hospital João Morais – Cidade da Ribeira Grande, Freguesia de Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, **Feliciano Raimundo Silva**, que era casado com Vitória Martina Chantre, natural que foi da freguesia de Noas Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande, filho de Raimundo Maria do Rosário e de Gertrudes Cacilda Delgado, com última residência em Fontainhas - Ribeira Grande, e tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos: **Margarete Vitória Silva**, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, residente na Cidade da Praia; **Georgette Vitória Silva**, solteira, maior, residente na Cidade da Praia; **Jailson Chantre Silva**, solteiro, maior, residência em Fontainhas; **Elisabete Vitória Silva**, solteira, maior, residente

na Cidade da Praia; **Natalina Vitória Silva**, solteira, maior, residente na Cidade da Praia e; **Odete Vitória Silva**, solteira, maior, residência em Fontainhas. Todos os herdeiros são naturais da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, sendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer a sucessão na herança do falecido.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 12-11-2025.

Reg. sob o n.º 1047532/2025



DGRN, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira G de, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone

Conservador/Notário — António Aleixo Martins

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que foi outorgada no dia 06-11-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 17 a 17 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, faleceu no seu domicílio na Cidade de Ponta do Sol, Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande, **Maria do Rosário Brito Ramos Lopes**, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande, filha de Clemente Joaquim Brito e de Maria Ramos Machado, com última residência na Cidade de Ponta do Sol, e tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos: **Margarida do Rosário Brito Lopes**, solteira, maior, residente em França; **Carlos Eduardo Brito Ramos**, casado, residente na cidade da Praia; **Daniel Brito Lopes**, casado, residente nesta Cidade de Ponta do Sol; **Maria da Fátima do Rosário Brito Lopes**, casada, residente nesta Cidade de Ponta do Sol; **Armando Brito Pires**, casado, residente em Mindelo e **José António Brito Lopes**, pré falecido em dezassete de Maio do ano de dois mil e dezanove, que era casado, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho de Ribeira Grande, com

última residência nesta Cidade de Ponta do Sol, tendo deixado como únicos herdeiros os filhos, **Carlos Aldevino Lima Lopes**, casado, **Sara Maria Lima Lopes**, solteira, maior, residente na Cidade de Ponta do Sol e, **Maria José Lima Lopes**, solteira, maior, residente na cidade da Ponta do Sol. Que à falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer a sucessão na herança da falecida.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 12-11-2025.

Reg. sob o n.º 1047569/2025



DGRN, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira G de, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no vinte e sete de junho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e três, de folhas setenta e um a setenta e dois verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia nove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, em 11 Rue Danielle Casanova, Saint Denis - França, onde teve à sua última residência habitual em 123 Rue Parmentier, Pierrefitte Sur Seine, faleceu a referida **ALBERTINA DO ROSÁRIO RODRIGUES LOPES** que também usava **ALBERTINA RODRIGUES**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casada, com Nuno Alberto Lopes sob o regime da comunhão geral de bens.

A falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Raquel Rodrigues Spencer**, casada com Pedro Semedo Vaz Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; **b) Christian Lopes**, casado com Sandrine Nelly Teixeira, sob o regime de separação de bens; **c) Florence Lopes**, casada com Fabricio José Cardo-

so, sob o regime da comunhão de adquiridos; **d) Josiane Lopes**, solteira, maior; estes naturais da França, de nacionalidade cabo-verdiana; **e) Annie Cristine Abreu**, divorciada, natural de Senegal; todos residentes em França. Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **ALBERTINA DO ROSÁRIO RODRIGUES LOPES** que também usava **ALBERTINA RODRIGUES**. Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do Artigo 87º do Código do Notariado. Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos doze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

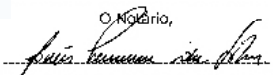
Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1040064

Conta n.º 202515620

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**Conservador/Notário — António Aleixo Martins****EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que foi outorgada no dia 06-11-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 16 a 16 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia um do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, **faleceu** no seu domicílio em Coculi – Ribeira Grande, Freguesia de Santo Crucifixo, **Maria de Fátima Correia**, que era divorciada, natural que foi da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande, filha de Lourenço João Correia e de Bernardina Maria Medina, com última residência em Coculi – Ribeira Grande, e tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos: **Maria do Rosário Rodrigues**, casada, residente no Luxemburgo; **Maria Ascensão Correia**, casada, residente no Luxemburgo; **Antónia Maria Rodrigues dos Reis**, casada, residente no Luxemburgo; **Bernardino João Rodrigues**, solteiro, maior, residente na localidade de Coculi – Ribeira Grande; **Auxilia da Paixão Correia Rodrigues**, solteira, maior, residente no Luxemburgo; **Maria da Luz Rodrigues**, solteira,

maior, residente no Luxemburgo; Epifânia Correia Rodrigues, casada, residente no Luxemburgo; **Augusto Miguel Rodrigues**, casado, residente no Luxemburgo e **Maria das Dores Rodrigues**, viúva, residente na localidade de Tanque de Ribeira Grande. Todos naturais da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande. Que à falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer a sucessão na herança da falecida. Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 12-11-2025.

Reg. sob o n.º 1047525/2025



DGRN, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira G de, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**EXTRATO**

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 19 a 20, outorgada no dia 11-11-2025, na qual **Franklim Winston Monteiro**, casado, natural da Freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Coculi, alega com exclusão de outrem, que é dono dos seguintes prédios: **1.º** - Prédio de regadio com casa, poço e via de acesso de pessoas e viaturas (Canto de Bandeira), situado em Boca de Figueiral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 12833/0, confrontado do Norte com Linha de água — Cabouco de Palmeira; Sul, com Linha de água — Cabouco de Nhô Vicente — Palmeira; Estre, com Herdeiros de Teodoro Cirilo Monteiro e Rocha e do Oeste com Ribeira e Linha de Água; **2.º** - Prédio construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado com três quartos de dormir uma casa de banho, uma cozinha, uma sala comum, uma garagem/armazém, uma despensa, um arrumo, um pátio e terreno, situado em Boca de Figueiral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2960/0, confrontando do Norte, com Via de acesso de pessoas e viaturas; Sul, com Fio de rocha e linha de água; Este, com Herdeiros

de Pedro Jansénio Delgado e Herdeiros de Teodoro Cirilo Monteiro e do Oeste com Ribeira, omissos no Registo Predial. Declara que os referidos prédios, lhes veio a posse por meação na Sucessão Hereditária, por ser herdeiro habilitado de **Teodoro Cirilo Monteiro**, nesse caso fez a inscrição na Matriz Camarária em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de primeira inscrição no Registo Predial, uma vez que exerce uma posse em seus nomes próprios. pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja. Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, de Ribeira Grande, os 14-11- 2025.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**EXTRATO**

Certifico, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 21 a 22, outorgada no dia 11-11-2025, na qual **Ana Beatriz Delgado Dias**, viúva, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Mindelo - ilha de São Vicente, alega com exclusão de outrem, que é dona e legítima possuidora de um Prédio Rustico de Regadio (1/6 do prédio anteriormente inscrito sob o n.º 8892/0, situado em Chã de Coelho), inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.ºs 12840/0, medindo 277 m2 metros quadrados, confrontando do Norte, com Caminho; Sul, com Herdeiros de Domingos António dos Santos; Este, com Estrada e do Oeste com João António Évora e José Pedro Évora, prédio esse omissos no registo predial. Alega que o referido prédio lhe veio a posse por sucessão hereditária, por ser única herdeira habilitada de Rosa Beatriz Delgado, conforme Certidão de Habilitação de Herdeiros lavrado no

Livro de Escrituras n.º E/81 de fls. 99 vº a 100, do Primeiro Cartório de São Vicente, e nesse caso fez a inscrição na Matriz Camarária em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 14-11-2025.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia sete do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta, de folhas oitenta e seis verso a oitenta e sete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e um do mês de Novembro do ano mil, novecentos e quarenta e um, numa casa em Mira Mira, na freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **JOSÉ MONTEIRO MACEDO**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Maria Fidalga Lopes, sob o regime da comunhão geral de bens.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo o seu filho: **Silvestre Monteiro de Macedo**, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúvo, já falecido e devidamente habilitado.

Que, no dia cinco do mês de Dezembro do ano mil, novecentos e noventa, em Campo Grande, Lisboa, Portugal, onde teve a sua última residência habitual em Lugar de Granjas

Novas, Odivelas, Loures, faleceu **MARIA FIDALGA LOPES**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúva do mencionado José Monteiro Macedo.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo o seu filho: **Silvestre Monteiro de Macedo**, acima devidamente identificado.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **José Monteiro Macedo** e **Maria Fidalga Lopes**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, as sete de Outubro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1045518

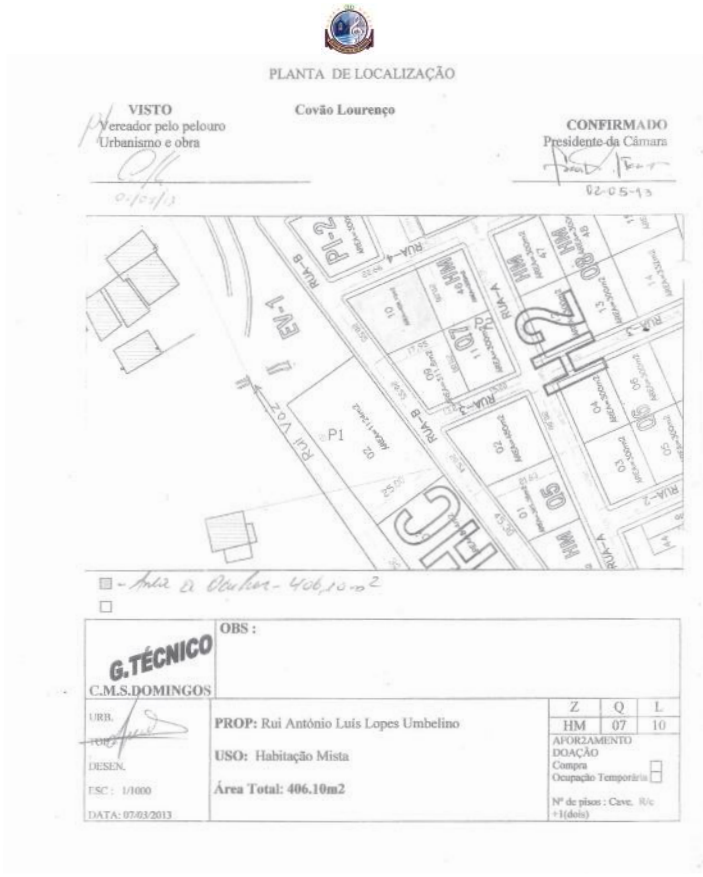
Conta sob o n.º 202538700

O Conservador/Notário,
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/ VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m². Uso habitação Misto.



Contacto: (+238) 999 52 69

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 20 de Novembro****MODERNA**

Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 27 19

LEÃO

Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 21 de Novembro**CENTRAL**

Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 11 67

NENA

Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SÁBADO - 22 de Novembro**SANTO ANTÓNIO**

ASA - T: 262 11 86

HIGIENE

Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO - 23 de Novembro**AFRICANA**

Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 59 55

JOVEM

Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 24 de Novembro**AVENIDA**

Fazenda - Av. C. de Lisboa - 261 36 90

MINDELO

Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 25 de Novembro**STA ISABEL**

A.S.A. - Frente da B. Valores - 262 37 47

AVENIDA

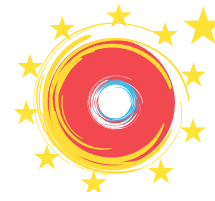
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 26 de Novembro**ACHADA SÃO FILIPE**

Ach. São Filipe - T: 264 72 56

LEÃO

Mindelo - T: 232 66 04

**TABELA DE PREÇOS*****Classificados**

- Anúncios com logós a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com